



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CINTIA FALCÃO BRITO

**TRANSIÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO INFANTIL EM
FEIRA DE SANTANA: a democratização e seus sentidos no
governo Colbert Martins (1989 -1992)**

Feira de Santana
2015

CINTIA FALCÃO BRITO

**TRANSIÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO INFANTIL EM
FEIRA DE SANTANA: a democratização e seus sentidos no
governo Colbert Martins (1989 -1992)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, para a obtenção do grau de Mestre em Educação, na área de concentração Educação, Sociedade e Culturas.

Orientador (a): Prof^(a). Dr^(a). Antonia Almeida Silva

Feira de Santana – BA
2015

Ficha catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

Brito, Cintia Falcão
B875t Transição política e educação infantil em Feira de Santana: a
 democratização e seus sentidos no governo Colbert Martins (1989-1992)
 / Cintia Falcão Brito. - Feira de Santana, 2015.
 159 f.
 Orientador: Antonia Almeida Silva
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana,
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.
 1. Educação infantil – transição política. 2. Feira de Santana (1989-
1992). I. Silva, Antonia Almeida, orient. II. Universidade Estadual de Feira
de Santana. III. Título.

CDU: 37-053.2:2(814.22)

CINTIA FALCÃO BRITO

**TRANSIÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO INFANTIL EM FEIRA DE SANTANA: a
democratização e seus sentidos no governo Colbert Martins (1989 a 1992)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, para a obtenção do grau de Mestre em Educação, na área de concentração Educação, Sociedade e Culturas, pela seguinte banca examinadora:

Prof^(a). Dr^(a). Antonia Almeida Silva (Orientadora) - UEFS

Prof^(a). Dr^(a). Maria Cristina Dantas Pina – UESB

Prof^(a). Dr^(a). Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante – UEFS

Prof^(a). Dr^(a). Syomara Assuite Trindade - UEFS

Feira de Santana, 30 de setembro de 2015.

Resultado: _____

Dedico a todas as crianças desse país, por serem a razão de nossas lutas em defesa da infância e da educação.

Caminhando e cantando e seguindo a
canção...somos todos iguais, braços dados
ou não... Geraldo Vandré

AGRADECIMENTOS

São tantas palavras que gostaria de escrever quando chegasse esse momento. Pensei em tantas coisas que vivi... nas pessoas que conheci durante esse processo... pessoas das quais me afastei, pessoas com as quais estreitei os laços de amizade e de companheirismo...

Nessa caminhada, por vezes numa solidão necessária, muitos estiveram ao meu lado... de perto ou de longe se fizeram presentes em meus pensamentos.

Esse Mestrado me trouxe tantos conhecimentos...alguns previamente estabelecidos no Projeto do Programa...Outros foram surgindo em meio as relações que construímos, em meio as leituras e à escrita. Porém, o mais fundamental, foi tomar consciência do coletivo que habita em mim e que se manifesta nos gestos, nos amores, nos pensamentos, nas atitudes...

Foi assim... pensando nessa caminhada que convidei Eduardo Galeando para fazer às honras e, como bom poeta que é (pois ainda vive!). Penso que ele nos ajuda a ver o mundo com beleza e criticidade. Ele me faz pensar o quão é necessária “A utopia está lá no horizonte”.

Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Galeano meu querido, como amo a possibilidade que a Utopia me dá!

Felizmente, encontrei nesse caminho feito de Utopias, que me movem, pessoas muito especiais. Por isso, só tenho a reconhecer. Não poderia deixar de nomear a quem tanto contribuiu com esse processo...

À Antonia, minha orientadora, digo: sem seu cuidado e seu compromisso com a pesquisa e com essa pesquisadora; sem sua competência política e teórica; sem seu companheirismo e sua simplicidade, certamente, essa caminhada não teria sido o que foi. Você me ensinou que pesquisar pode ter leveza e ser apaixonante. E apesar de alguns momentos difíceis, continuo apaixonada. Quanto à leveza, esta virá com certeza. Posso representar o que foste para mim durante todo o processo numa palavra: ZELO. Meu muito OBRIGADA!!! Te amo!!!

À Syomara, amiga e companheira de todas horas, dores, cores e sabores. Como tenho aprendido com você todos esses anos, com seu rigor, com sua competência e com sua amizade... Meu amor por você é de irmã!! Muito obrigada!!!!

Ao meu amor Olinto, grande companheiro e incentivador nessa caminhada. Como você ajudou, desde a inscrição para o processo seletivo e até os momentos finais com as leituras do

texto. Obrigada por ser quem és!! Obrigada por compreender os momentos que ficamos distantes. Te amo muito, meu Bodinho!!!!

Aos meus pais, pelo incentivo desde criança, quando preocupados com minha educação, não mediram esforços, mesmo sem ter as condições materiais necessárias para proporcionar aos cinco filhos, (quatro mulheres e um homem) o que podiam e não podiam para que pudéssemos minimamente, ter uma vida mais justas do que tiveram. Amo vocês, meus queridos! À vocês meu amor e profunda gratidão!!

Às minhas sobrinhas Ayana, Ayla, Rebeca e Isabela e aos meus sobrinhos Maxwell, Guilherme e Cláudio Junior. Meu sentimento por vocês vai além do amor de Dinda!! À Ayla que me ajudou em momentos tão difíceis quando o corpo não aguentava e à Ayana que embora mais nova, me chamava a centralidade das coisas. Dinda ama!!!

À Isabela, meu amorzinho que respeitando a ausência de Dinda, me disse quando perguntei porque nunca mais tinha enviado áudio no WhatsApp, me respondeu: “Oh, Dinda! Estou esperando você terminar o seu mestrado”. Te amo, minha Belinha! Obrigada por ter cuidado de sua Dinda!

À UEFS, minha segunda casa, pela oportunidade de ter iniciado minha experiência acadêmica, onde cursei a graduação em Pedagogia, construindo uma trajetória de estudos, debates, reflexões em sala, nos corredores, no restaurante, na biblioteca. Como representante discente no Conselho de Departamento, no movimento estudantil (D.A. Pedagogia e Executiva de curso).

Ao NEPA, por ter me acolhido como bolsista e, onde aprendi, sob orientação da professora Irani, saber percorrer os caminhos da pesquisa e da extensão com postura acadêmica e simplicidade.

Assim eu fiz UEFS!!! Assim sou MAIS UEFS!!!!

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação, pela oportunidade de cursar o Mestrado em Educação.

Às professoras Cristina, Ludmila e Syomara que deram tão valiosas contribuições na qualificação e, novamente, por aceitarem participar da banca de defesa, momento tão significativo e valioso para minha formação.

Às professoras Mirela Iriart, Denise Laranjeira e Antonia Silva e aos professores Wellington Silva e Marco Barzano, pelos debates em sala e por me ajudarem a pensar em coisas que não havia pensado e a mudar de ideia guiada pelo estudo e rigor científico.

Ao senhor Hélio, Alitheia e Regina meus agradecimentos por nos ajudarem nessa caminhada.

Ao CEDE, pelo acolhimento e pela oportunidade de discutir, estudar, pensar junto. Em especial ao grupo de estudo em Políticas Educacionais. Ao grupo de pesquisa sobre Políticas para Educação Infantil no Campo, formado pelas professoras Ludmila Cavalcante, Antonia Silva, Leomárcia Uzêda, Faní Rehem e Syomara Trindade e pelas bolsistas de pesquisa. Muito obrigada pela partilha!!

Aos colegas da Turma 3 do Mestrado em Educação minha gratidão pelas aprendizagens durante todo o processo. Aos companheiros das atividades extra acadêmicas no Quatro Estações (Luís, Adriano, Claudiano, Wedeson, Milena, Conça e Selma), da Casa de Conça e Nandy (Laís, Nandy, Elisa, Gersivânia, Wedeson, Marta e Emmanuele) e, de tantos outros lugares que nos encontramos para estreitar nossos laços e dialogarmos sobre nossas pesquisas, ideias, posições. Aos colegas Laís, Wedeson, Tânia, Marta, Roseane, Gleice que preocupados, acompanhavam meu estado de saúde e torciam para que superasse minhas dificuldades. Aos demais colegas, Minuska, Cibele e Liliane. Muito Obrigada!

Às amigas-irmãs que durante toda a caminhada sorriram, choraram, sofreram, acudiram, alimentaram de todas as formas esse corpo. Com vocês, reafirmei minhas convicções que é possível viver a solidariedade, estar junto com e para o Outro. Que é possível Conceição (Conça), Nandyara (Nandy) e Selma (Selminha) ter Esperança. Minha reverência à vocês meus amores. Valeu!!! Amo-as!! Vocês sabem disso.

Aos colaboradores que contribuíram para que essa pesquisa acontecesse LABELU/UEFS, Secretaria Municipal de Educação, Jornal Folha do Norte, Câmara Municipal, Arquivo Público. MOC. Às pessoas que se colocaram espontaneamente para falar mesmo quando isso não lhes era pedido. Suas contribuições ficaram registradas. Obrigada!

Às colegas da Secretaria Municipal de Educação, mais especificamente da Divisão de Educação Infantil, Soninha, Rita, Cristiane, Márcia, Darlene, Mara, Meire, Karla, Liliane, Normeide. Com vocês, tive a oportunidade de compartilhar, em tempos diferentes, angústias, indignações, ideias, disputa de posições em defesa de uma educação infantil pública e de qualidade. Meu muito obrigada!

Por tudo isso, valeu toda essa caminhada acadêmica e profissional. Isso faz crer que sempre vale a pena lutar. Toda luta é vida! Viver é ter Esperança. Pra mim não serve qualquer uma... mas uma bem representada por Mário Quintana, em seu poema “Esperança”

*Lá bem no alto do décimo segundo andar do Ano
Vive uma louca chamada Esperança
E ela pensa que quando todas as sirenas
Todas as buzinas
Todos os reco-recos tocarem*

Atira-se

E — ó delicioso voo!

Ela será encontrada miraculosamente incólume na calçada,

Outra vez criança...

E em torno dela indagará o povo:

— Como é teu nome, meninazinha de olhos verdes?

E ela lhes dirá

(É preciso dizer-lhes tudo de novo!)

Ela lhes dirá bem devagarinho, para que não esqueçam:

— O meu nome é ES-PE-RAN-ÇA...

À todos de perto e de longe... que torceram por essa conquista, minha eterna gratidão!

RESUMO

Durante o transcurso da ditadura civil-militar instituída no Brasil com o golpe de 1964, Feira de Santana se notabilizou como um pólo de resistência ao regime, tendo em lideranças políticas como Francisco Pinto e Colbert Martins alguns de seus protagonistas que marcaram a gestão pública municipal. Em diálogo com os legados desse período, este trabalho investigou as políticas para educação infantil na segunda gestão municipal de Colbert Martins da Silva (1989-1992) nesse município. O estudo colocou em relevo a seguinte questão norteadora: Quais são as características e marcos regulatórios das ações do governo Colbert Martins para a educação infantil e seus sentidos como vetor de democratização da educação pública no período de 1989 a 1992, em Feira de Santana? A pesquisa teve como objetivo compreender as características, os marcos operatórios e os sentidos das políticas de educação infantil no período em foco. Constituíram-se como referências de análises três categorias centrais: transição, educação infantil e democratização. A categoria transição foi fundamental para ajudar a entender o contexto político e educacional que compreendeu a passagem do regime civil-militar para a chamada democratização política brasileira, especialmente entre 1985 e 1992. A categoria educação infantil mediou a compreensão e análise da política local de educação infantil; por fim, a categoria democratização permitiu entender tais políticas no processo de democratização. Quanto aos caminhos metodológicos fez-se a opção pela pesquisa de tipo documental, por meio de um amplo trabalho exploratório de fontes tais como: matérias jornalísticas, relatórios, pronunciamentos dos gestores e registros escolares. Os dados coletados permitiram afirmar que o Programa de Educação Pré-escolar, implementado no Governo Colbert Martins não foi suficiente para superar o caráter seletivo do acesso à educação das crianças de zero a seis anos, vez que priorizou o atendimento das crianças de quatro a seis anos nas pré-escolas, deixando as associações comunitárias e filantrópicas com responsabilidade do atendimento das demais crianças da educação infantil. Deste modo a política do governo municipal colaborou para instituir tipificações desse atendimento na rede pública de educação do município, com modelos diferenciados no que tange não só à organização administrativa, mas às finalidades da educação, prevalecendo uma concepção assistencialista. Assim, conclui-se que a política de educação infantil na gestão e período estudados não promoveu avanços na perspectiva da democratização.

Palavras-chave: Feira de Santana – Transição – Política para Educação Infantil – Democratização.

ABSTRACT

During the course of the civil-military dictatorship established in Brazil with the 1964 coup, Feira de Santana became famous as a center of resistance to the regime, with political leaders like Francisco Pinto and Colbert Martins as protagonists that marked the municipal policies management. Dialoguing with the legacy of this period, this study investigated the policies for early childhood education in the second municipal management of Colbert Martins da Silva (1989-1992) in this municipality. The study put in relief the following question: What are the regulatory features and landmarks of Colbert Martins' government actions for early childhood education and their senses as democratization vector of public education in the 1989-1992 period in Feira de Santana? The research aimed to understand the characteristics, operative landmarks and directions of early childhood education policies in the period in question. References were constituted by analysis of three main categories: transition, early childhood education and democratization. The transition category was fundamental in helping to understand the political and educational context that included the passage of civil-military regime to the so called Brazilian political democratization, especially between 1985 and 1992. The early childhood education category mediated the understanding and analysis of the local early childhood education policy; Finally, the democratization category allowed to understand such policies in the democratization process. As for the methodological paths, we choose for a documentary type of research through a broad exploratory work in sources such as: newspaper articles, reports, statements of managers and school records. The collected data allow us to affirm that the Pre-School Education program, implemented in Colbert Martins' government was not enough to overcome the selective nature of the access to education for children from zero to six years old, since it prioritized care for children four to six in preschools, leaving the community and philanthropic associations with the responsibility for the other children in early childhood education. Thus, the municipal government's policy helped to establish typifications in this service of the public municipal education, with different models with regard not only to the administrative organization, but also to the purposes of education, with an assistencialist conception. Therefore, it is concluded that early childhood education policy in the studied management and period did not promote advances in a perspective of democratization.

Keywords: Feira de Santana – Policy Transition – Policy for Early Childhood Education – Democratization.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Programa Urbano – Creches comunitárias (MOC)	59
Quadro 2	Relação dos prefeitos eleitos 1963 – 1992	65
Quadro 3	Composição da estrutura administrativa do Governo Colbert Martins 1990-1992	73
Quadro 4	Leis ordinárias sancionadas no período de 1973 a 1992	83
Quadro 5	Leis ordinárias de utilidade pública no período de 1989 a 1992	84
Quadro 6	Pré-Escolas criadas no Governo Colbert Martins da Silva – 1989-1992	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMORUM	Associação dos Moradores do Bairro Rua Nova
AMOSAP	Associação de Moradores de Santo Antonio dos Prazeres
APH	Associação da Promoção Humana
APLB	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado ¹
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDITER	Comissão Evangélica dos Direitos da Terra
CFE	Conselho Federal de Educação
COEPRE	Coordenadoria de Educação Pré-Escolar
DC	Desenvolvimento da Comunidade
DIREC	Diretoria Regional de Educação e Cultura
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EI	Educação Infantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
JFN	Jornal Folha do Norte
JGT	Jornal O Grito da Terra
LABELU	Laboratório de História e Memória da Esquerda e Lutas Sociais
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAIS	Movimento e Ação Integrada Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos
MOC	Movimento de Organização Comunitária
NRE	Núcleo Regional de Educação

¹ Inicialmente era Associação de Professores Licenciados da Bahia, mudando para sindicato a partir da abertura política, conservou a sigla.

ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PE	Projeto Casulo
PFL	Partido da Frente Liberal
PLANOLAR	Plano Municipal de Habitação Popular
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNEPE	Programa Nacional da Educação Pré-Escolar
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPS	Partido Popular Socialista
PSD	Partido Social Democrata
PT	Partido dos Trabalhadores
SEPRE	Serviço de Educação Pré-Escolar
SURFEIRA	Superintendência de Urbanização de Feira de Santana
TCM	Tribunal de Contas dos Municípios.
UNESCO	Organização das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – A TRANSIÇÃO POLÍTICA E OS CONTORNOS DA “DEMOCRATIZAÇÃO” DA EDUCAÇÃO.....	35
1.1. A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA E OS PROJETOS EM DISPUTA.....	37
1.2. OS RUMOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO.....	41
1.3. EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS DEBATES EM TORNO DO ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS PEQUENAS.....	44
1.4. AS MULHERES E AS ASSOCIAÇÕES EM MOVIMENTO PELA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	53
1.5. MOVIMENTOS SOCIAIS E AS LUTAS PELA EDUCAÇÃO INFANTIL EM FEIRA DE SANTANA.....	55
CAPÍTULO 2 – COLBERT MARTINS E O “GOVERNO DA GENTE”.....	63
2.1. COLBERT MARTINS E SUA TRAJETÓRIA POLÍTICA.....	65
2.2. AS ELEIÇÕES DE 1988 E A VOLTA “DO GOVERNO DA GENTE”.....	69
2.3. OS MARCOS OPERATÓRIOS DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO EM FEIRA DE SANTANA: O DEBATE E A ELABORAÇÃO DA LEI ORGÂNICA.....	74
2.4. “GOVERNO DA GENTE” E OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	87
CAPÍTULO 3 – O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR COMO POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM FEIRA DE SANTANA.....	93
3.1. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO GOVERNO COLBERT MARTINS: AÇÕES E CONTRADIÇÕES.....	95
3.2. O MODELO DAGMAR SILVA E A LEGITIMAÇÃO DA FILANTROPIA.....	109
3.3. A DEMOCRATIZAÇÃO OU DEMOGRAFIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL?.....	114

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	129
APÊNDICES.....	137

INTRODUÇÃO

Desde a Constituição de 1988 que a Educação infantil passou a ser garantida como direito da criança e dever do Estado. Além dessa importante determinação constitucional, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, em 20 de dezembro de 1996, que estabelece nos artigos 29 e 30 a educação infantil como primeira etapa da educação básica, abrangendo creche e pré-escola para as crianças de zero a seis anos¹.

A garantia desse direito perpassa pela formulação de diretrizes políticas educacionais com o objetivo de promover o atendimento de qualidade, o que implica em: planejar os espaços e prover as instituições de mobiliários e de materiais adequados às crianças nessa faixa etária; investir na formação dos professores e gestores; elaborar proposta pedagógica/curricular; dentre outras ações que exigem financiamento para a sua efetivação.

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990, outro importante documento orientador das políticas para a infância e juventude, foram introduzidas significativas mudanças na concepção de criança e de adolescente, que passaram a ser reconhecidas como sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento, bem como a preocupação com o tipo de atendimento prestado a essa população. Desse modo, o ECA inseriu na “nova ordem legal princípios estruturadores outros, com uma vertente descentralizadora, emancipatória e garantidora dos direitos fundamentais, dentre eles o da educação” (FERREIRA, 2010, p. 49).

Em Feira de Santana, a Lei Orgânica nº 37, de 05 de abril de 1990, reforça os pressupostos dessas diretrizes e, entre outras passagens, o Capítulo III – Ordem Social, Seção IV da Educação –, no seu artigo 134, estabelece que: “A educação, direito de todos, dever do Poder Público e da sociedade tem como objetivo o pleno desenvolvimento do cidadão, tornando-o capaz de refletir criticamente sobre a realidade, e qualificado para o trabalho” (FEIRA DE SANTANA, 1990, p.74). Desse modo, a lei maior do município incorpora princípios constitucionais e reitera a educação como direito de todo cidadão e o dever do Estado de garanti-la.

Ao lado disso, o artigo 105 estabelece que “o orçamento anual do Município deverá

¹Com a aprovação da Lei 11.274/2006, a educação infantil passou a compreender a faixa etária de 0 a seis anos incompletos, em razão da expansão da duração do ensino fundamental de oito para nove anos, com ingresso de crianças com seis anos completos.

prever a aplicação de, pelo menos, vinte e cinco por cento da receita tributária municipal, incluindo a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público pré-escolar e fundamental”. No artigo 142 está exposto que “O Município aplicará anualmente nunca menos de trinta por cento da receita resultante de impostos na forma disposta na Constituição Federal, exclusivamente na manutenção e expansão do ensino público municipal”. No âmbito nacional, a Constituição Federal previu um percentual de vinte por cento e o município estabeleceu o percentual de trinta por cento em contrapartida ao mínimo proposto na Carta Magna. Ao ter sido estabelecido esse percentual o município passou a ocupar uma posição de destaque quanto aos investimentos vinculados à educação.

Mesmo observando a abrangência legal nos aspectos citados, que inclusive conduziu o município a uma posição de destaque, quanto aos percentuais de investimento vinculados à educação.

Entretanto, mesmo com esse avanço, nota-se que tal dispositivo não incorporou o atendimento das crianças de zero a três anos (creche). Desse modo, pode-se inferir que o texto legal reconhece no Parágrafo Único do artigo 134 o atendimento em creche e educação pré-escolar, contudo, no artigo 105, está clara a intenção de promover o desenvolvimento do ensino público pré-escolar.

De acordo com dados levantados por meio da Secretaria Municipal de Educação, a rede municipal de ensino possui 221 escolas, entre instituições públicas e privadas (filantrópicas, comunitárias e confessionais) nas zonas urbana e rural, sendo que destas, 146 prestam atendimento de Educação infantil (FEIRA DE SANTANA, 2012). Deste total, 112 instituições são públicas e 34 são conveniadas. Um dado importante é que das instituições públicas, apenas 11 possuem atendimento exclusivamente de educação infantil e destas, 02 localizam-se na zona rural.

Na distribuição do atendimento pelo município temos o seguinte mapeamento: na zona urbana, dividida em cinco regiões, existem 67 instituições e na zona rural, distribuídas nos oito distritos, um total de 79 instituições. Vale ressaltar que o número de instituições varia de um ano para outro, em decorrência da rescisão de contratos de convênios e o estabelecimento de outros, bem como a desativação e criação de classes de Educação infantil nas mais diferentes instituições públicas e conveniadas, exclusivamente de educação infantil ou com ensino fundamental.

Com relação à matrícula, dados do MEC/INEP/Censo escolar informam que em 2011 foram matriculadas na educação infantil, na rede pública municipal (creche e pré-escola),

8.041 crianças. Na rede pública estadual, foram matriculadas 130, na faixa etária de quatro e cinco anos, perfazendo um total de 8.171 crianças atendidas na educação infantil nas duas redes. Um dado relevante é que apesar da rede municipal atender crianças dos dois aos seis anos, esta diretriz política não se aplica a todas as instituições que prestam atendimento de educação infantil, ficando a cargo das instituições conveniadas efetivarem matrículas das crianças de dois e três anos.

Os dados aqui apresentados deixam transparecer que (após vinte e cinco anos da promulgação da Constituição), ainda configura-se como questão emblemática a elaboração e a implementação de políticas para educação infantil no município. Mesmo tendo relevância econômica e política, a cidade de Feira de Santana apresenta dificuldades no campo educacional no que se refere a essa etapa da educação, o que se manifesta, por exemplo, por meio da oferta de vagas abaixo da demanda da população infantil na faixa etária de zero a seis anos; exígua infraestrutura física das instituições existentes (materiais e equipamentos insuficientes, inadequados e de baixa qualidade); não valorização e profissionalização do professor, bem como a ausência de produção formal do projeto político pedagógico das instituições.

Na condição de professora, de 1992 a 2000, e posteriormente, atuando como técnica da Divisão de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 2001, lidei diretamente com os diretores, coordenadores e professores que atuam na Educação Infantil na rede municipal de ensino e, deste lugar, escutando colocações referentes ao desencantamento com a educação e as angústias desses profissionais por se sentirem impotentes diante dos problemas referentes às políticas educacionais. É possível perceber um descompasso muito grande no encaminhamento de políticas de educação infantil e o que efetivamente se materializa nas escolas.

A esse respeito, é possível constatar que, a cada mudança de governo, são recorrentes os seguintes problemas: alta rotatividade de professores contratados como “estagiários”, falta de materiais e de equipamentos, necessidade de manutenção e ampliação dos prédios, falta do coordenador pedagógico na maior parte das instituições, insuficiência de funcionários e pessoal de apoio, dificuldade de articular a comunidade escolar para elaboração do projeto político pedagógico. Nesse sentido, os professores revelam-se desestimulados para o desempenho de suas funções docentes e de gestão. Apesar dos discursos dos governantes enfatizarem a importância e a prioridade da educação infantil, na prática, estes profissionais vivenciam situações que revelam o oposto.

Diante dessa realidade, é possível perceber que a rede municipal de ensino não tem conseguido avançar em relação à promoção de diretrizes políticas educacionais para as crianças na faixa etária de zero a seis anos, tendo em vista que as ações governamentais geridas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação pulverizam as instituições de educação infantil com programas e projetos pontuais, providos exclusivamente pelo Ministério da Educação ou em parceria com empresas privadas, visando a formação de professores e a adoção de materiais e programas de livros paradidáticos. Na prática, essas instituições gestam as ações demandadas pela Secretaria em detrimento de outras que emergem de suas próprias necessidades, dificultando assim a construção de um percurso político-pedagógico autônomo e democrático.

Assim, vale destacar que quando ingressei como professora concursada na rede municipal de ensino e iniciei minha carreira docente na educação infantil, em 1992, não tinha a dimensão de como essa etapa da educação estava organizada, bem como o tipo de atendimento que estava sendo promovido. Ao recordar aquele contexto, é possível identificar informações que dão pistas para se compreender melhor tal cenário. Se por um lado existiam instituições conveniadas que prestavam atendimento de zero a três anos, vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Comunitário; por outro lado, existiam as instituições públicas voltadas para o atendimento específico de crianças na faixa etária de quatro a seis anos (pré-escolar), sob a competência da Secretaria de Educação.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação, para promover esse atendimento, o Governo Colbert Martins da Silva, período de 1989 a 1992, foram construídas de 07 instituições², sendo 06 em bairros da periferia e 01 no distrito de Humildes. Estas foram projetadas visando atender a especificidade do atendimento para crianças na faixa etária dos quatro a seis anos, razão pela qual essas instituições possuíam infraestrutura adequada às atividades pedagógicas. Essas escolas foram equipadas com salas amplas, mobiliário adequado, sanitário adaptado, área de recreação e parque infantil. Também havia uma preocupação em enviar para essas instituições professores concursados e com perfil para atuarem nesse segmento.

Por sua vez, as instituições privadas, sem fins lucrativos³, criadas nas comunidades e

²Com a realização da pesquisa, constatou-se que os dados informados pela Secretaria Municipal de Educação não correspondem ao que foi efetivamente realizado no governo Colbert Martins da Silva.

³São instituições organizadas pela sociedade civil e que proclamam como objetivo prestar algum tipo de serviço público (saúde, educação, direitos civis, cultura, etc.). Para financiar suas atividades, entre outras fontes, contam com recursos públicos.

vinculadas às associações de bairro buscavam a Secretaria de Assistência Social com a finalidade de estabelecer parceria com o poder público municipal para o atendimento das crianças de zero a seis anos. Tal atendimento, no entanto, dava-se em espaços adaptados, sem a menor infraestrutura física e recursos humanos, pois contavam apenas com o apoio de voluntários da própria comunidade que trabalhavam com pouca ajuda de custo ou até mesmo sem qualquer remuneração.

Os quatro governos posteriores ao de Colbert Martins da Silva (refiro-me ao período de 1992 a 2012) construíram juntos apenas 02 instituições de educação infantil, também em bairros de periferia. Estas foram construídas, segundo informações da Divisão de Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação, nos dois mandatos do governo de José Ronaldo de Carvalho, período de 2001 a 2008. Portanto, observa-se que transcorridos 17 anos, após a gestão do governo Colbert Martins, o maior investimento na expansão do atendimento de educação infantil por meio da criação de instituições públicas foi justamente em seu governo. Do mesmo modo, foi crescente o número de instituições privadas sem fins lucrativos que passaram a atender as crianças em creches em tempo integral conforme explicitado anteriormente. Foi também neste Governo que se destinou professores concursados para as escolas criadas em sua gestão, todas denominadas de pré-escolas, pois deveriam atender apenas às crianças de quatro a seis anos.

Apesar desse cenário mais geral, até o momento não se conhece estudos que tenham se voltado para a análise das políticas educacionais para crianças de zero a seis anos em Feira de Santana que possam nos ajudar a compreender os elementos, as práticas e as tendências delineadoras da política para educação infantil no município, de modo que estas situem, historicamente, sua relativa relevância política, social e educacional. Neste contexto, torna-se, no mínimo, curioso entender o porquê a educação infantil entrou como pauta na agenda política do município como ação ‘prioritária’ no segundo mandato do Governo Colbert Martins da Silva.

Destarte, interessa-me investigar esse período, por ser um contexto político e educacional importante para o país, com a promulgação da nova Constituição Brasileira de 1988 e, posteriormente, a criação e promulgação do ECA e da LDB/1996, indicando importantes mudanças para educação e, em especial, para educação infantil. No âmbito municipal registra-se a definição da Lei Orgânica 37/1990 que também incorpora, como indicado anteriormente, garantias de atendimento para essa etapa. Tais informações dão-nos a dimensão do contexto atual em que se inserem as ações governamentais, contudo são

insuficientes no sentido de compreender os mecanismos e as interfaces que influenciaram historicamente a formulação de políticas públicas para Educação infantil no cenário político e educacional do município.

Conforme indica Vieira (1989), o III Plano Setorial da Educação e Cultura (BRASIL, 1980) foi um documento orientador das diretrizes políticas para educação nacional. Desse modo, infere-se que o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar (BRASIL, 1981), inspiraram as definições e os marcos regulatórios do Governo Colbert Martins, período de 1989 a 1992. Estes documentos orientaram governos a estabelecerem como ação prioritária para a educação nacional o atendimento pré-escolar.

Considerando, portanto, esses indícios iniciais e as lacunas quanto aos estudos em torno da temática aqui proposta, a questão norteadora desta pesquisa foi formulada nos seguintes termos: Quais são as características e marcos regulatórios das políticas para educação infantil do governo Colbert Martins da Silva e quais os seus sentidos para a democratização da educação pública em Feira de Santana no período 1989-1992?

Como parte do percurso investigativo foi realizado um levantamento de dissertações e teses no banco de dados da CAPES e de algumas universidades públicas, a fim de identificar quais estudos acadêmicos foram realizados sobre políticas públicas para educação infantil em Feira de Santana. Estas foram realizadas em diversas instituições públicas no país, sendo 03 em universidades estaduais e 04 em federais (perfazendo um total de 07 instituições); entre estas, 03 estão fora do estado da Bahia, sendo 02 federais e 01 estadual.

O resultado desse mapeamento indica três pesquisas referentes à educação infantil com enfoque no campo da formação de professores e prática pedagógica (ALMEIDA, 2010; TRINDADE, 2011; UZÊDA, 2007). É válido salientar que foram identificados seis estudos no campo das políticas públicas e gestão educacional, cuja as análises se concentram no ensino fundamental (SILVA, 1999), o trabalho docente e profissionalização (SILVA, 2008), o sistema municipal de educação (CASTRO, 2011) e as políticas para educação especial (SOARES, 2010) e (SOTO, 2011).

O estudo realizado por Rehem (2013) sobre a educação infantil e política social se propôs analisar a política de educação infantil em Feira de Santana, no período entre 2001 e 2008, visando identificar como esta é anunciada, materializada e a partir de quais demandas, desse modo, contribuindo para o debate sobre o atendimento de educação infantil na rede municipal, apontando para análise da oferta demandada e ofertada por organizações da

sociedade civil, uma vez que o poder público municipal não assume como responsabilidade e dever do Estado.

Por meio desse levantamento constatei a insuficiência de pesquisas concernentes às políticas para educação infantil em Feira de Santana e, nesse sentido, os estudos realizados por SILVA (1999) e CASTRO (2011) contribuíram para a compreensão do contexto político e educacional.

Esta pesquisa, portanto, ao assumir como objeto de estudo as políticas para educação infantil do Governo Colbert Martins Silva (1989-1992) caracteriza-se como um passo em relação aos estudos sobre a educação em Feira de Santana, ao focalizar um tema de contornos específicos e até então não explorado. Deste modo, o estudo é colocado como um instrumento para a ampliação dos conhecimentos sobre o tema, com a intenção de fomentar a discussão com os sujeitos envolvidos no processo educacional, na busca de proposições efetivas para a produção e redirecionamento das políticas governamentais para as crianças de zero a seis anos.

A pesquisa teve como objetivo geral compreender as características, os marcos operatórios e os sentidos das políticas de educação infantil no período em foco. Os objetivos específicos foram:

- Situar as ações do governo federal e o papel dos movimentos sociais em defesa da educação infantil no contexto de transição no cenário nacional;
- Analisar as ações do Governo Colbert Martins e sua relação com os movimentos sociais;
- Discutir os marcos operatórios e seus sentidos como vetor de democratização da educação infantil no período de 1989 a 1992;

O estudo teve como referência três categorias centrais: transição, educação infantil e democratização. A categoria transição foi fundamental para ajudar no entendimento do contexto político e educacional correspondente à passagem do regime civil-militar para a chamada democratização política brasileira a partir de 1985. Desse modo, considerou-se alguns pontos relevantes para compreensão de tal momento histórico, a partir das análises apresentadas por Vieira (1998), Camargo; Diniz (1989); Coutinho (2006) e Silva (1999), através dos quais pode-se chegar ao entendimento do contexto de transição política brasileira,

pós-ditadura civil-militar, e os meandros para a definição da política e da educacional nacional.

Para Braslavsky (1989), o processo de transição política e da educação é caracterizado por forte ambiguidade e a coexistência de elementos de dois pólos entre os quais transita o autoritário e o democrático. Outrossim, Vieira (1989) adota tal conceituação para compreender como se deu o processo histórico no Brasil chamado de “transição democrática” que compreende “a passagem de um momento político (autoritário) para outro, (democrático) (...)” (p.06).

As autoras Camargo e Diniz (1989) afirmam que nesse período ocorreram mudanças substanciais nos padrões de associação e nas formas de mobilização, em decorrência da ampliação e do fortalecimento da capacidade de organização social, a partir do crescimento das pressões e demandas populares sobre o sistema institucional e político. Esse processo foi marcado por variadas mudanças, por elas denominado por “modernização conservadora”, assim compreendido pela coexistência de forças distintas e mesmo contraditórias que contribuíram para o alto grau de heterogeneidade de interesses em disputa, tornando difícil estabelecer os limites entre os partidos conservadores e progressistas, entre oposição e governo.

Segundo Coutinho (2006) as forças mais atrasadas das classes dominantes têm explicitado sua clara intenção de anular as ações radicais das camadas populares nestes processos de transformação, quando de sua participação nas referidas mudanças. Desse modo, segundo o autor, a compreensão desse contexto reúne elementos que ajudam a entender a natureza e a intensidade dos avanços sociais que foram sendo gerados nos últimos anos.

A análise da transição democrática e os processos de reordenamento do ensino em Feira de Santana, produzida por Silva (1999), possibilitou compreender as mudanças engendradas na área social, especialmente, no campo educacional, com a inclusão então do ensino pré-escolar e de creches, denominada na Lei Orgânica Municipal.

A categoria educação infantil mediou a compreensão e análise da política local de educação infantil. As autoras Kramer (1992), Kishimoto (1990) Rosemberg (2003; 2002; 1992; 1984) e Campos (2010) apresentam-nos o debate sobre o atendimento das crianças de zero a seis anos e a definição de políticas educacionais para essa faixa etária, conforme estabelecido na Carta Magna de 1988. Para tal, os autores Kramer (2006a) e Kuhlmann (2010) contribuíram para a conceituação da categoria infância e entendê-la em sua correlação com a educação infantil, sendo esta última, considerada como direito da criança,

compreendida como o modo de organização educacional que abrange o período do atendimento das crianças de zero a seis anos, em instituições organizadas como creches e pré-escolas, a fim de atender as especificidades da infância em suas múltiplas dimensões física, emocional, política, social e cultural.

Por fim, a categoria democratização permitiu entender as políticas de tal processo. Segundo Lemus (2010, s/p), a democratização da educação está relacionada com o direcionamento dado “pelos sujeitos da educação, professores e professoras, estudantes e pais e mães de família, e suas organizações sindicais e sociais, para participarem na condução da educação”. Embora a autora refira-se à democratização da educação como ideia orientadora das ações desses sujeitos, neste trabalho, considera-se como categoria teórica, identificada como a universalização gratuita do ensino em todos os níveis da educação.

Outros três autores contribuíram para aprofundar tal conceito, a saber: Coutinho (2002) ao afirmar que a democratização assume formas concretas de manifestação da democracia, de fonte renovável e aprofundável, mas tem como valor universal o processo de socialização da participação política; Ciavatta (2002), ao criticar a visão estreita da concepção de Estado como inibidor, restritivo, coercitivo da ação por meio dos seus aparelhos ideológicos, com projetos alheios às demandas fundamentais para a sobrevivência da população. Nesse sentido, essa autora lembra o papel dos setores populares organizados para a democratização do país e afirma que houve efetividade para a solução dos problemas básicos da educação (analfabetismo, exclusão, repetência, más condições do aparelho escolar, baixos salários, desqualificação do magistério); e por último Silva (2006) assevera que democracia e democratização da educação são processos indissociáveis e, que a defesa da democracia é mais que uma forma de governo, é uma prática social que media a transformação das relações humanas a fim de suprimir toda forma de opressão e dominação vigente. Tais análises contribuíram para compreender a relação Estado e sociedade civil na luta, defesa, organização e implementação de políticas para educação infantil, tendo como princípio a democracia e sua materialidade por meio da democratização da educação.

No que tange a pesquisa, trata-se de um estudo de natureza qualitativa, o que decorre do entendimento de que a construção do objeto em apreço exige a exploração de interfaces complexas tais como “(...) o universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço, mais profundo das relações, dos processos, dos fenômenos” (MINAYO, 1994, p. 21-22). Diante desse desafio, optou-se pela pesquisa documental, entendendo o documento como expressão viva de relações sociais, produto das interações

humanas que expressam concepções de mundo, resultado de um movimento histórico em que emergem contradições, interesses e visões de mundo e, não apenas um registro estático e acabado de fatos e acontecimentos históricos de um passado que precisa ser comprovado.

A concepção de documento como elemento factual e acabado sofreu inúmeras críticas de teóricos e pesquisadores, possibilitando relacionar a pesquisa documental a outros referenciais epistemológicos e de análise, que constituíram “a base da concepção dos documentos como produção material humana, fruto de realidades múltiplas e complexas que precisam ser desveladas pelo pesquisador”. (MENDES; FARIAS; THERRIEN, 2011, p. 34).

Imbuída deste espírito, estabeleci algumas etapas para que os processos de estudo e coleta de dados permitissem a exploração do objeto em suas múltiplas nuances. Assim, o *corpus* documental foi sendo composto aos poucos e por meio de buscas em espaços variados. A data, os autores e o conteúdo relacionados à educação infantil foram os principais critérios para a seleção dos mesmos. Os jornais, as legislações, as atas, os relatórios de gestão foram os alvos iniciais da pesquisa e, posteriormente, esse *hall* foi sendo ampliado, passando a abranger textos diversos produzidos pelas escolas, tais como termos de convênios, projetos e atas de reuniões.

A coleta dos dados fora realizada em espaços institucionais⁴ tais como: Arquivo Público e Câmara Municipal, Secretarias de Educação e de Desenvolvimento Social do município de Feira de Santana, Diretoria Regional de Educação e Cultura (DIREC⁵)/Secretaria Estadual de Educação, Tribunal de Contas do Município (TCM), Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Jornal Folha do Norte, Biblioteca Municipal, instituições municipais de educação infantil⁶, Organizações não governamentais (Movimento de Organização Comunitária – MOC – e Associação da Promoção Humana), Rádio Sociedade de Feira de Santana; Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB).

Além disso, buscou-se também o acesso a fontes por meios eletrônicos, incluindo-se os sites da Câmara de Vereadores e da própria Prefeitura Municipal, Banco de Teses e Dissertações da CAPES e de Instituições de Ensino Superior (UFBA, UEFS e UNEB), IBGE e MEC/INEP. Como a busca de documentos nesses espaços, nem sempre era bem sucedida,

⁴Não foram encontrados documentos no: Tribunal de Contas do Município, sede do PMDB, DIREC, Rádio Sociedade e APLB.

⁵Com o Decreto nº 15.086 de 30 de dezembro de 2014, as Diretorias Regionais de Educação (DIREC) passaram a ser os Núcleos Regionais de Educação (NRE)

⁶As pré-escolas municipais: Alda Marques, José Martins Rios, Judite Alencar, João Serafim, Dr. Alberto Oliveira, Thelma Carneiro, Marina Carvalho.

foi agregada a essa iniciativa, o contato com sujeitos que pudessem indicar e/ou disponibilizar documentos oriundos de seus arquivos pessoais, a exemplo de Hosannah de Oliveira Leite Figueiredo⁷, Ildes Ferreira de Oliveira⁸, Adilson Simas⁹, Luciano Ribeiro Santos¹⁰, mas com estes não foram encontrados. Além disso, foram contatadas diretoras e professoras das instituições de educação infantil.

Inicialmente, foi feito o levantamento nos bancos de dados da CAPES e IES para identificar as possíveis pesquisas sobre a educação em Feira de Santana e a coleta de informações no Jornal Folha do Norte. Este periódico foi escolhido como fonte de dados, considerando dois critérios: o primeiro, por seu viés político-ideológico comprometido com os setores economicamente dominantes, explicitamente, declarado por seus articulistas nas matérias produzidas em apoio ao regime civil-militar e em tom de crítica as lideranças locais como Francisco Pinto e Colbert Martins da Silva, à época, compunham ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de forte resistência ao regime.

Segundo o pesquisador e historiador Jhonatas Lima Monteiro (2009), o Jornal Folha do Norte se constituiu no principal periódico local nos anos 60, com apreciável centralização da vida intelectual do município, se constituindo em um típico jornal liberal udenista. Ainda segundo o autor, Hugo Navarro Silva, seu principal articulista, deu uma entrevista à Revista Panorama (1984) onde mais uma vez reitera a linha política e ideológica do jornalismo produzido pelo periódico. Sobre isso afirma o autor,

Após ressaltar a fidelidade do Jornal “aos princípios de seus mentores”, a matéria reproduz fala de Hugo Navarro Silva, principal articulista do Periódico desde a década de 1960, em que este informava que alcançou o Folha do Norte na década de 1930, “lutando contra o Estado Novo. Havia uma ditadura no país e a Folha tinha uma linha contra Getúlio Vargas, contra o integralismo, que era muito forte, e tinha uma linha anti-comunista. Com a redemocratização, Arnold ingressou na União Democrática Nacional (UDN) e nós seguimos esta linha e que (sic!) permanecemos

⁷Foi vereador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), durante os anos de 1989 a 1992. Assumiu cargo como secretário de governo nas gestões de: Colbert Martins da Silva (Secretário de Obras, 1977-1983), João Durval Carneiro e José Raimundo Pereira de Azevedo (Secretário de Expansão Econômica, 1993-1997) e José Falcão da Silva (Secretário de Governo). Disponível em; <https://leismunicipais.com.br>

⁸ Foi membro do Movimento de Organização Comunitária (MOC, como colaborador técnico, nos períodos 1970-1987, 1990-1996, 2001-2006, 2009-2010 e como diretor executivo, 1988-1989 ; Secretário de Habitação, 1989-1992, no governo de Colbert Martins da Silva; vereador pelo PMDB, 1997-2000; é Secretário de Desenvolvimento Social, desde 2013, no governo do prefeito José Ronaldo de Carvalho. Disponível em: <http://www.escavador.com/sobre/548644/ildes-ferreira-de-oliveira#atuacao-profissional>

⁹Declara-se jornalista e é fundador do Blog Por Simas; militante do PMDB.

¹⁰Foi vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro-MDB, 1966-1970. Durante o governo militar, foi cassado e condenado a 2 anos de prisão, após 8 meses foi absolvido pelo Supremo Tribunal Militar; Deputado estadual, MDB, 1979-1983; Vice-prefeito de Feira de Santana pelo PMDB. Suplente de senador pelo PMDB, 1987-1991. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/deputados/Deputados-Interna.php?id=285>. Atualmente é vice-prefeito do governo José Ronaldo de Carvalho, desde 2013.

até hoje, passando pela Arena e agora o PDS". (PANORAMA *apud* MONTEIRO, 2009, p. 44)

O segundo critério, considerou o potencial do seu acervo para revelar fatos e interpretações, envolvendo os sujeitos dos cenários local e nacional. Fundado em 1910, tem circulação até os dias atuais, a sede do Jornal mantém um acervo que permite mapear aspectos políticos, educacionais, econômicos e culturais de âmbito local, regional e nacional. Com periodicidade semanal e circulação aos sábados, as matérias são produzidas por diversos autores, em geral, não são assinadas. Para efeito da pesquisa, as notícias e as informações utilizadas no corpo da dissertação abrangeram o período de 1988 a 1992 e não possuem a identificação dos autores.

Cabe registrar que a opção por incluir as edições de 1988 decorreu da necessidade de traçar um panorama do processo eleitoral e da passagem da gestão do Prefeito José Falcão da Silva (1983-1988) para a gestão do Prefeito Colbert Martins da Silva (1989-1992), tendo em vista as relações de força, a disputa eleitoral, as tensões e conflitos no PMDB para a definição dos candidatos às eleições de 1988, dentre outras questões prementes no contexto. No que concerne à educação foram localizadas matérias abrangendo diversos temas: greve dos professores da rede municipal, eleição de diretores e vice, obras de construção de prédios para o atendimento pré-escolar, recuperação e construção de prédios de ensino fundamental e ampliação de salas de aula, além da participação do Secretário Luciano Ribeiro Santos em eventos. Observou-se que em relação à educação infantil as matérias que circularam tiveram como foco a divulgação de obras, seja de construção ou reforma de prédios.

Outra fonte importante para o estudo foi o banco de dados do site Leis Municipais, onde constam as leis ordinárias e complementares, decretos, resoluções e atos legislativos dos municípios. Sobre as normas e legislações em Feira de Santana, foram encontrados registros de 1948 a 2015. Para a seleção das legislações que pudessem contribuir com o estudo foram utilizadas as palavras-chave: pré-escolar, creche, associações, clube de mães, professor.

Vale ressaltar que as Atas ordinárias do Legislativo cumpriram um papel importante como fonte de dados. Mesmo referindo-se aos atos do legislativo, foi possível identificarmos informações e dados nos pronunciamentos de vereadores do partido do governo (PMDB) e aliados, bem como dos vereadores adversários. Estas contribuíram para uma aproximação mais crítica das intenções e ações de Colbert Martins. Diversos temas foram abordados da conjuntura política e educacional, dentre os quais podemos destacar: a greve dos professores e a luta para garantir o cumprimento do Estatuto do Magistério do Professor da Rede

Municipal, tensões em torno da eleição dos diretores e vice, denúncia dos vereadores, cobrando do governo uma posição em relação ao fechamento de creches. Chama a atenção também os debates durante a elaboração da Lei Orgânica, as eleições para presidente em 1989, as críticas às ações do Governo Waldir Pires, os tensionamentos em torno do Plano Municipal de Habitação (PLANOLAR), a falta de infraestrutura das escolas estaduais, a crise financeira na UEFS e a greve dos docentes.

Neste universo, selecionei apenas os registros relacionados diretamente ao objeto de estudo desta pesquisa. No processo de leitura e sistematização das informações o pronunciamento dos líderes do Governo foi fundamental para compreensão das ações governamentais. Vale esclarecer, todavia, que não foi intenção desse mapeamento analisar ações do poder legislativo e as leis de autoria dos vereadores.

Nas incursões pela Câmara Municipal, foram digitalizados os livros de atas dos nº 27 a 32, referentes ao período de 1989 a 1991. Foram lidas novecentas e noventa e três páginas e nestas constam os registros das indicações feitas ao Prefeito (momento em que faz solicitações de obras, informa sobre a necessidade de investimento em alguns setores e bairros), pronunciamentos dos líderes (neste momento identificou-se os discursos sobre as ações do governo nas mais diversas áreas, especialmente, os temas que ganharam mais prioridade).

No processo de qualificação da pesquisa, outras fontes foram sugeridas, tais como o Jornal “O Grito da Terra”, os Relatórios anuais do MOC, as pautas e gravações de noticiários de rádios feirenses, a fim de identificar informações que ajudassem a compreender o contexto político, social e educacional da década de 1980, considerando a participação da sociedade civil na luta em defesa da educação infantil. Tais documentos foram fundamentais para a identificação do movimento histórico e as contribuições que essa participação política teve para a agenda política.

O Jornal “O Grito da Terra”¹¹ foi criado com periodicidade mensal, com a intenção de torna-se gradativamente semanal. Segundo informações do Editorial (1981), este meio de comunicação propôs-se a produzir um jornalismo crítico, independente e amplo, na busca de uma interpretação objetiva dos fatos e fornecendo subsídios para o debate entre as entidades que o compunha e o público em geral. Como esforço conjunto das entidades e grupos sociais

¹¹A sede localizava-se na Rua J. J. Seabra, nº 163. Edifício Lessia Rodrigues, 1º andar, S/ 103. Este documento foi disponibilizado pelo Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU), da Universidade Estadual de Feira de Santana, em formato digitalizado. O quadro com as edições está em anexo.

organizados, em seu primeiro número, o Jornal apresentou uma Carta de Princípios com quatorze itens. Os membros e representantes das entidades e das organizações¹² foram os colaboradores das publicações.

Conforme mencionado anteriormente, uma outra fonte indicada para análise foram os Relatórios do Movimento de Organização Comunitária – MOC, referentes ao período de 1988-1992. Segundo registros da própria organização, esta foi fundada em 1967, com sede em Feira de Santana, surgiu a partir do trabalho social da Igreja Católica e, gradativamente, foi ampliando suas relações com Igrejas Evangélicas. Desde a sua criação. O MOC teve por objetivo despertar as pessoas para os seus direitos e incentivá-las a se organizarem para o exercício da cidadania.

Foram identificados na sede do MOC, os Relatórios anuais referentes aos anos de 1984 e de 1988 a 1992. Os relatórios analisados indicaram que o MOC fez uma atuação ampla junto aos municípios¹³ da região, visando a organização e politização dos trabalhadores e camadas populares, por meio de Programas financiados com recursos de órgãos públicos e fundações privadas nacionais e internacionais. Também constam nestes relatórios

¹²Comitê de Defesa dos Direitos Humanos de Feira de Santana; 2. Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Feira de Santana); 3. Assessoria, Pesquisa e Avaliação (ASPA); 4. Associação dos Docentes da Universidade de Feira de Santana; 5. Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado da Bahia (ASTA); 6. Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários; 7. Associação dos Funcionários Públicos do Município de Feira de Santana; 8. Foto – Cineclubes Olney São Paulo; 9. Diretório Acadêmico Honestino Guimarães (Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana); 10. Diretório Acadêmico Alexandre Vanucci (Ciências Contábeis, Universidade Estadual de Feira de Santana); 11. Diretório Acadêmico Antonio Santa Bárbara (Engenharia Civil, Universidade Estadual de Feira de Santana); 12. Grupo de Jovens da Paróquia Senhor do Bonfim (Cruzeiro); 13. Associação dos Moradores do Conjunto Morada das Árvores; 14. Sociedade Beneficente Presidente Getúlio Vargas (bairro Jardim Cruzeiro); 15. Associação dos Sociólogos da Estado da Bahia (Secção de Feira de Santana); 16. Grupo Comunitário do Bairro Novo Horizonte; 17. Associação de Moradores do Bairro de Santo Antônio dos Prazeres; 18. Comissão Pró-Diretório Acadêmico do Curso de Estudos Sociais (Universidade Estadual de Feira de Santana); 19. Comissão Pró-Diretório Acadêmico do Curso de Enfermagem (Universidade Estadual de Feira de Santana); 20. Associação de Moradores do Bairro Nova Esperança; 21. Associação dos Moradores do Bairro Rua Nova (AMORUM); 22. Associação Comunitária de Maria Quitéria – ACOMAQ; 23. Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB); 24. Delegacia Sindical dos Professores do Estado da Bahia; 25. Associação de Moradores do Bairro do Horto; 26. Associação de Moradores da Avenida Anchieta; 27. Associação de Moradores da Pampalona; 28. Associação dos Oleiros de Feira de Santana (ASSOFS); 29. Comissão Pró-Diretório Acadêmico de Administração (Universidade Estadual de Feira de Santana).

¹³Territórios do Sisal (Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansação, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente); Território Bacia do Jacuípe (Capela do Alto Alegre, Gavião, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe); Território Piemonte da Diamantina (Campi Grosso, Jacobina, Orolândia, Serrolândia, Várzea da Roça); Território Portal do Sertão (Antonio Cardoso, Água Fria, Feira de Santana e Santa Bárbara).

intervenções por meios de Programas Agrícola, de Saúde Comunitária, de Apoio aos Movimentos Sociais, de Alfabetização, de Apoio à Micro-Projetos Econômicos.

A aproximação com os documentos oriundos desses órgãos não governamentais teve como propósito identificar e problematizar o modo como essas entidades, em especial, as associações comunitárias, atuaram na luta pelo atendimento às crianças de zero a seis anos.

Por meio da aproximação com o Jornal “O Grito da Terra” e com os Relatórios do MOC foi possível explorar o antagônico, o contraditório, o que não costuma ser visto em jornais que explícita ou implicitamente representam interesses dos setores econômico e politicamente dominantes. Neste sentido, foi instigante refletir sobre a convergência e/ou divergência entre a legislação, as intenções políticas e a realidade como par dialético que fornece pistas para ampliar os entendimentos sobre a educação.

No percurso, outras fontes que não estavam previstas foram compondo o *corpus* documental ao longo do processo:

1. A Revista Panorama. De iniciativa do setor privado, tinha circulação local e interestadual. Propunha-se a apresentar notícias sobre diversos temas: política, educação, saúde, entrevistas de Feira de Santana e municípios da microrregião. A publicação consultada deu um destaque especial a eleição de Colbert Martins, suas intenções no Governo Municipal depois de eleito, as principais linhas de ação foram anunciadas por meio de uma entrevista com o próprio Prefeito.
2. Documentos da Associação de Promoção Humana disponibilizados por Eliane Martins Silva¹⁴, permitiram a leitura e análise dos termos de convênio entre a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Prefeitura; anotações com orientações da professora Elizabeth Gomes Martins; dossiê da Associação com as ações desenvolvidas.
3. Documentos das escolas: projetos políticos pedagógicos e ata de reunião de uma instituição.
4. Documentos oficiais: no âmbito municipal, Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Magistério do Professor da Rede Municipal, Plano Plurianual. No âmbito nacional, a Constituição Federal e o Programa Nacional da Educação Pré-Escolar.

¹⁴Atual presidente da Associação de Promoção Humana. Filha de Elizabeth Gomes Martins, ex-presidente. Os documentos que estavam em seu poder foram guardados após o falecimento de sua mãe em 15/09/2010.

Alguns arquivos de instituições públicas foram consultados, mas não foram encontrados documentos da época, tais como: o Tribunal de Contas dos Municípios - TCM, onde se buscou o relatório financeiro da gestão em análise; a Diretoria Regional de Educação de Feira de Santana-Direc 02, onde se buscou a relação das instituições e associações que atendiam educação infantil, uma vez que estas estavam vinculadas ao Sistema Estadual de Educação.

Chama atenção, nesse processo, que a busca por documentos no Arquivo Público Municipal não contribuiu para o estudo, pois segundo informações dos profissionais que trabalham nesse lugar, os documentos existentes são jornais, decretos, portarias da prefeitura, mas segundo a Lei nº 1077/1987, que dispõe sobre a criação e finalidade do órgão, em seu artigo 2º, este órgão deve,

[...] desempenhar atividades referentes ao recolhimento, guarda, preservação e conservação de documentos que evidenciem a memória histórica, geográfica, administrativa, técnica, legislativa e jurídica do Município de Feira de Santana”. Mas o que se pode constatar é que este órgão não tem cumprido a finalidade para o qual foi criado. (FEIRA DE SANTANA, 1987)

Constata-se que, mesmo vinte e sete anos após a sua criação, o Arquivo Público Municipal mantém a cultura do descuido com os documentos públicos que resguardam a memória cultural, institucional, política, social do município.

A pesquisa documental, apesar da riqueza de possibilidades, apontou alguns limites para o entendimento dos meandros dos bastidores que enredam a vida no seu acontecer. Todavia, à medida que buscava os documentos nas instituições e/ou contactava sujeitos que vivenciaram aquele período, deparei-me com um elemento novo e ao mesmo tempo promissor: as falas espontâneas dos sujeitos. Ao apresentar o objeto do estudo e mencionar sua relação com o período do Governo de Colbert Martins as pessoas demonstravam certa euforia, como se as experiências daquele contexto trouxessem lembranças marcantes sobre a educação infantil em Feira de Santana. As lembranças levavam as pessoas rememorem fatos em torno da educação infantil no município, indicando uma lógica narrativa partilhada a partir de um lugar e sob o espectro de um único sujeito: Colbert Martins, materializado nas imagens do prefeito que “fez pelos pobres” e “que construiu as pré-escolas”.

Essas imagens foram formando uma memória partilhada entre pessoas de tal forma que não foi possível ignorá-las. Assim, embora a realização de entrevistas não estivesse prevista, foi inevitável o diálogo, o que acabou por me desafiar a pensar o modo como lidar

com as falas espontâneas das pessoas com quem tive contato nesse período. Assim, em acordo com a minha orientadora, decidimos considerar algumas das informações produzidas por essas memórias, as quais foram registradas aqui com o cuidado de preservar o conteúdo, principalmente, quando estas traduziram uma base comum, reconstruída a partir de conversas informais, mas preservando a identidade dos falantes e jamais dando a essas falas a dimensão de entrevistas.

Ao tratar sobre memória, Halbwachs (2003) afirma existir uma memória individual e coletiva. Para que a memória individual se aproveite da memória dos outros, a apresentação do testemunho não é suficiente, é importante que ela não tenha deixado de concordar e, é necessário, haver pontos de contato uma com as outras para que a lembrança que nos fazem recordar seja reconstruída a partir de uma base comum, só assim “podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída”. (HALBWACHS, 2003, p. 39). O guardado dessa memória coletiva que se manifesta nas falas espontâneas das pessoas com quem mantive contato revelam percepções da realidade guardadas em suas lembranças.

Nesse sentido, como pesquisadora, ao buscar a reconstrução desse lugar comum da memória nas falas desses sujeitos, procurou-se identificar elementos que revelam um contexto em que contradições, antagonismos, concepções mesclam-se e fundem-se, mas que são resultado da intervenção coletiva dos sujeitos em ação.

Cabe asseverar que a recomposição do cenário educacional das políticas de educação infantil em Feira de Santana não são mero fruto de uma lembrança espontânea e descomprometida, mas parte das práticas de elaborações e reelaborações que se fortalecem dentro de “grupos sociais” em seus contextos.

Ao entrar em contato com algumas diretoras e professoras, isto foi materializando-se à medida que elas não só ajudavam na localização de documentos, mas falavam de suas experiências como sujeitos daquele contexto, das mudanças que ocorreram na política para as crianças menores que seis anos, da indicação política para direção, da reação da comunidade com o fechamento das creches, principalmente, por não disporem de alguns documentos. A decisão de considerar essas falas durante o processo contribuiu para que questões e dúvidas que foram surgindo a partir da análise dos documentos fossem iluminadas pelas informações vindas dessas falas, possibilitando uma melhor compreensão do cenário da época.

Desse modo, foi partir desses depoimentos que se manifestaram de forma livre e espontânea que obtive informações importantes sobre aquele contexto e que ajudaram a elucidar o que os documentos acabaram não revelando, a exemplo, de uma diretora e uma

professora que trabalharam em duas das instituições de educação infantil que fizeram parte das mudanças implantadas no período.

Sobre o corpo deste trabalho cabe anunciar que está estruturado em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo situa as ações do governo federal e o papel dos movimentos sociais em defesa da educação infantil no contexto de transição política, nomeadamente a passagem do regime civil-militar para o democrático, fazendo a contextualização histórica e política da educação brasileira, com ênfase nos projetos de educação infantil concorrentes nos tempos de transição e, notadamente, no período imediato da criação do Estado Democrático de Direito, regido pela Constituição de 1988.

O segundo capítulo volta-se para o cenário local, apresentando o perfil político do prefeito Colbert Martins da Silva e de sua gestão, abrangendo a contextualização dos marcos legais e os direcionamentos políticos que o governo deu à política de educação infantil, inclusive as relações com os movimentos populares.

O terceiro e último capítulo busca analisar a política de educação infantil no cenário educacional do município de Feira de Santana, mostrando como ela foi concebida e implantada, no período 1989-1992.

Em toda realidade particularizada, os elementos gestados na sociedade constituem características que se assemelham e se diferenciam na relação com o contexto político, social e educacional mais amplo e, desse modo o desenvolvimento desse estudo contribuiu para construir uma visão de totalidade dos aspectos que envolvem a elaboração e execução de uma política educacional. Assim como entendê-las como resultado de um conjunto de ações que vão sendo engendradas por meio da intervenção de diferentes sujeitos, marcados pelos lugares que ocupam e os projetos que representam.

CAPÍTULO 1

A TRANSIÇÃO POLÍTICA E OS CONTORNOS DA “DEMOCRATIZAÇÃO” DA EDUCAÇÃO

(...) Um tempo que insinua entre o lusco-fusco dos dias que se foram com a queda do regime militar e o anúncio de novos tempos, cujos contornos ainda são indefinidos. Um tempo de sonhos e de frustrações. De ilusões de conquistas de direitos (...) (VIEIRA, 1998, p. 30)

Este capítulo tem como propósito situar as ações do governo federal e o papel dos movimentos sociais em defesa da educação infantil no contexto de transição no cenário nacional, fazendo a contextualização histórica e política da educação brasileira, no período de mudança do regime civil-militar para o democrático, analisando os projetos de educação infantil concorrentes nos tempos de transição e, notadamente, no período imediato da criação do Estado Democrático de Direito, regido pela Constituição de 1988.

Antes, porém, da análise proposta para esse capítulo, faz-se necessário explicitar qual concepção de educação infantil e infância orientam esse estudo. Desse modo, a educação infantil é compreendida como o período de atendimento das crianças de zero a seis anos, em instituições creches e pré-escolas, a fim de atender as especificidades da infância em suas múltiplas dimensões física, emocional, social e cultural. A infância é entendida a partir das acepções defendidas por Kramer (2006) como categoria da história humana e Kuhlmann (2010) como categoria histórica e social.

Kramer afirma que a infância é “entendida como o período da história de cada um, que se estende, na nossa sociedade, do nascimento até aproximadamente dez anos de idade” (KRAMER, 2006a, p. 13). Ao analisar a criança e a infância, a autora nos ajuda compreender que “Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas” (KRAMER, 2006a, p. 15), e, assim sendo, estas não se resumem “a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em deixar de ser criança)” (Idem). Para tanto, estas “são cidadãs, pessoas detentoras direitos, que produzem cultura e são nela produzidas” (Idem). A autora chama atenção para pensar a infância como

categoria da história por considerar que há uma “história humana porque o homem tem infância”. (Idem).

Em acordo com Kramer, considero não haver rupturas no processo de formação humana, e, ao focalizar o estudo para a política de educação infantil, isso não implica tornar imperativo a fragmentação de tais sujeitos, mas reconhecê-los a partir da educação proposta à essa faixa etária, considerando-as em sua integralidade.

Ainda sobre o conceito de infância, Kuhlmann afirma que “As crianças participam das relações sociais, e este não é exclusivamente um processo psicológico, mas social, cultural, histórico”. (KUHLMANN, 2010, p. 30). Sendo assim, os valores que se apropriam, a busca pela participação e os comportamentos que desenvolvem “são próprios de seu tempo e lugar, porque as relações sociais são parte integrante de suas vidas, de seu desenvolvimento” (Idem). Sendo assim, em conformidade com o autor quando afirma,

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc, reconhecê-las como produtoras da história. Desse ponto de vista, torna-se difícil afirmar que uma determinada criança teve ou não infância. Seria melhor perguntar como é, ou como foi, sua infância (...). (KUHLMANN, 2010, p. 30)

É considerando tais definições que a política de educação infantil em Feira de Santana foi se constituindo num cenário político em que novas definições que foram sendo engendradas, marcado pelo confronto de projetos antagônicos de sociedade e de educação, vinculados às mais diferentes forças políticas e sociais no país. Esse processo envolveu momentos acirrados de conflitos e grandes mobilizações, mas também, de tentativas de construção de consensos, através de mecanismos de negociação.

Para tanto, consideraremos alguns pontos que julgamos relevantes para compreender tal momento histórico, a partir das análises apresentadas por Vieira (1998), Camargo; Diniz (1989); Silva (1999), através dos quais pode-se chegar ao entendimento do contexto de transição política brasileira, pós-ditadura civil-militar, e os meandros para a definição da política educacional nacional.

Desse modo, analisar como essas políticas foram sendo gestadas no cenário nacional, a partir das diretrizes anunciadas no contexto em estudo, permite-nos construir definições políticas, nesse processo de correlação de forças políticas e sociais, que consegue estabelecer, por meio de reformas jurídico-institucionais, alguns direitos fundamentais.

1.1 A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA E OS PROJETOS EM DISPUTA

Buscando entender certas especificidades da transição brasileira, Camargo e Diniz (1989) chamam a atenção para a combinação de dimensões diacrônicas e sincrônicas, num processo de transição negociada, que contou com parte da adesão das elites dirigentes do regime anterior, reforçando de forma gradual as velhas lideranças e inibindo as forças de mudanças que haviam construído a derrubada do regime autoritário.

Assim como as autoras, Coutinho (2006) afirma que as forças mais atrasadas das classes dominantes têm explicitado sua clara intenção de anular as ações radicais das camadas populares nestes processos de transformação, quando de sua participação nas referidas mudanças. Este estado de coisas, denominado de “revoluções passivas, provocam mudanças na organização social, mas também conservam elementos da velha ordem” (COUTINHO, 2016, p.174). Desse modo, a compreensão desse contexto reúne elementos que ajudam a entender a natureza e a intensidade dos avanços sociais que foram sendo engendrados nos últimos anos.

Sobre isso afirmam Camargo e Diniz (1989) que existiram mudanças substanciais nos padrões associativos e nas formas de mobilização, por conta da ampliação e fortalecimento da capacidade de organização social, a partir do crescimento das pressões e demandas populares sobre o sistema institucional e político. No entanto, houve uma superestimação dos efeitos políticos destas mudanças, tanto ao nível da prática social quanto ao nível das formulações teóricas, por duas razões: a primeira, seguiu-se uma lógica de incrementalismo e não de ruptura com os padrões anteriormente estabelecidos, tanto no que se refere a parte da elite, quanto às organizações populares; a segunda, porque o aperfeiçoamento da capacidade de organização não foi automaticamente absorvida pelo sistema político-institucional.

Esse processo, marcado por mudanças tão variadas, é denominado pelas autoras como modernização conservadora. Essas forças distintas e mesmo contraditórias contribuíram para o alto grau de heterogeneidade, tornando difícil estabelecer os limites entre os partidos conservadores e progressistas, entre oposição e governo.

Na verdade, a função de articulação e agregação política caberia, de fato, aos partidos, como ocorreu em todos os casos de transição bem-sucedida. No Brasil, a fraqueza dos partidos de profundas raízes históricas, constituindo-se indubitavelmente num dos principais entraves à instauração de uma ordem democrática plena. A partir dos anos 30, em sucessivos momentos, os partidos foram criados e extintos pelas elites governantes para acomodar fricções no interior da

coalizão dominante, ou como desdobramento de crises sociais e políticas de diferentes matizes. Sob os vinte anos de regime militar, intervenções frequentes provocaram alterações na legislação partidária e eleitoral, extinguindo o sistema pluripartidário anterior de 1964, introduzindo o bipartidarismo para posteriormente extingui-lo e reintroduzir a pluralidade de partidos (CAMARGO; DINIZ, 1989, p. 13).

A retomada da construção do projeto político-democrático brasileiro (interrompido pelo regime autoritário, através do golpe civil-militar de 1964), tem em Tancredo Neves, cria da Era Getuliana, a expressão maior do político de conciliação. Foi assim então que, em torno de um projeto de transição, uniram-se velhos quadros políticos, de origens tão diversas, egressos do pós-1945, a exemplo de José Sarney, José Aparecido, Antônio Carlos Magalhães e lideranças trabalhistas como Leonel Brizola e antigos colaboradores do presidente João Goulart (Jango). Esse projeto de transição reunia reformas sociais e liberalismo político, definido na campanha eleitoral de 1984 (CAMARGO, 1989).

Estudiosa do processo de transição política e da educação, Cecília Braslavsky analisa como se deu “Evolución de los sistemas educativos em los procesos de transición a la democracia” em países da América Latina – Uruguai, Brasil, e Argentina - durante o processo de transição na década de 80. Na análise desse contexto, Braslavsky (1989, p.13) assevera que não está totalmente claro o “que se entiende por ‘transición’, que significa, cuando comienza, cuando dura y cuando termina”. Sobre isso, a autora afirma que há consenso entre alguns autores, à exemplo de Francisco Delich, que conceito de transição refere-se ao período caracterizado por forte ambiguidade oriunda da coexistência dos pólos entre os quais se transita, o autoritário e o democrático, Desse modo, segundo Braslavsky (1989), a ambiguidade e a coexistência de elementos dos dois pólos são consensualmente aceitos pelos autores. Outrossim, Vieira (1989) adota tal conceituação para compreender como se deu o processo de transição da educação no Brasil de 1985-1994.

Neste sentido, o período nomeado de transição política, no cenário em questão, abrange a eleição de Tancredo Neves para a presidência da República, em 1985 até o final do mandato do presidente José Sarney, empossado em razão da morte de Tancredo Neves. Segundo Vieira e Farias (2011), esse período demarcou uma nova fase para o Estado brasileiro, apontando para mudanças no ordenamento e funcionamento da política no país, encerrando um ciclo caracterizado pelo autoritarismo extremo e seu viés tecnocrático no *modus operandi* de gerenciamento da administração pública. Segundo as autoras, diferentemente do período do regime civil-militar, em que havia um claro projeto de desenvolvimento para o País, nos “tempos de transição” resta um claro vazio, visto que, em

lugar de um projeto, o que havia era a vontade política de mudanças e pautas de reivindicação em favor da retomada do Estado de direitos.

A luta em defesa da redemocratização do país ganhou força e legitimidade com as organizações de bases operárias, populares e estudantis. De maneira que os movimentos sociais e os partidos políticos organizavam-se em torno da defesa de um projeto de sociedade mais igualitário, justo e democrático. Sobre isso Vieira e Farias (2011, p. 173) afirmam,

Para os “tempos de transição” restou o desafio de construir uma democracia capaz de incorporar todos os brasileiros no acesso aos direitos sociais básicos, materializada no sonho de uma “Constituição Cidadã”, tal promessa é negada de muitos modos pela democracia de carne e osso que fomos capazes de forjar a partir de 1985.

No texto do discurso de posse de Tancredo Neves, fica evidente a caracterização de um projeto nacionalista, incorporando o Estado-nação e propondo o desenvolvimento econômico com autonomia nacional. Anunciavam-se que medidas urgentes deveriam ser tomadas de modo a atender as necessidades de expansão e consolidação do setor moderno, combinando reforma administrativa, investimento prioritário em ciência e tecnologia, ao lado de uma política de reformas voltada para a redistribuição de rendas e incisivo combate à pobreza.

Segundo Camargo (1989, p. 38):

Ambas as frentes – modernização e de reformas – seriam acompanhadas ou precedidas por medidas políticas de liberalização – liberdade de imprensa, restauração do Poder Legislativo; valorização dos partidos políticos – e de redemocratização e expansão da cidadania: convocação da Constituinte, legalização dos partidos de esquerda, voto do analfabeto e eleições gerais e diretas em todos os níveis, inclusive para a Presidência da República, prevista para 1988.

A consecução de algumas dessas medidas dependeria, dentro do projeto de transição, da capacidade de renovação das elites políticas e de sua recomposição partidária e ideológica. Tal recomposição, não se daria sem a busca pelo envolvimento das massas num projeto híbrido de desenvolvimento, pois, como assinala Camargo (1989, p. 45) “(...) no Brasil o crescimento é gerador de consenso”, e neste sentido, é também um elemento de realinhamentos de interesses e de conservação das relações de poder dominantes historicamente.

Assim, diferentemente das expectativas populares em torno da transição, José Sarney, aos poucos, imprimiu ao governo a velha tônica conservadora, através de ações e definições que colocavam suas principais preocupações e metas alinhadas a um projeto de crescimento

pautado pelos interesses dos setores economicamente dominantes. E, não poderia ser diferente, pois como nos lembra Coutinho (2006),

[...] na outra ponta do nosso percurso histórico, recordo também que o primeiro presidente civil após o ciclo militar iniciado em 1964 foi o ex-presidente da Arena (Aliança Renovadora Nacional), isto é, do partido de sustentação da ditadura militar. (COUTINHO, 2006, p. 175)

Contradições como estas não só foram modelando a transição como uma experiência de consensos superficiais, mas reforçando os realinhamentos conservadores em torno de interesses dos setores dominantes, o que também se manifestou por meio da formação da “Aliança Democrática” no processo de reordenamento jurídico nacional. Assim, a elaboração de uma nova Carta Magna tornou-se um foco importante de mobilizações e em 1986 foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte (ANC). A partir de então, a produção da Nova Constituição ocuparia um lugar de destaque no período, inclusive porque através dela dava-se alguma materialidade às mudanças projetadas para cerrar a Era anterior, tais como o reestabelecimento da eleição direta para presidente, o voto dos analfabetos, a extinção da censura prévia, a suspensão das intervenções nos sindicatos, dentre tantas outras mudanças esperadas¹. O período de elaboração da Nova Constituição, entre 1986 a 1988, foi marcado por um processo de intensas discussões, pressões e disputas perpetradas pelos setores conservadores e progressistas da sociedade. Como expressão disso, destacou-se a composição de uma frente parlamentar denominada de “Centrão” – formado pelos partidos da Frente Liberal (PFL), do Partido Democrático Social, PDS (partido da ditadura) e da Ala Conservadora do PMDB –, que se apresentou no processo constituinte como grupo que se auto-intitulava “suprapartidário” de direita.

Dessa forma, com a participação de diferentes e antagônicas forças políticas e setores da sociedade civil foi promulgada, no dia 05 de outubro de 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil, batizada por Ulisses Guimarães, então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, de “Constituição Cidadã”. Como mencionado acima, o período de elaboração da Carta Magna foi marcado por confrontos acirrados entre forças sociais que lutaram para tornar seu projeto de sociedade preponderante. Sendo assim,

Conservação e mudança nos seus diversos matizes, disputava manutenção de privilégios ou a obtenção de novas conquistas. O resultado, como não poderia deixar

¹ Antes mesmo da promulgação da Nova Constituição, ocorrida em 1988, foram legalizados os partidos políticos clandestinos (como o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil), bem como houve a eleição direta para prefeitos das capitais em 1985 e, no ano seguinte, a eleição dos novos governadores.

de ser no quadro de uma transição nitidamente conciliadora, foi simultaneamente conservação e mudança (NEVES, 1994, *apud* VIEIRA, 1998, p. 36)

Como se pode notar, em meio às mudanças, rupturas e permanências no processo de transição, o acirramento das disputas entre forças e projetos antagônicos de sociedade foi o diferencial do processo. De um lado, tinha-se um projeto de Estado e sociedade que primava pelo desenvolvimento e crescimento do poder econômico e político da burguesia, apoiado pelo poder militar. Por outro, as camadas populares, organizadas por meio dos movimentos e organizações sindicais e populares, lutando e reivindicando por maior participação social na construção de um Estado democrático.

Sendo assim, os tempos de “transição” mantiveram a denominada “via de mão dupla” que, paradoxalmente, buscou a conciliação de um projeto de educação instrumentalista e tecnocrática da classe dominante (ou seja, a elite política e socioeconômica), simultânea à defesa de um projeto de educação que atendesse aos interesses das camadas populares e da classe trabalhadora, pautada pelos movimentos sociais que reivindicavam um Estado efetivamente democrático e igualitário.

Nessa conjuntura, segundo Vieira e Farias (2011), o Governo José Sarney representou um momento de indefinição dos rumos na educação, pois não se percebia um novo projeto capaz de atender aos anseios de um período de “transição”. Os documentos² “Educação para todos: caminhos da mudança” (BRASIL, 1985a) e o “Dia D da Educação” (BRASIL, 1985b), mostravam uma preocupação com a universalização da educação básica, ao tempo em que apresentavam um levantamento histórico dos problemas da educação, sem apresentar alternativas concretas de resolução.

1.2 OS RUMOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO

Em seu estudo, Vieira (1998) analisa uma categoria que ela denomina de “educação em transição”, através da qual ela assinala a relação entre a nova ordem política em construção no país e o lugar da educação nesse processo. Nesta análise, a autora identifica três momentos que marcaram essa relação. O primeiro, caracterizado como de indefinição de

²Estes documentos foram analisados pelas autoras Vieira e Farias (2011) e não serão fonte de análise para este estudo.

rumos (1985-1990), por tratar-se de um período que foi incapaz de responder aos tempos de transição, e, portanto, não assumiu as demandas por educação que estavam colocadas. O segundo momento caracteriza-se pelos tempos de muito discurso e pouca ação (1990-1992), quando o Governo Collor implementou projetos de grande impacto, mas que “na verdade não se sustentam pela inexistência de um comprometimento governamental com este fim”. (VIEIRA, 1998, p. 07). O terceiro momento é caracterizado pelos tempos de tentativa de retomada (1992-1994) e de definição da política educacional no Governo Itamar. O último, pelos tempos de definição de rumos (janeiro a dezembro de 1995), momento em que no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso explicita-se qual o projeto político para educação (Idem).

Foi nesse processo de “transição democrática” – ou de passagem de um contexto político autoritário para outro que se pretendia democrático –, segundo Vieira (1998), que os contornos, ao contrário de todas as expectativas, não se tornaram claramente visíveis em relação aos rumos da educação.

No primeiro momento, caracterizado pelos “tempos de indefinição”, compreendemos que existia a perspectiva de se construir um novo modelo de educação. Todavia, tal qual a nova ordem política, este novo modelo ainda se encontrava em aberto, sem que se tivesse a certeza do rumo, em direção a qual se deveria caminhar. Por mais contraditório que pareça, este “estado de coisas” contribuiu para nossa reflexão e, neste momento, assumimos a releitura do contexto histórico em tela; pois, apesar da aparente indefinição, reconhecemos que existia um processo em andamento.

Com efeito, o referido período histórico criou as condições para que, nos anos posteriores, fosse, de fato, definido um “novo modelo de educação” calcado em interesses prioritariamente econômicos que concebia a educação como estratégia para obtenção de fins lucrativos, deixando ao largo o projeto de educação sintonizado com as expectativas de uma sociedade efetivamente democrática.

A política educacional autoritária, concebida em tempos áureos de ditadura, não mais se sustenta. A política educacional que vai responder aos desafios de uma sociedade democrática, contudo, ainda não tomou sua forma. Vive-se um tempo de busca, de ensaios e de grande efervescência na organização da sociedade. O velho já não atende as demandas que vão surgindo, o novo, entretanto, ainda não nasceu. De outra parte, essa transição, pressionada pela conjuntura internacional e nacional, contraditoriamente, vem marcada pelo questionamento do Estado como agente que assegura os direitos sociais, expressos em serviços públicos, inclusive no oferecimento da educação pública (VIEIRA, 1998, p. 06).

Entretanto, não é a primeira vez que acontece na história da educação a formação de um “novo modelo de educação” para o país. Aconteceu na era Getúlio Vargas (1930 a 1945) e também na época dos Governos do Regime Civil-Militar (1964 a 1995). Este último com mais vigor do ponto de vista dos benefícios capitalistas, pois a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4024/1961, passou por reformas em 1968 (Lei nº 5.540, que reforma do Ensino Superior) e 1971 (Lei nº 5.692, que reforma o ensino de 1º e 2º graus) com a finalidade de alinhar a educação aos interesses prioritariamente econômicos.

Nos tempos de transição, todavia, a Carta Magna de 1988 é um marco da retomada política brasileira em patamares distintos dos inaugurados no período anterior. Em relação à educação essa distinção se revela por meio de algumas conquistas, conquistas, tais como: a educação como direito público subjetivo; a instituição do princípio da gestão democrática do ensino público; a definição da educação infantil como primeira etapa da educação básica, incluindo o dever do Estado em prover creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos; o ensino fundamental obrigatório para os que não tiveram acesso em idade própria; atendimento especializado aos portadores de deficiências; etc. (VIEIRA, 1998).

Ao lado das conquistas, tivemos alguns retrocessos, os quais indicaram a não ruptura com interesses privatistas pela educação que giraram em torno da definição de recursos públicos para os setores privados. No que tange aos recursos, ficou estabelecido que poderiam ser destinados ao financiamento público das organizações comunitárias, confessionais ou filantrópicas e bolsas de estudos para ensino fundamental e médio (Art. 213), bem como ser alocados às Instituições de Ensino Superior (IES) privadas que mantivessem “atividades universitárias de pesquisa e extensão” (Art. 213, §2º).

No que se refere à estrutura organizacional, política e administrativa do Estado brasileiro, um ponto importante e avançado que foi incorporado à Carta Magna de 1988, segundo Vieira (1998), diz respeito a “Organização Político-Administrativa do Estado”, tratada no Título III, capítulos I a V, artigos 18 a 33. Esses pois se referem à centralização/descentralização das decisões da política educacional. De tal maneira que o “poder de mando” é compartilhado entre as três esferas de poder do Estado brasileiro: federal, estadual e municipal. Desse modo, ficou definida a competência da União de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, atribuindo competência aos municípios, em cooperação técnica com a União e o Estado, para manter programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental. Definiu-se também as linhas básicas de financiamento, ficando a cargo

da União investir não menos que 18% e os Estados, Municípios e Distrito Federal, não menos que 25%, provenientes de receitas de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Vieira (1998) afirma que, apesar do tema público/privado não ser recente no debate político brasileiro, durante a Nova República ele teve bastante visibilidade e fez-se presente por meio do próprio Programa de Governo do presidente José Sarney. Portanto, foram estas as sementes que gestaram as ideias que, mais tarde, formatariam as políticas de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso no campo da política educacional.

1.3 EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS DEBATES EM TORNO DO ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS PEQUENAS

O atendimento dado às crianças menores que sete anos passou a ter, no Brasil, a participação direta do setor público a partir de 1930, em meio às mudanças no quadro político e econômico (substituição das importações, diversificação da produção, surgimento de novos grupos econômicos) que culminou com a Revolução de 1930. Nesta década, o ideário escolanovista influenciou a inclusão de praças de jogos, que foram adotadas em São Paulo em 1935, para a prática de educação física e como complemento da educação pré-escolar. Segundo Kishimoto (1990), essas iniciativas visavam equacionar problemas sociais decorrentes da rápida urbanização e industrialização e o consequente aumento de crianças abandonadas nas ruas.

A ideologia higienista presente na Primeira República apregoava a necessidade da oferta de assistência médica e higiênica, junto às atividades educativas, com vistas a diminuir o alto índice de mortalidade infantil.

Em 1933, o Código de Educação de São Paulo previu a criação de 500 classes de Educação Infantil, somente implantadas em 1948. Contudo, a inexistência de fiscalização, de verbas próprias, de infraestrutura administrativa, de profissionais especializados e de recursos materiais, bem como o generalizado descrédito em relação à importância da educação pré-escolar, redundou na rejeição das classes de jardins de infância, estimulando a prática de desativação das unidades infantis (KISHIMOTO, 1990).

As décadas de 1940 e 1950 marcaram a atuação de organismos internacionais no Brasil, no período pós-guerra. A Organização Mundial de Educação Pré-Escolar – OMEP e o

Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. A primeira, com ramificações em vários estados brasileiros, teve como propósito orientar o atendimento da educação pré-escolar e expandir o seu atendimento. O segundo, O UNICEF, criado em 1946 e no Brasil em 1953, objetivou atender as crianças e suas famílias vitimadas pela Segunda Guerra Mundial. Os organismos internacionais recomendavam a busca de novas alternativas para o atendimento das crianças menores de sete anos, porque entendiam que a melhoria das condições de vida das crianças era fundamental para o progresso social.

No Brasil, a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) é parte e emblema desse processo. Segundo Kramer (1992), a LBA surgiu em 1942, sob a influência da primeira dama do país, Darcy Vargas, recebendo apoio do setor empresarial por meio da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional das Indústrias. A autora cita o documento da LBA e chama atenção para o objetivo da entidade, ou seja, a promoção de todas as formas de serviços de assistência social prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e instituições privadas, tendo por finalidade a proteção da maternidade e a infância.

Em 1946, esta organização passou por uma mudança, voltando sua atenção exclusivamente para a maternidade e a infância. A partir de então surgiram os “centros de proteção à criança e à mãe (creches, postos de puericultura, comissões municipais, hospitais infantis e maternidades) alguns criados e operados pela LBA e outros com recursos das comunidades contando com o apoio técnico e financeiro da Legião” (KRAMER, 1992, p. 71).

Entre os anos de 1946 a 1966, a LBA consolidou sua posição de grande relevância para o país, na área de assistência social. Todavia, durante esse período, passou por algumas dificuldades financeiras e a depender de subvenções consignadas no Orçamento da União. Essas dificuldades levaram a LBA, por Decreto da Presidência da República, a ter como principal fonte de recursos para suas despesas orçamentárias as transferências de recursos da Loteria Federal. Em 1966, uma portaria do Ministério da Justiça alterou a sua finalidade administrativa e assistencial, incluindo os adolescentes no seu leque de atendimento. Finalmente, em 1969, a LBA foi transformada em Fundação³.

No âmbito da institucionalização e normalização do acesso das crianças pequenas à educação, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024/61 constitui um marco nesse processo.

³Decreto-lei nº 593, 27.5.69 instituiu a Fundação Legião Brasileira de Assistência (20); Decreto nº 74.009, de 1.05.1974, criou o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, integrada pela LBA, INAMPS, FUNABEM, DATAPREV e IAPAS.

A Lei nº 4.024/1961 estabeleceu no Capítulo da Educação Pré-Primária, no art. 23 que “A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância”. Nota-se que tal prerrogativa legal definiu apenas os espaços onde o atendimento educacional ocorreria. Entretanto, a educação infantil foi invisibilizada no que se refere ao tipo de atendimento, ao papel da instituição, ao currículo e à formação de professores, às responsabilidades dos entes federados e ao financiamento. Chama atenção em seu Art. 29, a definição da responsabilidade do município em realizar tão somente “anualmente, a chamada da população escolar de sete anos de idade, para matrícula na escola primária”.

Com a reforma instituída pela Lei nº 5.692/1971, boa parte da primeira LDB, foi revogada, inclusive os artigos 23 e 24 que tratavam da educação pré-primária, posto que as Leis da reforma, limitaram-se ao ordenamento do ensino de primeiro grau (equivalente ao atual ensino fundamental) e de segundo grau (equivalente ao atual ensino médio). Deste modo, revogou todas as menções à educação das crianças de quatro a seis anos, tornando invisível o pouco avanço legal em relação à educação pré-escolar, da lei anterior.

Freitag (1980) fez uma análise da política educacional no contexto das reformas da educação superior e do ensino de primeiro e segundo graus, tendo como eixos chave as Leis 5.540/68 e 5.692/71, respectivamente, propondo uma discussão interessante acerca da seletividade promovida pelo sistema educacional. A autora pauta a relação entre o acesso ao ensino público nos níveis referidos e a garantia da permanência dos educandos nas instituições com qualidade. Segundo a autora, a seletividade pode ser compreendida a partir de duas abordagens:

- (a) a seletividade do sistema educacional do primeiro ano primário ao primeiro universitário, i. e. , segundo uma dimensão vertical, considerando apenas o desenvolvimento numérico (as taxas de retenção) da pirâmide educacional; e
- (b) a análise da seletividade à luz da origem de classe (sócio-econômica) dos alunos, matriculados nos diferentes níveis de ensino. (FREITAG, 1980, p. 60)

Explorando essas abordagens, Freitag (1980) chama a atenção para o perigo de restringir a seletividade educacional aos fatores que se manifestam no interior do sistema. Neste sentido, observa em seus estudos que se por um lado as crianças encontram nas escolas desde currículos “inadequados, professores mal qualificados, equipamento deficiente” (p. 61), por outro, não é menos excludente, “a distância de casa à escola, falta de transporte,

necessidade de trabalho das crianças para o sustento da família, falta de roupas, material de trabalho, má alimentação, etc.” (Idem).

Mais especificamente com relação ao ensino de primeiro grau, Freitag (1980) informa que em 1964, apenas dois terços⁴ das crianças estavam matriculados na escola. Possivelmente esses números eram ainda maiores em relação à faixa etária menor que sete anos, uma vez que pouquíssimas ações políticas foram realizadas para essa população. Ademais, não seria possível considerar a integralidade e universalização do acesso promovendo seletividade por faixa etária das crianças. O reconhecimento de que a educação é direito de todos, implica no acesso a creches e pré-escolas, assegurando oportunidades efetivas de educação para as crianças desde cedo. Todavia, como pudemos acompanhar até aqui, o acesso das crianças em instituições públicas, como Política de Estado, ficou secundarizado, supostamente em razão da “prioridade” dada aos ensinos de primeiro e segundo graus.

A realidade das crianças menores que sete anos nesse cenário demonstra as fragilidades e limites da Lei 4.024/61 quanto às oportunidades de acesso e permanência dessas crianças às creches e às pré-escolas. A seletividade dentro e fora do sistema, tratada por Freitag (1980), como característica dessa legislação estendeu-se, no que se refere ao ordenamento do ensino das crianças menores que sete anos, à Lei 5.692/1971, que alterou a Lei anterior.

A legislação desse período indicou que o debate da educação infantil se apresentou na agenda dos governos do regime civil-militar de forma superficial e insuficiente e que, portanto, não se constituía prioridade. Outrossim, constata-se que a seletividade do sistema consolidou a fragmentação das ações e dificultou a integração das crianças ao sistema educacional, uma vez que o foco destas ações voltava-se para a criança pobre e carente, na perspectiva assistencialista do acolhimento, da alimentação, dos cuidados de higiene e da saúde.

Dos anos de 1970 a 1990, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) fizeram propostas para as políticas de educação infantil nos países subdesenvolvidos. No Brasil, “parece ter ocorrido sobretudo a circulação de ideias da Unesco e do Unicef entre formadores de opinião e tomadores de decisão no plano das políticas educacionais brasileiras e pouco financiamento direto de projetos para implantar programas de EI” (ROSEMBERG, 2002, p.

⁴A autora não informa o quantitativo absoluto de crianças nessa faixa etária.

31). Outrossim, foi forte a tendência de certos grupos e técnicos do Ministério da Educação que se identificaram com as orientações determinadas por esses organismos multilaterais.

Entre o final da década de 1970 e final dos anos 1980, o modelo de educação infantil de massa alinhava-se com as orientações do UNICEF e da UNESCO. Estes organismos defendiam a educação para compensação das carências de populações pobres, apoiada em recursos da comunidade, buscando minimizar o financiamento do Estado e “No plano administrativo, o período caracterizou-se por uma superposição de responsabilidades dos setores da assistência, da educação, da saúde e do trabalho” (ROSEMBERG, 2003, p. 33).

Os dados do estudo realizado por Kramer (1992), no final da década de 1970, indicaram que dentre os “21 milhões de crianças existentes no Brasil em idade pré-escolar, apenas 4% recebem algum tipo de atendimento, incluindo o oferecido no setor privado” (KRAMER, 1992, p. 11). Esses dados são sintomáticos e indicativos do processo de exclusão que estiveram submetidas às crianças, mesmo quando atingidas por uma das ações de assistência social. Aliado a isso, a repetência e a expulsão das crianças do sistema educativo, no primeiro grau, chegam a apresentar 67% entre 1969 a 1972 (KISHIMOTO, 1990). Nesse quadro, a pré-escola emergiu como solução ideológica, alternativa capaz de evitar as repetições e expulsões das crianças, ao tempo em que supunha compensar carências da população pobre e minimizar desigualdades sociais.

A abordagem de cunho assistencialista e compensatória da política educacional para o pré-escolar teve como fundamento teórico a abordagem da privação cultural. Esta passou a considerar que a responsabilidade pelo fracasso escolar é individual, partindo dos princípios de que a falta é da criança ou do meio social e cultural. Com isso, se desenvolveu Programas com a responsabilidade de reparar tais carências pela via institucional. A expansão dos programas pré-escolares no Brasil estivera longe de atingir o reconhecimento teórico dado à educação das crianças menores que sete anos (KRAMER, 1992).

A produção de consenso em torno de um modelo de educação pré-escolar que norteou as políticas educacionais sob orientações dos organismos internacionais, no Brasil, ganhou maior destaque no final da década de 70, por meio de publicações, encontros regionais, seminários para se discutir em âmbito nacional uma unidade em torno de uma única proposição, como resposta às reivindicações iniciais⁵ de educação das crianças menores que seis anos (LUCAS, 2009).

⁵A autora se refere ao movimento de mulheres e das feministas em defesa da expansão de creches e pré-escolas. Sobre essa questão discutiremos na próxima seção.

Em relação às mudanças que foram ocorrendo no âmbito do Conselho Federal de Educação, Ministério da Educação e órgãos vinculados, é possível entender que ações foram realizadas, visando a legitimação do pré-escolar através de tratamento político administrativo e da criação de órgãos e programas para a expansão do atendimento pré-escolar. Nesse contexto, dois pareceres do Conselho Federal destacam-se: o de nº 2.018 de 05/07/1974 e o de nº 1.600 de 10/05/1978. O primeiro sugeria: a criação de programas de educação pré-escolar para a população mais carente, com ênfase nos programas de emergência; a elaboração de legislação específica; a busca de recursos financeiros para suplementar os destinados ao ensino de primeiro grau a fim de subvencionar a educação pré-escolar. O segundo parecer referia-se à habilitação exigida para a direção de escolas de educação infantil (KRAMER, 1992).

Quanto a criação de órgãos, em 1974 foi instituído o CODEPRE, o qual passou a ser nomeado, posteriormente, como Coordenadoria de Educação Pré-Escolar (COEPRE). Este órgão tinha como finalidade a realização de estudos e contatos com outras agências para desenvolver um plano para educação pré-escolar. Dentre a tentativa de organização de uma educação nacional para o pré-escolar, foi feito um Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-Escolar no Brasil, em quase todos os Estados, considerando os dados sócio-econômicos das crianças matriculadas, número de docentes e qualificação, localização, estado e funcionamento dos prédios, equipes de orientação e supervisão existentes, o currículo, materiais didáticos disponíveis, planejamento e recursos financeiros.

A partir deste Diagnóstico foram realizados o I Seminário de Planejamento da Educação Pré-Escolar (18/04/1975), tendo por objetivo buscar consenso de especialistas, técnicos e pesquisadores nas áreas de educação, saúde e nutrição, e o II Seminário de Educação Pré-Escolar (22/05/1975), o qual visou estabelecer normas técnicas para caracterização de materiais didáticos e espaços físicos, criação de critérios para implantação de centros de atendimentos, bem como foi proposto a criação de um grupo interministerial, intersetorial e interinstitucional. Todas essas ações visavam a proposição de um programa de pré-escolar para o país que estabelecesse as bases para o planejamento e implementação de projetos em cada unidade da federação (KRAMER, 1992), o que foi acontecer em 1981.

Segundo Kramer (1992), conseqüentemente, destes dados decorreram a elaboração de subsídios para o detalhamento de projetos e para se iniciar a organização administrativa mínima, para diferentes níveis do sistema de ensino, planejamento, execução e avaliação. Em vista disso, foi desenvolvido pelo MEC o Programa de Desenvolvimento de Educação Pré-

Escolar, destinado às unidades da federação, como parte das sugestões do I Encontro Nacional de Coordenadores de Educação Pré-Escolar dos Sistemas de Ensino (16 a 20/06/1975). Contudo, o que se verificou na prática é que os programas e as estratégias em cada unidade federada foram bastante diferenciados.

No seio dessas iniciativas, destacam-se duas que tiveram maior abrangência: o chamado Projeto Casulo, implantado durante a gestão do presidente Ernesto Geisel, e o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, implantado durante a gestão do presidente João Batista Figueiredo.

Sobre o Projeto Casulo, Kramer (1992) assinala que, em cumprimento às suas atribuições estatutárias, a LBA passou a executá-lo no âmbito do Programa de Assistência ao Menor, tendo como premissa atender o maior número possível de crianças “com pouco gasto”. Desse modo, a estrutura e funcionamento do PC visavam proporcionar cuidados de ordem higiênica, médico-odontológico, nutricional com atenção ao desenvolvimento biopsicossocial da criança, bem como pretendendo proporcionar às mães “tempo livre” para o ingresso no mercado de trabalho e elevar sua renda familiar.

Sobre o funcionamento e estrutura, o Projeto fora constituído por Unidades Casulo implantadas em todo o país, sob a supervisão dos Núcleos Estaduais da LBA, com encontros e seminários programados durante o ano para as supervisoras regionais. Para que pudessem ser contemplados com o Projeto, os municípios e os estados solicitavam a instalação dessas Unidades, estabelecidos por meio de convênios. Através destes, a LBA poderia “financiar a alimentação, o material didático e de consumo, os equipamentos, o material de construção e os registros, ficando o pagamento do pessoal por conta da instituição conveniada. Muitas vezes esse pessoal trabalhava como voluntário e, portanto, sem remuneração, como voluntariado”. (KRAMER, 1992, p. 73), com uma jornada de quatro ou oito horas diárias.

Segundo Kramer, o Projeto Casulo concretizava seus objetivos educacionais quando ocorria o desenvolvimento de atividades adequadas à faixa etária e, de acordo, às necessidades e características das crianças. Desse modo, este centralizava suas ações no atendimento das carências nutricionais das crianças e na realização de atividades de cunho recreativo. Por ser essa uma diretriz geral, na prática, para se tornar exequível, dependeria da realidade local de cada estado e município, ficando a cargo de cada Unidade a definição das propostas de trabalho, adequadas às suas condições e necessidades.

Se por um lado, o Projeto Casulo defendia que os espaços de acolhimento das crianças não tinham como finalidade a compensação de carências intelectuais, psicológicas ou mentais,

tendo como objetivo o ingresso futuro do menor no sistema escolar, por outro, a LBA também enfatizava em seus pronunciamentos a pré-escola como solução para os problemas de baixo rendimento do então 1º grau, sem desprezar a alimentação da criança como a primeira necessidade a ser suprida (KRAMER, 1992).

Quanto ao Programa Nacional de Educação Pré-Escolar (BRASIL, 1981), implantado pelo Ministério da Educação, Rosemberg (2002) assinala que ele retomou o ideário e a prática de participação comunitária em relação a assunção da responsabilidade pela oferta de educação infantil, inclusive usou como estrutura administrativa e rede capilar de penetração municipal do Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos (MOBRAL). (ROSEMBERG, 2002).

O Programa Nacional de Educação Pré-Escolar justificou a necessidade de priorizar a educação para crianças menores de sete anos, apresentando alguns argumentos. O primeiro, referia-se à importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento do indivíduo, pautado nos estudos científicos da Psicologia do Desenvolvimento, da Inteligência, da Aprendizagem, bem como da Sociologia, da Antropologia e da própria Educação. Com base em argumentos trazidos por essas áreas de conhecimento, o Programa assumiria que a criança constitui personalidade e as primeiras experiências de caráter afetivo são marcantes para o desenvolvimento da linguagem e outras funções, a exemplo das psicomotoras e neuropsicológicas (BRASIL, 1981).

O segundo argumento explicita que o documento refere-se às “precárias condições de vida e desenvolvimento da maior parte da população infantil brasileira” (BRASIL, 1981, p.5). Destaca ainda as privações sofridas pelas crianças,

de meios essenciais à saúde, ao crescimento físico, ao desenvolvimento mental, ao equilíbrio emocional, integração social, determinadas pelo baixo nível socioeconômico das famílias e que estão associadas, também, entre outros problemas, à precariedade de habitação e de higiene, às altas taxas de morbidade e mortalidade, à desnutrição e à fome, ao grande número de crianças abandonadas e ao baixo grau de instrução dos pais (BRASIL, 1981, p. 05).

Um terceiro argumento trata das consequências destas no desenvolvimento geral das crianças. Desse modo,

as consequências negativas dessas privações sobre a vida e desenvolvimento das crianças, especialmente quando ocorrem nos primeiros anos de vida. São conhecidas as taxas de mortalidade infantil, de desnutrição e suas repercussões nocivas sobre o desenvolvimento geral das crianças, bem como são evidentes os atrasos no desenvolvimento das funções neuropsicológicas, as dificuldades de aprendizagem, a marginalidade social e outras consequências, associadas às condições de pobreza. (BRASIL, 1981, p. 06).

Por último, o argumento da “possibilidade real de diminuir os efeitos dos problemas que afetam as crianças em idade pré-escolar, mediante a oferta de condições que lhes permitam realizar suas potencialidades, crescer e desenvolver-se harmonicamente” (BRASIL, 1981, p.06). Desse modo justifica a necessidade de criação de uma ação integrada dos setores educação, saúde, alimentação e assistência social, visando maior equilíbrio na distribuição de renda, à participação social e à autopromoção das famílias.

Este documento configurou-se como orientador das políticas de atendimento pré-escolar na década de 1980, indicando quais deveriam ser as prioridades para os administradores, planejadores e educadores. Contraditoriamente, apesar de todos os argumentos supracitados para justificar a necessidade de investimento na educação das crianças menores que sete anos, ao citar que era grande a demanda da população infantil (70%), à época, com carências de todos os meios essenciais para seu desenvolvimento e crescimento, ainda assim produziu-se um discurso de que “é preferível distribuir um pouco para muitos, assegurada sua eficácia, em vez de muito para poucos, o que acentuaria cada vez mais as desigualdades educacionais” (BRASIL, 1981, p. 06).

Esse discurso continha uma ressalva de que isso não significaria, “em absoluto, uma educação pobre para crianças pobres, ou uma escola de segundo nível para as crianças dos meios carentes” (BRASIL, 1981, p. 06). Na prática significou, efetivamente, a promoção do acesso das crianças a esses espaços, sem garantias de que a educação ofertada fosse de qualidade e tivesse finalidade educacional.

Os “esforços” envidados pelo poder público deram-se no sentido de consolidar uma política nacional de atendimento às crianças menores que seis anos, tendo como perspectiva minimizar a pressão exercida pelos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que atendia às determinações dos organismos internacionais.

No entanto, observa-se que existia uma clara intenção em expandir o atendimento educacional para as crianças menores que sete anos nas escolas. Porém, para que tal meta fosse atingida, seria necessário que as comunidades assumissem esse papel, colaborando para que o custo fosse o mínimo possível por parte do Estado.

Assim, a Política Nacional da Educação Pré-Escolar propôs um tipo de atendimento para as crianças pequenas fortemente marcado pela influência de alguns setores dominantes da sociedade civil e política. A máxima foi a produção de um discurso que gerasse na

sociedade o compromisso de assumir a responsabilidade pelo atendimento sem garantia de financiamento pelo Estado.

O Programa Nacional de Educação Pré-Escolar (BRASIL, 1981) passa, então, a instituir um modelo de educação que tem na sua essência o reforço à pobreza, à promoção de desigualdade e à exclusão por dentro da escola. Deste modo, acaba por intensificar uma visão de escola compensatória de carências de ordem nutricional, cultural, econômica e social.

Nota-se que o ordenamento do pré-escolar nesse processo teve como fundamento os princípios da assistência e da compensação. Não obstante é importante lembrar que, durante a década de 1970, os movimentos organizados na luta em defesa do atendimento para as crianças de zero a seis anos tiveram um papel importante para que essas poucas iniciativas ocorressem.

Destarte, os interesses dos centros de poder econômico e político, materializados nas ações da sociedade política (legislação, documentos), se contrapusessem às reivindicações da sociedade civil popular, foram em nome dos pobres e dos carentes que as ações tomaram forma. Com isso, interesses de quem demanda e de quem oferta foram apresentados com feições de harmonia, produzindo a falsa ideia de que os interesses das camadas populares estão sendo assegurados. A produção do consenso foi ideológica, mas a consciência de lutar pela democratização do acesso à escola emanou de condições materiais concretas, que mobilizaram trabalhadores e trabalhadoras das camadas populares em defesa de seus direitos.

1.4 AS MULHERES E AS ASSOCIAÇÕES EM MOVIMENTO PELA EDUCAÇÃO INFANTIL

É também nos anos 1970 que surge a necessidade de qualificar a atenção dada à criança menor que sete anos. Essa necessidade foi se ampliando e fortalecendo as pautas de discussão, organização e mobilização dos movimentos sociais (das mulheres, dos sindicatos e das associações de bairros). A sociedade civil popular foi criando, em meio às contradições, as condições para que a discussão sobre a educação das crianças pequenas se tornasse um projeto político e educacional de Estado.

O debate teórico politizado encontrou terreno fértil, fortaleceu-se e ganhou força junto aos movimentos sociais que passaram a reivindicar a educação institucionalizada para as

crianças, com acesso ao conhecimento e com a ampliação das experiências infantis de forma qualificada, rompendo assim com o cunho assistencialista dos cuidados de ordem médico-higiênico, nutricional e compensatório da política educacional que, historicamente, vinha sendo implementado para a criança “pobre” e “carente”.

Segundo Rosemberg (1984), foram surgindo nas grandes cidades manifestações de algumas organizações da sociedade civil que tiveram como pólo aglutinador o local de moradia. A autora, referindo-se ao movimento de mulheres, em São Paulo, na década de 1970, afirma que estas participaram ativamente das organizações que lhes eram próprias (como clubes de mães, vinculadas ou não à Igreja Católica) ou de associações para todos (Sociedade Amigos de Bairros).

Conforme a citada autora, havia divergência entre o movimento de mulheres em sua própria autodenominação, pois falava-se em movimento de mulheres e movimento feminista. Este último fortaleceu-se a partir de 1975, com a decretação pela ONU do ano Internacional da Mulher e com a constituição de núcleos de organizações feministas, cujas integrantes pertenciam às camadas médias da população. Estas mulheres tinham como uma de suas principais reivindicações a discriminação de gênero. Aos poucos, porém, diz a autora, “seja no movimento de mulheres, seja no movimento feminista, aparece desde logo a reivindicação por creche, reivindicação quase desconhecida até então”. (ROSEMBERG, 1984, p. 76)

Desse modo, manifestações públicas de impacto social, organizadas em torno da reivindicação de creche, passaram a ser mais frequentes e envolverem funcionários, alunos e professores de instituições de ensino superior, a exemplo da USP, mas também mulheres trabalhadoras, que moravam na periferia de São Paulo e se manifestavam diante da Prefeitura. Sendo assim, com um posicionamento cada vez mais claro e o próprio processo de mobilização cada vez mais organizado, forjou-se no seio do movimento de mulheres uma consciência coletiva em defesa da criação e expansão das creches.

Inicialmente, o movimento por creches apresentava-se de forma isolada, com iniciativas focalizadas em bairros populares, o que não anulava sua força e resistência. Posteriormente, o isolamento foi rompido e culminou na criação do Movimento de Luta por Creches em 1975, como decisão do Primeiro Congresso da Mulher Paulista, caminhando para um processo de amadurecimento da própria luta com a unificação das reivindicações em torno de uma agenda política mais ampla. Assim, de forma mobilizada e cada vez mais forte, o movimento de mulheres organizou-se para fazer a defesa da creche pública, e desse modo, a

reivindicação de creches tornou-se ponto consensual e de convergência (ROSEMBERG, 1984).

Nos anos 1980, a rede de creches públicas em lugares, onde a conquista por essas instituições havia se iniciado, estava ameaçada, especialmente, por um movimento contrário por parte dos governos, sob a alegação de que a construção de creches era muito cara e que os custos para sua manutenção eram muito altos. Esse movimento incentivou a parceria com o setor privado (igrejas, associações, filantrópicas) para que este, através de suas instituições, pudesse assumir a responsabilidade pelo atendimento das crianças. Aos poucos, a transferência de responsabilidade foi sendo legitimada (ROSEMBERG, 1981).

Apesar de tal ameaça, ficou a lição de que a luta em defesa de creches públicas e da educação das crianças menores de sete anos ganhou mais força política à medida que se vinculou a outras lutas sociais, tais como as lutas das mulheres. Isto teve importância capital para os avanços nos direitos sociais consignados na Constituição Brasileira de 1988.

Em síntese, pode-se observar que durante um longo período na história do atendimento das crianças, o tripé infância, pobreza e creche estivessem relacionados. A ideia de creche está associada à permanência das crianças em um lugar onde possam ser cuidadas, enquanto as mães trabalham. O provimento de creche, nesse contexto, está relacionado às mudanças econômicas e sociais vivenciadas no país, tornando imperativas a promoção de políticas sociais para a mulher trabalhadora e submetida a condições políticas, culturais e socioeconômicas muito desiguais.

No âmbito da educação, nas duas últimas décadas, a educação infantil entrou para a agenda política como necessidades das crianças e das mães trabalhadoras, contudo, os documentos oficiais orientavam para a implementação de um modelo educacional para as massas em que sua garantia dependia do apoio das comunidades e das mulheres.

1.5 MOVIMENTOS SOCIAIS E AS LUTAS PELA EDUCAÇÃO INFANTIL EM FEIRA DE SANTANA

Como indicam as fontes, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por uma maior participação da sociedade civil, movimentos sociais e organizações, e com isso a formação de

uma consciência coletiva em torno da necessidade de se garantir o ingresso das crianças nas creches e pré-escolas.

Segundo Rosenberg (1984) por ser a creche considerada uma instituição emergencial e substituta da função materna, que responde a uma necessidade circunstancial, esta ocupava nos planos de governo pouca ou quase nenhuma prioridade, tendo em vista que nesse período não se destinavam verbas, não se fazia previsão da expansão de vagas, não se investia em condições indispensáveis como, por exemplo, a formação para seus profissionais em sintonia com uma visão da criança como sujeito de direitos.

Em Feira de Santana, a luta em defesa da educação infantil ocorreu durante toda a década de 1980 e surgiu como demanda da sociedade civil, assim como em outros contextos do cenário nacional. No cenário local, verifica-se que o atendimento educacional às crianças menores que sete anos, na década de 1980, resultou da combinação da atuação das associações de bairros e dos clubes de mães, sob a assessoria de organizações não governamentais especializadas⁶. Ainda nesse contexto, outro tipo de organização da sociedade civil que assumiu o papel de ofertante da educação infantil em Feira de Santana foram as associações filantrópicas e confessionais. Estas surgiram durante as décadas de 1970 e 1980 com propósitos semelhantes aos das associações de bairros, isto é, atuar em setores sociais onde as políticas públicas não existiam ou não alcançavam: educação, saúde e assistência social. Isto será mais desenvolvido no capítulo seguinte.

Desde então, estas entidades assumiram responsabilidades em relação à oferta da educação pré-escolar, para as crianças menores de sete anos, preenchendo as lacunas deixadas pela ausência do poder público, ainda que de forma precarizada, em espaços, muitas vezes, improvisados.

Um registro no Jornal “O Grito da Terra” informa sobre as atividades e como era mantida a Associação de Moradores do Bairro de Santo Antônio dos Prazeres (AMOSAP), com contribuições mensais dos sócios, chamada Despesa Comunitária, fonte dos recursos para a compra dos produtos que posteriormente seriam adquiridos por eles mesmos (LIMA, 1981, p. 07) Com o dinheiro da venda dos produtos se “garantia” o funcionamento do “(...) Pré-Escolar onde frequentam 40 alunos de 30 famílias” (Idem.).

⁶Para efeitos de análise dos movimentos sociais envolvidos com o debate sobre o atendimento da criança menor que sete anos, nessa seção, foram consideradas como fontes o Jornal “O Grito da Terra” e os Relatórios Anuais (1984, 1988, 1989, 1990 e 1991) do Movimento de Organização Comunitária (MOC), através dos quais procuramos demonstrar a movimentação das associações de bairros e do movimento de mulheres em torno das creches comunitárias.

Esta prática era partilhada também por outras entidades, a exemplo da Associação de Moradores do Jardim Cruzeiro, que mantinha cursos de corte e costura, pintura, além de Pré-Escolar para os filhos dos sócios, para crianças de 3 a 6 anos, como informa Maria Zilma Barbosa Nascimento na matéria “Notícias da Associação de Moradores do Jardim Cruzeiro, publicada pelo Jornal “O Grito da Terra” (BARBOSA, 1981, p. 07).

A iniciativa de atendimento das crianças pelas associações foi amparada pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC)⁷ que, além de formação comunitária, passou a desenvolver um trabalho de orientação e formação junto às associações de bairros que tinham educação pré-escolar, para menores de sete anos, em creches comunitárias, em convênio com a LBA. Dentre as ações realizadas pelo MOC, chama atenção em seu Relatório Anual, no ano de 1984, a concepção de educação pré-escolar para crianças pequenas, de cunho assistencialista e compensatório, em sintonia com as ações propostas pela LBA, tendo em vista que este órgão se constituiu mantenedor de tal modelo, implantado nos municípios por meio das parcerias com organizações da sociedade civil, com clara intenção de supressão das carências nutricionais e físicas das crianças. Como uma das ações desenvolvidas pelo MOC está a orientação para o preparo da merenda escolar, uma vez que, nesse contexto, a questão nutricional apresentava-se como fundamental para o cumprimento das finalidades, melhoria no desenvolvimento físico, emocional e cognitivo das crianças. No Relatório, datado de 1984, consta registros de que a merenda escolar era planejada de modo a minimizar o impacto causado pela desnutrição das crianças, conforme indica os trechos abaixo,

- a Merenda Escolar, através da qual o processo planejamento de nutrição se leva às crianças uma alimentação sadia, cujo valor é de se ressaltar, principalmente na situação de desnutrição e fome em que se encontram essas crianças;
- as repercussões positivas de melhoria de alimentação no desenvolvimento físico, mental e psicológico das crianças. (MOC, 1984, p. 08)

Desse modo, este documento evidenciou certa ambiguidade na condução das ações executadas pelo MOC. Se por um lado, estas voltavam-se para o suprimento das carências alimentares e nutricionais das crianças e para a formação da equipe de trabalho, constituída basicamente por voluntários e pessoas da comunidade, reforçando o viés assistencialista da

⁷Segundo registros da própria organização em seu portal eletrônico, o MOC foi fundado em 1967, com sede em Feira de Santana. Surgiu a partir do trabalho social da Igreja Católica e, gradativamente, foi ampliando suas relações com Igrejas Evangélicas. Teve por objetivo desde sua criação despertar as pessoas para os seus direitos e incentivá-las a se organizarem para o exercício da cidadania. Efetivamente se tornou entidade autônoma em 1970.

LBA, por outro lado, verificou-se, no mesmo documento, a preocupação em envolver a comunidade nos processos de decisão, por meio do desenvolvimento de outras ações, no sentido de melhor qualificar o debate e politizar a participação desta, a fim de ampliar o modelo de educação pré-escolar proposto pela LBA, com a presença do pedagógico, como pode-se constatar nos trechos do mesmo Relatório,

- a presença do pedagógico do Pré-Escolar com seus valores pedagógicos e cientificamente reconhecidos, em regiões periféricas;
- a influência que o processo vem tendo sobre as famílias dos alunos no ponto de vista de alimentação, discussão dos problemas da comunidade, de educação, etc.
- o trabalho comunitário que se desenvolve ao lado do Pré-Escolar: inicialmente para a discussão e equacionamento dos problemas da comunidade e, num segundo plano, tarefas relativas ao Pré-Escolar e que são assumidas por grupos e pessoas da comunidade (mães que se revezam para preparar a merenda, etc.) e, igualmente, uma certa integração das comunidades envolvidas.
- reivindicações aos poderes públicos para contratação de professoras e melhoria das sedes comunitárias (MOC, 1984, p. 08).

Os dois últimos pontos chamam a atenção pelo que podem significar num contexto em que as lutas em defesa da educação infantil em instituições públicas foram se fortalecendo no cenário nacional, ao mesmo tempo em que, em Feira de Santana, verificam-se contradições, demonstrando certa fragilidade no próprio processo de organização da sociedade civil. Por um lado, as associações reivindicaram do poder público garantias para o “bom” funcionamento dessas organizações e, por outro lado, são elas mesmas as ofertantes dos recursos humanos que asseguram tal funcionamento. Nesse caso, a reivindicação é para que as associações continuem sendo ofertantes desse tipo de atendimento, ainda que em condições precárias e, não, necessariamente, a luta em defesa da criação de instituições públicas.

Segundo o Relatório do MOC (1988), foram desenvolvidas duas linhas de ações junto às creches comunitárias: a primeira, propunha uma atuação junto aos pais das crianças, para o desenvolvimento de um processo educativo, a partir da leitura crítica da realidade e; segunda, junto às professoras e às merendeiras, tendo como objetivo contribuir para as atividades de natureza didática, pedagógica e recreativa. Com as professoras e merendeiras foram realizados encontros de formação, bimestrais, a fim de possibilitar a articulação entre os vários núcleos, com destaque para as questões urbanas e rurais, por assim entender que embora os problemas se manifestassem de formas diferentes, as causas eram as mesmas.

Por meio do Quadro 1, logo abaixo, pode-se ter uma ideia das linhas de ações desenvolvidas pelo MOC junto às associações no que se refere à gestão das creches

comunitárias e aos momentos de formação (reuniões de estudos) com professores e merendeiras.

Quadro 1 – Programa Urbano – Creches comunitárias (MOC)

Programa	Ações	Comunidades	Participantes
Urbano	Encontro com Diretorias das Associações	Rua Nova, Parque Panorama, Humildes, Novo Horizonte, Campo Limpo, Parque Brasil, Horto, Mangabeira, Jardim I e II	65 participantes ⁸
	Creche Comunitária	Rua Nova, Santo Antônio, Mangabeira, Parque Brasil, Novo Horizonte, Jardim Cruzeiro, Parque Panorama, Campo Limpo, Humildes, Ovo da Ema, Venda Nova, Florete, Matinha, Fazenda Salgada, Lagoa Grande	1.350 crianças ⁹ 16 creches
	Dias de estudos com Professores e Merendeiras	Rua Nova, Santo Antônio, Mangabeira, Parque Brasil, Novo Horizonte, Jardim Cruzeiro, Parque Panorama, Campo Limpo, Humildes, Ovo da Ema, Venda Nova, Florete, Matinha, Fazenda Salgada, Lagoa Grande	-

Fonte: MOC¹⁰/Relatório anual-1988

Comparando os dados do quadro acima, com alguns dados do Relatório Anual/1984, constata-se um aumento significativo de associações que promoviam educação pré-escolar às crianças menores que sete anos, em 1984 e 1988, dentro do Programa Urbano desenvolvido pelo MOC. Em 1984, participaram 06 comunidades: Rua Nova, Horto, Mangabeira, Novo Horizonte, Jardim Cruzeiro e Santo Antônio dos Prazeres, perfazendo um total de 422 participantes. Em 1988, observa-se que participaram 15 comunidades, destas 07 localizadas na zona rural. No Relatório de 1988 não se identificava mais a nomenclatura pré-escolar, mas creches comunitárias.

Conforme indica o Relatório Anual de 1989 a equipe tomou a decisão, naquele ano, de repassar gradativamente para as comunidades o controle sobre o trabalho, bem como o

⁸Participaram do encontro representantes das associações Itapicuru (Amélia Rodrigues) e Vila de Fátima (Riachão do Jacuípe)

⁹O número de crianças se refere ao quantitativo que inclui também os municípios de Vila de Fátima (Riachão do Jacuípe), Açude (Valente), Itapicuru (Amélia Rodrigues), Sítio das Flores, S. Nicolau (Santa Bárbara)

¹⁰Foram localizados os relatórios referentes aos anos, 1984, 1988, 1989, 1990, 1991 e 1992. Todos os relatórios foram analisados e considerados nesse estudo.

processo de captação de recursos junto à LBA. As ações realizadas pelo MOC junto às creches comunitárias se encerraram em 1990 e, segundo o Relatório, apenas 10 comunidades participavam das atividades naquele período, mas não especifica quais.

Segundo os relatórios examinados, a formação desenvolvida pelo MOC com as associações de bairro, envolvia uma discussão sobre a gestão das creches, tendo como princípio a participação da comunidade e o apoio às iniciativas de mobilização. As associações também discutiam os problemas existentes nas creches e pré-escolas, chegando até mesmo a identificar suas causas, a exemplo, do reconhecimento da insuficiência de condições para ofertar educação, dada a falta de professores e funcionários. Entretanto, acabavam por reiterar as práticas vigentes ao se apresentarem como solução dos problemas e dando continuidade à manutenção do atendimento.

Deste modo, ao mesmo tempo em que cobravam do poder público a contratação de professoras e a melhorias das sedes comunitárias, as mães das crianças que frequentavam esses espaços forneciam sua força de trabalho de forma voluntária. As reivindicações propostas acabavam por ter um sentido de conformação das condições existentes, mostrando as feições contraditórias das lutas encampadas por essas organizações.

Tais contradições, todavia, não impediram que as associações transformassem vontade e insatisfação em ações, a exemplo do que expressa um documento que foi entregue ao prefeito José Falcão da Silva (1983-1988), cuja reivindicação era a contratação de professores para as creches, o que acabou não sendo atendida (MOC, 1988). Segundo a fala espontânea de uma ex-técnica do MOC, que atuou como formadora nessas creches comunitárias, o trabalho realizado com as associações abrangia o debate sobre a gestão das creches. Nesse sentido, a comunidade, também, participava das discussões e das decisões sobre o funcionamento das creches, a atuação da merendeira, o tipo cardápio e outros problemas que dissessem respeito à própria manutenção das instituições. Por meio dessa conversa, foi revelado que a comunidade também lutava para manter um modelo mais participativo na gestão destas creches.

Curiosamente, no início dos anos 80, quando as associações passaram a assumir o atendimento nas creches, os discursos das mulheres demonstram na seção Fala Mulher, do Jornal “O Grito da Terra”, clara compreensão do papel da mulher na sociedade e da necessidade de tornarem-se conscientes de sua emancipação da condição de exploradas nas relações conjugais e do trabalho, entretanto. A questão da creche e do atendimento às crianças pequenas não aparecem em suas considerações. Assim afirma uma delas,

A mulher atualmente tem conquistado uma participação efetiva na vida social e política do país. Muitos espaços já têm sido preenchidos pela mulher. É necessário, porém que se reconheça que muito ainda se tem que conquistar.

A mulher dona-de-casa, mãe e profissional feirense não tem uma participação mais efetiva, porque o próprio sistema vigente não lhe dá maiores condições. Para trabalharmos fora já temos dificuldade em encontrar quem fique com nossos filhos (...). Secretária do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos. (SÁ, 1982, p. 04)

Ao se analisar o texto de Amália Paraguassu de Sá, verifica-se que há uma preocupação com a emancipação da mulher, o que perpassaria por maior participação política e social. Porém, ao se referir aos cuidados com os filhos, ela não menciona o acesso das crianças às creches como direito. Isto sinaliza que a luta das mulheres por creche em Feira de Santana não se difundiu de forma tão ampla entre os diferentes setores e frações de classe, a exemplo, da defesa de creche pública, defendida pelas mulheres e feministas no cenário paulista.

Embora as questões acima refiram-se à mesma década, verifica-se que as mães e as mulheres que estiveram à frente dessas associações desenvolveram percepções e ações diferenciadas e, por vezes contraditórias, em “defesa” da criação e manutenção das creches comunitárias.

Enquanto que em São Paulo, as mulheres e as feministas lutaram e as associações de bairros conseguiram que o poder público municipal criasse creches públicas, em Feira de Santana, este papel foi assumido pelas associações de bairro ou filantrópicas.

Sobre esta lacuna o Relatório Anual do MOC, ano de 1988, aponta que o Movimento de mulheres em Feira de Santana e outros municípios¹¹, ao pautar as questões a serem enfrentadas, davam especial atenção à discriminação da mulher pela sociedade (inclusive em relação à condição de domésticas), com destaque para a problematização da dupla jornada de trabalho, do papel da mulher na família e da subordinação em relação ao homem. Dentre as pautas de reivindicações apresentadas, o único problema relacionado à educação diz respeito à demanda pela contratação de professores para as escolas.

No Relatório Anual do MOC, ano de 1990, nos registros que tratam do Programa Movimentos Sociais, aparece como preocupação maior a participação das mulheres nos espaços de decisões políticas, a exemplo, das associações comunitárias. Dentre as ações desenvolvidas pelo MOC, destaca-se a oficina de Educação Popular para os Direitos da Mulher, abordando temas em torno da condição de mulher trabalhadora (corpo, alimentação,

¹¹Serrinha, Rafael Jambeiro, Araci, Ichu, Valente, Santa Bárbara, Retirolândia e Santa Luz (nestes últimos os trabalhos são acompanhados pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais).

higiene, sexualidade, etc.), mas também aparecem questões como o lugar da mulher na sociedade, na família, no sindicato, na associação, na administração pública, no partido político, etc.

Nestes dois relatórios não houve qualquer menção à luta de mulheres em defesa de creches e pré-escolas públicas em Feira de Santana durante a década de 1980, não obstante as mulheres das comunidades de diferentes bairros populares se organizassem para promover a educação das crianças menores que seis anos, perpetuando o cunho assistencialista do atendimento. Desta forma, tanto as associações de bairros e os recém-criados clubes de mães ou clube de mulheres não conseguiram romper com a concepção de atendimento das crianças pequenas, modelo que perduraria no Governo Colbert Martins. No intuito de melhor compreender esse processo em Feira de Santana, o capítulo seguinte volta-se para a análise da transição política neste município, caracterizando o Governo Colbert Martins, no período de 1989-1992.

CAPÍTULO 2

COLBERT MARTINS E O “GOVERNO DA GENTE” EM FEIRA DE SANTANA

As políticas refletem as diferentes conjunturas históricas. Nas políticas educacionais devemos captar o movimento da sociedade e as vozes que se fazem ouvir.

Ciavatta (2002)

Como procuramos demonstrar no Capítulo 1, a transição do regime civil-militar para a democracia foi marcada pelas lutas e disputas de forças políticas antagônicas: por um lado, representadas por parte de algumas organizações de trabalhadores e, por outro, representadas por setores econômicos e politicamente dominantes. Particularmente, para estes últimos, a solução das mudanças negociadas, sem rupturas mais profundas, foi um grande negócio, possibilitando o fortalecimento de grupos conciliatórios e conservadores, mesmo no campo da esquerda, que disputavam a direção política do país.

No âmbito educacional, apresentava-se um levantamento histórico dos problemas da educação, tendo a preocupação de universalizar a educação básica. Entretanto, não foram apresentadas alternativas concretas de resolução.

Nesse contexto, Colbert Martins da Silva, liderança experiente e gestada na política tradicional da cidade de Feira de Santana (com alguma ascensão no cenário nacional), desenhou todo seu trajeto de político profissional, ascendendo para o segundo mandato como prefeito (1989 a 1992). As eleições se deram no contexto da aprovação da Constituição de 1988 e, concomitante à elaboração e execução da Lei Orgânica do Município, num cenário nacional em que perspectivas de mudanças eram grandes em relação aos direitos sociais. Assim como no cenário nacional, em Feira de Santana estavam em disputa dois projetos antagônicos de sociedade e isto, certamente, influenciaria os rumos da política de educação infantil para crianças de zero a seis anos.

Assim sendo, este capítulo tem o como objetivo analisar os marcos operatórios para educação infantil durante o Governo Colbert Martins, na relação com as ações

governamentais e os movimentos sociais. Antes, porém, fazem-se necessárias algumas palavras sobre o cenário político em que transitou o prefeito em evidência.

Cabe lembrar que durante a vigência do regime civil-militar foi instaurado o bipartidarismo por meio da aprovação do Ato Institucional número dois - AI-2. Este ato vigorou entre 1966 e 1979 e através dele também foi instituída a eleição indireta para presidente, extinguíram-se os partidos e seus registros, dentre outras medidas. Em lugar dos partidos foram instituídas duas grandes forças políticas: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que aglutinava as forças que davam sustentação ao regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia a resistência ao regime e agregava forças políticas de centro-esquerda e esquerda.

Em Feira de Santana, lideranças políticas como João Durval Carneiro, Joselito Falcão de Amorim e Newton da Costa Falcão organizaram-se na ARENA, enquanto Francisco Pinto, Colbert Martins e José Falcão da Silva se organizaram no MDB. No processo de reabertura política, em 1979, as lideranças políticas reagruparam-se em novos partidos e boa parte dos que estavam na ARENA passaram a compor o PDS (Partido Democrático Social) e o PFL (Partido da Frente Liberal). Foram para o PMDB uma parte dos que estavam vinculados ao MDB.

Com a revogação dos atos institucionais do período militar e a extinção do bipartidarismo, abriu-se a possibilidade da criação de novos partidos e a legalização dos já existentes. Neste novo cenário, a disputa partidária em Feira de Santana deu-se com alternância no poder de grupos políticos ligados às forças mais conservadoras que, de alguma forma, apoiaram os governos militares e grupos políticos que fizeram oposição ao regime.

Uma das cenas da disputa dos grupos políticos que atuavam na cidade e, que colocou de um lado as lideranças do MDB e, do outro, as do PDS, ocorreu durante as eleições para prefeito em 1982. Uma das lideranças, José Falcão da Silva, ex-MDB rompeu com o partido e foi para o partido de oposição PDS, se aliando às forças políticas mais conservadoras na Bahia, lideradas por Antônio Carlos Magalhães, mais conhecido por ACM.

No Quadro 2 abaixo apresentamos a relação dos prefeitos de Feira de Santana e respectivos partidos, no período de 1963 a 1992.

Quadro 2 – Relação dos prefeitos de Feira de Santana (1963 – 1992)

Prefeitos	Partido	Período
Francisco José Pinto dos Santos ¹	PSD	Abril/1963 a maio/1964
Joselito Falcão de Amorim ²	ARENA	Maior/1964 a janeiro/1967
João Durval Carneiro	ARENA	Janeiro/1967 a janeiro/1971
Newton da Costa Falcão	ARENA	Janeiro/1971 a janeiro/1973
José Falcão da Silva	MDB	Janeiro/1973 a janeiro/1977
Colbert Martins da Silva	MDB	Janeiro/1977 a maio/1982
José Raimundo Pereira Azevedo ³	MDB	Maior/1982 a janeiro/1983
José Falcão da Silva	PFL	Fevereiro/1983 a dezembro/1988
Colbert Martins da Silva	PMDB	Janeiro/1989 a dezembro/1992

Fonte: Câmara Municipal de Feira de Santana⁴

2.1 COLBERT MARTINS E SUA TRAJETÓRIA POLÍTICA

Nascido na Bahia, cidade de Macajuba (antiga Capivari) em 12/11/1928, Colbert Martins da Silva⁵ era filho do médico Francisco Martins da Silva e de Dagmar Sayed Silva e veio para Feira de Santana quando era criança. Estudou no Ginásio Santanópolis, formou-se em odontologia pela Universidade Federal da Bahia e trabalhou durante um período como dentista em Feira de Santana, quando resolveu ingressar na política. Foi casado com a professora Elizabeth Martins e teve três filhos: Evaldo Martins Silva⁶ (economista), Eliane Martins da Silva (odontóloga) e Colbert Martins da Silva Filho⁷ (médico) (VIEIRA, 2013).

¹Deposto pelo golpe de 1964.

²Interventor que sucedeu Francisco Pinto.

³José Raimundo P. de Azevedo compôs a chapa que concorreu às eleições municipais de 1976 na qualidade de vice-prefeito de Colbert Martins da Silva, a quem veio suceder no período maio de 1982 a janeiro de 1983, em razão da candidatura e eleição do prefeito eleito.

⁴Quadro organizado a partir da pesquisa direta da autora.

⁵As informações sobre a biografia de Colbert Martins da Silva foram concedidas por seu filho Colbert Martins da Silva Filho ao jornalista Valter Vieira e, publicadas no jornal eletrônico www.valtervieira.com.br

⁶Foi Secretário Municipal da Finanças no mandato Colbert Martins da Silva (1989-1992).

⁷Ingressou no PMDB em 1981 e, se elegeu deputado estadual, pelo mesmo partido, para o mandato de 1991-1995, quando seu pai era prefeito de Feira de Santana.

Iniciou sua trajetória política na década de 1950, quando se elegeu vereador pela primeira vez em Feira de Santana, pelo Partido Social Democrático (PSD)⁸. Desde que iniciou sua trajetória política, manteve-se em evidência por mais três mandatos na Câmara Municipal, duas vezes deputado estadual e dois mandatos como prefeito. Conforme entrevista concedida a Revista Panorama, quando Colbert Martins falou de sua história pessoal e política, seu ingresso na vida pública foi iniciada a partir de um chamado do seu pai, por meio de uma carta, “endereçada ao odontólogo na pequena cidade de Propriá, em Sergipe, ali por volta de 1953”. (TRÊS décadas de vitórias, 1989, p. 3). Nesta carta, o pai convocava-o para ser candidato a vereador em Feira de Santana e ele aceitou o desafio, foi eleito para esse e mais dois mandatos. Segundo seu relato, no final do terceiro mandato, foi assolado pelo “primeiro desengano”.

(...) – Realmente, em 1966, quando cumpri meu último mandato como vereador, não tinha maiores condições até de sustentar a minha família. Eu tive um desencanto do ponto de vista ideológico – avisa Colbert. Para sustentar isso, recolheu-se à profissão. Conseguiu. Em 1972, começou como diretor da Surfeira e em 76, puxado pelo hoje seu adversário José Falcão, candidatou-se a prefeito e obteve uma grande vitória. Em 86, com uma doença que o paralisou numa cadeira de roda e sem um diagnóstico, veio-lhe um segundo desengano. “Houve um momento em que senti que deveria interromper. Parar a carreira política”, diz, diante do “prognóstico sombrio”. Ao descobrir que se tratava de uma brucelose e que os tratamentos lhe deram uma melhora sensível, Colbert reanimou e conquistou a Prefeitura em 88 em cima de uma cadeira de roda, que gerou até a base da campanha do adversário principal, Antônio Sergio Carneiro, que chamava para que Feira não parasse, num calara alusão a seu estado físico” (TRÊS décadas de vitória, 1989, p. 3).

Desde quando decidiu fazer carreira política, o percurso político de Colbert Martins esteve vinculado ao de Francisco José Pinto dos Santos, também, do PSD. Assim como Colbert Martins, este se elegeu vereador, em 1950, e, destacou-se na política local ao promover apoio a associações de moradores, de trabalhadores e sindicatos, desenvolvendo uma política voltada para as multidões e para as classes populares. Foi eleito prefeito, em 1962, assumiu seu mandato de 1963-1964, em decorrência de sua deposição pela regime civil-militar.

O partido político do qual os dois fizeram parte era formado, principalmente por donos de terra e pecuaristas. O próprio Francisco Pinto nasceu numa família de fazendeiros e donos de destilaria. (SANTOS, 2007). Segundo esse autor, Francisco Pinto possuía características

⁸O PSD foi criado em 1945 e teve no seu quadro nomes de expressão política nacional, tais como o ex-presidente da República Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951) e Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 a 1961), mas também o mineiro eleito presidente da República no Colégio Eleitoral da ditadura, Tancredo de Almeida Neves.

que o identificavam ao seu Partido: habilidade, negociador, eleitorista e forte tendência coronelista.

Vale destacar que Francisco Pinto e Colbert Martins, foram políticos de grande inserção popular e durante o regime civil-militar ocuparam lugar de destaque durante muito tempo, posto que estavam vinculados ao “imaginário de rebeldia e contestação à ordem social, necessários a um partido de clara pretensões contra-hegemônicas” (SANTOS, 2007, p. 15)

Nesta sua longa trajetória política, antes mesmo do seu primeiro mandato como Prefeito de Feira de Santana, Colbert Martins foi secretário de Governo do prefeito Francisco José Pinto dos Santos (abril/1963 a maio/1964), e isto possibilitou ainda mais o seu contato com o povo, através das organizações populares e de bairros, ainda que por pouco tempo. Na gestão do prefeito José Falcão da Silva (1973-1977) esteve à frente da Superintendência de Urbanização de Feira de Santana (SURFEIRA), onde mais uma vez teve a oportunidade de fortalecer laços e projetar o seu nome. Em 1976, quando se candidatou a prefeito pelo então Movimento Democrático Brasileiro (MDB) já era uma liderança conhecida e enfrentou, sem maiores dificuldades, o candidato da situação, pela Arena, Ângelo Mário Carvalho Silva⁹.

Sua vitória nessas eleições o conduziu à gestão municipal no período entre 1977 a 1982 e assegurou a continuidade de um percurso político bem sucedido, marcado pelas oportunidades de permanecer em evidência e a construção de um estilo político de traços populistas.

Segundo Ianni (1991), o populismo tem um caráter de classe que lhe é inerente, motivo pelo qual ele pode ser focado sob dois aspectos, “o populismo das cúpulas” e “o populismo das massas”. O primeiro pode ser assumido pelos governantes, políticos burgueses, pelegos, demagogos; o segundo, pelos operários, migrantes de origem rural, grupos sociais pertencentes à baixa classe média e estudantes universitários de esquerda. O populismo de cúpulas, diz Ianni,

(...) Trata-se do populismo das elites burguesas e de classe média, que utilizam taticamente as massas operárias e os setores mais pobres da classe média. Esse populismo instrumentaliza as massas trabalhadoras, ao mesmo tempo em que manipula as manifestações e as possibilidades da sua consciência. Em situação crítica, esse populismo abandona as massas à própria sorte, sem antes impedir que elas avancem um passo decisivo nas lutas políticas. (...) Em situações normais, parece haver harmonia ampla entre o populismo das massas e o populismo da burguesia. Entretanto, nas ocasiões críticas, quando as contradições políticas se aguçam, o populismo das massas pode encaminhar-se para formas revolucionárias.

⁹Com a instituição do bipartidarismo, o PSD, partido de Francisco Pinto e Colbert Martins, foi extinto em 1965.

Nessas situações ocorre a metamorfose do movimento de massas em luta de classes” (IANNI, 1991, p. 10-11).

Esta perspectiva de análise trabalha a concepção de populismo como modalidade específica das relações e contradições das classes sociais, notadamente na América Latina. Com efeito, os políticos populistas do primeiro aspecto, aqui no Brasil, apresentam discursos contundentes e incendiários, com forte viés nacionalista, como pode ser ilustrado pelo mais conhecido de todos eles, o ex-presidente Getúlio Vargas. Os populistas do segundo aspecto, atraindo para suas causas vários segmentos da classe operária, dos pequenos e médios empresários também se manifesta entre lideranças oriundas de setores burgueses, mas que se proclamam contrários aos interesses desses setores.

Sendo assim, atenta-se para o fato de que uma das características marcantes da administração de Colbert Martins, que contribuiu para torná-lo conhecido como populista, foi à execução de grandes obras voltadas para atender aos interesses dos mais pobres e “carentes”. Segundo Santos (2007, p. 53) o prefeito Colbert tinha a prática de:

deslocar o funcionamento da prefeitura para os bairros mais pobres, onde obtinha contato frente a frente com os eleitores e, não raramente, frequentava reuniões de associações de moradores, trabalhadores rurais, onde escutava as queixas das pessoas e tirava um encaminhamento prático para resolver seus problemas.

Mesmo a partir de 1989, em seu segundo mandato de prefeito, Colbert Martins conserva seu estilo de gestão governamental “populista”, mantendo sob seu “controle” organizações da sociedade civil, pautando e antecipando sua agenda de governo, supostamente, de acordo com os interesses de setores da sociedade. Com isso fortaleceu a imagem do político que conhecia os problemas e entendia as necessidades dos mais “pobres e carentes”. Contudo, seu modo peculiar de governar não ficava restrito apenas ao contato direto com o povo, pois institucionalizava suas ações por meio da formação de lideranças políticas, utilizando a máquina estatal. Sobre isso diz Santos (2007, p. 54),

Para tanto, utilizava largamente um mecanismo político de Feira de Santana: os Diretórios de Bairros e seus administradores¹⁰. Assimilava boa parte dessas lideranças, seu carisma junto à população e criava dessa maneira permanentemente um vínculo direto entre o “povo” e administração municipal. Obras, ajudas pessoais, empregos, etc. eram distribuídos nos lugares certos às pessoas certas, isto é, aquelas que fariam de seu próprio “capital simbólico” a representatividade ideológica e simbólica do prefeito angariando simpatias, lealdades e, algumas vezes, submissão.

¹⁰Segundo Santos (2007, p. 54) “os administradores eram pessoas remuneradas pela prefeitura para estabelecer uma espécie de descentralização política e por vezes eram usadas pelos prefeitos como cabos eleitorais”.

Foi desse modo que Colbert foi se tornado, talvez, o mais popular dos prefeitos da cidade de Feira de Santana, depois de Francisco Pinto, e, mesmo após sua morte, manteve vivo este imaginário. Com efeito, sua imagem de político sério, respeitado por todos por sua simplicidade e carisma, lendário representante político que falava em defesa dos menos favorecidos, ainda se faz presente.

2.2 AS ELEIÇÕES DE 1988 E A VOLTA “DO GOVERNO DA GENTE”

Quando Colbert Martins assumiu o poder executivo municipal em 1989, a Presidência da República estava sob a gestão de José Sarney (1985-1990) e o Governador do Estado da Bahia era Waldir Pires (1987-1989), ambos do PMDB. Estes fatos foram bastante explorados durante a campanha, alimentando a expectativa de que a vitória dele representaria o fortalecimento das relações políticas em todas as esferas governamentais.

Uma notícia publicada no Jornal Folha do Norte, 27/02/88 indica isto com clareza:

A realização de uma ampla relação de obras, nas áreas do saneamento, transporte, educação, saúde, pavimentação e habilitação, foi solicitada ao governador Waldir Pires, pelas lideranças locais do PMDB, através de um memorial entregue pelos deputados Francisco Pinto e Colbert Martins. Na relação de obras estão: a implantação de 70 quilômetros de rede de abastecimento d'água, construção de 30 quilômetros de rede esgotos sanitários e cinco mil casas populares beneficiando sede e distritos. (MEMORIAL do PMDB pede obras para Feira de Santana, 1988, p. 09)

Essa nota foi publicada quando Colbert Martins da Silva ainda era deputado estadual (forte candidato a prefeito), o que chama atenção para o fato de que, até então, o Governador Waldir Pires (PMDB) fazia pouco caso em relação às necessidades de um município do porte de Feira de Santana. O Memorial referido na matéria, ao que indica, cumpria um papel importante como um elemento que prenunciava a articulação das lideranças políticas do PMDB feirense em torno de uma agenda de ações a ser operacionalizada em parceria com órgãos governamentais estaduais. Tratava-se de uma ação política estratégica ao mostrar que, antes mesmo de se constituir governo, essas lideranças locais já tinham força para apresentar uma lista de solicitações direcionadas às Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Urbano, Minas e Energia, Transporte, Saúde, Comunicação e Educação.

Deve-se ressaltar que o Memorial foi supostamente elaborado, considerando as reivindicações de lideranças das organizações e comunidades de bairros, as quais teriam indicado as necessidades mais imediatas na sede e nos distritos. Ainda com relação a este documento, o Jornal Folha do Norte (27/02/1988), com chamada de capa “Memorial do PMDB pede obras para Feira de Santana”, anunciou que os deputados do partido, Francisco Pinto e Colbert Martins, o líder do governo na Câmara Municipal, o Vereador Celso Daltro e outras lideranças políticas, elaboraram um Memorial¹¹, com reivindicações de obras em diversos setores: moradia, saúde, rede elétrica e educação.

Na área de educação as solicitações teriam sido a conclusão das obras de duas escolas nos conjuntos Feira IV e João Paulo II, a recuperação de outras escolas estaduais (Edite Mendes da Gama Abreu, Monsenhor Mário Pessoa, Maria Quitéria, Juiz Jorge Farias, Odorico Tavares, Ubaldina Regis), a aquisição de 19 mil carteiras escolares e a construção de cinco prédios para o pré-escolar (para atendimento das crianças de dois anos e meio a seis anos e meio) nos bairros Rua Nova, Tomba, Queimadinha, Feira X e Campo Limpo. (PMDB reivindica obras para Feira, 1988, p. 03).

Diante dessas informações, nota-se que a expansão da educação pré-escolar compôs a plataforma do então pré-candidato a prefeito, Colbert Martins da Silva, e, portanto, foi um ingrediente da retórica política que o reconduziu ao executivo municipal, após seis anos do término do seu primeiro mandato. Certamente, que não foi apenas o tema educação que proporcionou esse movimento. Ademais, nessa mesma matéria, consta a informação de que o Governador anunciou um pacote de obras para o município em sua visita a Feira de Santana. Ali também Celso Daltro informou que seriam mantidas reuniões com lideranças políticas do PMDB feirense com a finalidade de definir o candidato à prefeitura, observando uma suposta tendência natural à consagração do nome de Colbert Martins (Idem). Desse modo, constata-se que as estratégias políticas do partido passavam pelas articulações com o governo estadual com a clara intenção de consolidar o nome de Colbert Martins como candidato a prefeito pelo PMDB.

Com o slogan “O Governo da Gente vai voltar”, durante a campanha ele prometeu fazer uma administração popular, inclusive realçando a ideia de retomar a experiência da sua primeira gestão, deslocando o governo para os bairros e distritos.

¹¹Houve tentativa junto às lideranças políticas, Hosannah Leite e Ildes Ferreira, para localizar o documentos, mas estes disseram desconhecer a sua existência. Este documento também não se encontra na sede do PMDB em Feira de Santana.

Depois de eleito para o cargo de prefeito pela segunda vez e antes da posse, Colbert analisou, em entrevista concedida à Revista Panorama, que a experiência de seu primeiro mandato como prefeito de Feira, apesar das dificuldades, inclusive com restrições financeiras e perseguições políticas por parte do Governo Federal e, seus mandatos como deputado, contribuíram para mais essa vitória. Em sua interpretação, a primeira passagem pelo Governo, estimulou o entusiasmo da população de tal maneira que assim declarou: “me elegi duas vezes deputado estadual com uma votação grande, expressiva e finalmente cheguei a este ponto” (TRÊS décadas de vitória, 1989, p. 5).

Na mesma entrevista¹² em que Colbert fez um breve panorama sobre o seu passado político e discorreu sobre sua vitória nas eleições municipais e seu estado de saúde¹³. Fez também uma análise da conjuntura política do país – quando o seu Partido, o PMDB, ocupava o executivo nas três esferas de poder –, e falou sobre suas intenções para as diversas áreas, dentre as quais, a educação. (Idem).

Numa outra seção do mesmo número da Revista foram informadas as áreas que seriam feitos investimentos. A educação foi anunciada como o setor mais problemático da administração pública. Dentro desta, três subtemas apareceram com destaque: a educação pré-escolar, o Estatuto do Magistério e a Eleição direta para diretor. A matéria¹⁴ intitulada ‘Degraus para o poder’, informa que,

Colbert não tem um plano elaborado, específico, para este setor, mas afirma que tem algumas idéias que, se postas em prática, poderão resolver um problema de base: a pré-educação ou a pré-escola. Como se sabe, a Prefeitura não tem um programa específico para atender as crianças na faixa etária entre 3 a 6 anos de idade. Como as famílias pobres só podem colocar os meninos na escola a partir dos 6 anos, por não ter condições de pagar mensalidades em estabelecimentos privados as distorções começam na base (DEGRAUS para o poder, 1989, p. 13).

Sobre seu programa de governo em relação ao atendimento de educação pré-escolar, Colbert Martins informou não haver definido onde seriam construídas as instituições, mas prometeu distribuí-las de forma compartilhada “nas áreas mais carentes, em bairros densamente povoados como Rua Nova, Queimadinha, Tomba, Campo Limpo, entre outros” (DEGRAUS para o poder, 1989, p. 13).

¹²O autor da entrevista não foi informado pela Revista Panorama (05/01/1989), cuja manchete principal foi Colbert/Luciano: Vitória do Povo.

¹³Informa que teve depressão em decorrência de uma brucelose que o acometeu e comprometeu seus movimentos das pernas. Vencido o trauma com a doença, “mesmo numa cadeira de rodas”, Colbert Martins candidatou-se para o pleito de mais um mandato na prefeitura de Feira de Santana nas eleições de 1988.

¹⁴Não assinada.

Os elementos anunciados durante a campanha e antes da posse do prefeito eleito, como se pode notar, dão pistas sobre o final da transição política em Feira de Santana e os contornos heterogêneos da gestão que se iniciava. É perceptível que por meio da ação política de Colbert Martins que os interesses da sociedade civil popular confundem-se e são simbolizados na imagem do homem que governa para o povo. Esta simbologia, embora construída a partir de traços do “populismo das massas”, não deixa de guardar íntimas relações com o “o populismo das cúpulas” tanto que apesar de contar com o apoio popular, ele sempre cultivou relações com as frações de classe da burguesia feirense (empresários e comerciantes).

Expressão disso pode ser notada na própria composição de seu Governo, o qual contava com a presença de lideranças políticas, profissionais liberais, professores e representantes dos setores empresarial e agropecuário. O secretariado inicial, anunciado antes da posse, foi composto por: Clóvis Ramos Lima, professor da UEFS (chefe de gabinete), Evaldo Gomes Martins, economista (Sec. de Finanças), Luiz Alvim Boaventura, pecuarista e presidente da Associação Cooperativa de Pecuária (foi anunciado para administrar a Superintendência de Urbanização de Feira de Santana -SURFEIRA) e Celso Ribeiro Daltro¹⁵, advogado e servidor público (Assessoria Serviço jurídico), Wilson Pereira de Oliveira, empresário (Sec. de Serviços Urbanos, posteriormente assumiria a Secretaria de Agricultura na reforma administrativa), Luciano Ribeiro Santos, professor e empresário do ramo educacional. Na oportunidade, professora Yara Cunha, reitora da UEFS, foi convidada para assumir a pasta da Educação, mas recusou, alegando ter assumido o compromisso com a gestão da instituição até o final de seu mandato (COLBERT anuncia primeiros secretários, 1988, p. 08).

Ao assumir o governo municipal, Colbert Martins encontrou uma estrutura administrativa do executivo com 08 secretarias (Administração, Finanças, Serviços Urbanos, Educação, Desenvolvimento Comunitário, Expansão Econômica, Turismo, Recreação e Cultura e Extraordinária), mais os cargos de níveis especiais (Chefia de Gabinete do Prefeito, Diretor de Serviço Jurídico e Coordenador-Geral do Escritório de Planejamento Integrado), estes últimos com status de primeiro escalão (FEIRA DE SANTANA, 1983). Mas quando a reforma administrativa foi realizada por meio da aprovação da Lei 1.349/1990, algumas secretarias foram extintas e criadas outras quatro. Ao longo da gestão, porém, manteve um

¹⁵Foi vereador pelo PMDB e secretário de governo nos dois mandatos de Colbert Martins da Silva.

perfil de auxiliares muito próximo do anunciado anteriormente, como se pode observar no Quadro 3, abaixo:

Quadro 3 – Composição da estrutura administrativa do Governo Colbert Martins 1989-1992

Secretarias	Secretários	Setor
Administração	Armando Curvelo de Menezes	Servidor público ¹⁶
Finanças	Evaldo Gomes Martins	Economista
Educação, Cultura e Esportes	Luciano Ribeiro Santos	Professor/empresário do ramo educacional
Saúde	Luciano Ferreira Vital	Médico
Indústria, Comércio e Turismo	Armando Luiz da Silva Sampaio	Empresário ramo de turismo
Agricultura	Wilson Pereira de Oliveira	Empresário
Abastecimento	Wilson Pereira de Oliveira	-
Obras	Luiz Alvim Boaventura	Pecuarista
Serviços Públicos	Carlos Andrade	Médico
Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente	José Juraci Oliveira Pereira	Arquiteto
Habitação Popular e Desenvolvimento Comunitário	Ildes Ferreira de Oliveira	Sociólogo
Comunicação Social	Jailton Batista dos Santos	Jornalista

Fonte: Relatório de Gestão da Administração Colbert Martins, 1992.

Outros quadros políticos compuseram a equipe de Governo Colbert Martins, principalmente substituindo alguns desses nomes: Antônio Carlos Marques Filho (Serviços públicos), Benício Cunha Cavalcante, médico (Saúde), Noide Ferreira de Cerqueira, empresário (Planejamento/Serviços Públicos), Sérgio Madeira Santos (Abastecimento), Celso Ribeiro Daltro (Agricultura), Erasmo Lima Souza, professor (Educação). Na composição dos cargos de assessoramento, Valter Vieira, jornalista, substituiu Clóvis Ramos Lima e Milton Pereira Brito, advogado, substituiu Celso Ribeiro Daltro.

Constata-se por meio da composição do Governo Colbert Martins que os interesses políticos estavam sob a coordenação de figuras influentes no ramo em que atuavam em âmbito municipal e nacional, a exemplo do empresário Noide Ferreira de Cerqueira. Para

¹⁶Ingressou como servidor público no Governo de Francico Pinto. De Macajuba, era conterrâneo de Colbert Martins da Silva. Foi administrador do Feira Tênis Clube, Clube de Campo Cajueiro, Filarmônica Vitória, Fluminense de Feira, Associação Desportiva da Bahia e secretário de governo de José Falcão e Colbert Martins quando foram prefeitos durante o regime civil-militar.

algumas pastas conservou-se o critério técnico para escolha dos dirigentes, à exemplo da Educação, Saúde e Comunicação Social e, para outras, prevaleceu o critério político, a exemplo de Ildes Ferreira, de forte inserção nos bairros populares por meio da atuação no MOC e, outros se deu pelo forte apoio dos setores econômicos de Feira de Santana, indústria, comércio e agropecuária.

Desse modo, Colbert Martins foi constituindo seu estilo próprio de governar. Este foi mesclando, por um lado, ações que buscavam atender aos interesses dos mais pobres, e, por outro, administrava Feira de Santana realizando alianças com os setores privados sem perder com isso, a imagem do prefeito popular que entrou para história como aquele que “olhou para os pobres”.

2.3 OS MARCOS OPERATÓRIOS DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO EM FEIRA DE SANTANA: O DEBATE E A ELABORAÇÃO DA LEI ORGÂNICA

Foi com a Constituição de 1988 que a educação infantil passou a ser garantida como direito da criança e dever do Estado, criando as bases para o que, posteriormente, foi estabelecido na LDB 9394/1996, nos artigos 29 e 30, definindo a educação infantil como primeira etapa da educação básica, abrangendo creche (zero a três anos) e pré-escola (quatro a seis anos).

A chegada de Colbert Martins ao executivo municipal foi marcada por um contexto de mudanças, não somente no cenário nacional, com a promulgação da nova Constituição de 1988, como no cenário local, deparou-se com a prioritária e fundamental tarefa de articular e convocar, juntamente com o legislativo municipal e a sociedade civil organizada, o processo de discussão e elaboração de uma nova Lei Orgânica para o município – semelhante ao processo de instalação da Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a nova Carta Magna.

As ambiguidades e as contradições das legislações expressam como resultado da correlação de forças dos diversos setores da sociedade civil, acabam por exigir maior organização e mobilização das camadas populares e dos trabalhadores, buscando cobrar do Estado o dever, não apenas de promover o acesso à educação e à escola, mas de garantir sua efetiva democratização.

Para que as camadas populares e trabalhadores construam essa consciência, segundo Oliveira (2005) são necessárias mudanças nas concepções, valores e crenças, construídos desde o nascimento, exigindo na fase adulta reflexões e discussões acerca da concepção de criança e seu desenvolvimento, da educação, do papel dos profissionais que atuam na educação infantil, como, também, do papel do Estado e da sociedade. Sobre essa questão, a autora declara que as políticas não acontecem no vazio, mas dentro de um contexto social e político em que a sociedade civil e organismos governamentais interagem.

Contudo, consideramos que essas interações evidenciam contradições e, que a sociedade civil assume o papel de propositivo como parte ativa nesse processo. Nesse sentido, a educação infantil como uma etapa importante da educação básica, deve ser colocada em condições de igualdade e assumida pelo Estado como sua responsabilidade.

Desse modo, a maior ou menor centralidade dada à educação infantil depende da conjuntura política, econômica, das condições sociais, da correlação de forças existentes na sociedade, do grau de organização e mobilização dos movimentos sociais (de mulheres, de professores, de trabalhadores, etc.) e organizações (fóruns, associações científicas e de bairros) na luta em defesa da democratização da educação, pública e gratuita.

No âmbito municipal, notam-se alguns avanços e conquistas com a participação política dos movimentos e organizações, porém verifica-se no âmbito da Lei Orgânica, ambiguidades no que diz respeito ao atendimento das crianças menores que seis anos.

A elaboração e aprovação da Lei Orgânica Municipal, nº 37/1990, foi marcada pela participação da sociedade civil que de forma organizada contribuiu para o debate no contexto de sua elaboração. Entretanto, a implantação da Lei Orgânica, exigiria da sociedade civil maior participação e, posteriormente maior articulação e mobilização para cobrar dos governos eleitos sua execução e, com isso, frear quaisquer tentativas de omissão ou de infração com relação aos direitos previstos no campo educacional.

Com base nos pronunciamentos posteriores ao processo eleitoral, Colbert Martins, prefeito eleito com apoio das bases populares e dos movimentos sociais e outros setores da iniciativa privada, mantinha distante de suas intenções, a preocupação com as mudanças que a nova Carta Magna e a Lei Orgânica poderiam sinalizar na perspectiva dos avanços sociais. Suas preocupações iniciais voltaram-se para a realização de reforma administrativa, bem como investimento em infra-estrutura, conforme anunciadas no processo eleitoral. Conforme notícia veiculada no Jornal Folha do Norte,

Colbert Martins reafirmou o desejo de promover uma reforma administrativa, criando instrumentos para melhor administrar o município, que será feito através da Câmara Municipal de modo que no início do seu governo serão mantidas as atuais secretarias e órgãos existentes. Para tanto deverá contratar uma firma especializada no Rio de Janeiro, visando uma análise técnica do assunto (...) (COLBERT anuncia primeiros secretários, 1988, p. 08)

Entretanto, suas intenções políticas em relação ao campo educacional, em especial, a educação infantil, devem ser destacadas, pois se tornou uma das principais áreas de atuação, com clara finalidade política. Antes de chegar ao poder, já anunciava em seu Programa de governo que seria uma área na qual investiria, mostrando que estava alinhado ao que vinha sendo proposto no cenário nacional, a necessidade de expansão da educação pré-escolar para atender às crianças de quatro a seis anos.

Contudo, a promulgação da Carta Magna (1988) determinava a urgência da elaboração e execução da Lei Orgânica, para todos os municípios do país. Com efeito, esta se constitui um marco legal significativo, por se considerar a incorporação das reivindicações, pautadas na agenda política nacional, principalmente, no que tange à educação e, em especial, o debate sobre a educação infantil. Por exemplo, os problemas referentes à falta de vagas nas escolas públicas, altos índices de analfabetismo, faltam de plano de cargos e salários para o magistério, constituíram-se como diretrizes políticas e legais importantes para formulação de políticas públicas para os mais diferentes setores sociais em um único documento.

Vale ressaltar que embora os preceitos jurídicos reunidos em Lei Orgânica se constituiriam em marcos operatórios construtivos de quaisquer ações governamentais, eles por si só não garantem a efetividade e a materialidade do que está estabelecido. Essa efetividade dependerá, principalmente, das reais intenções que orientam as ações políticas dos governantes e dos projetos de sociedade e educação que estes representam. É primordial para qualquer análise no campo da política educacional, identificar os projetos que estão em disputa, qual está exercendo força dominante e em qual direção e que, por sua vez vai dando conformidade na realidade social, política, econômica e cultural em um dado período histórico.

O estudo realizado por Silva (1999) sobre a transição democrática e os processos de reordenamento do ensino em Feira de Santana concluíram que a partir da análise de tal documento evidencia-se a intenção, nessa fase de transição para Estado Democrático de direitos, no que se refere à construção efetiva de novas práticas escolares; constituindo-se, desse modo, como desafio que se abriu a perspectiva de mudanças na área social,

especialmente, no campo educacional, com a inclusão então do ensino pré-escolar e de creches, como assim foi denominado na Lei Orgânica.

Assim, como aconteceu com a Carta Magna (1988), a elaboração da constituinte municipal contou com a mobilização e ampla participação da sociedade civil em diversos setores (igrejas, sindicatos, trabalhadores do campo, associações de bairros, entidades estudantis). Embora discutida, elaborada e aprovada em apenas um ano, conseguiu incorporar muito das demandas, pautadas pelos setores privados, mas também das organizações sociais, sindicatos e movimentos de bairros, a exemplo do movimento de mulheres, reivindicando a assunção das políticas sociais na esfera municipal.

No âmbito da sociedade civil, conforme indica Relatório Anual (MOC, 1989), seu processo de participação iniciou-se com a realização de um encontro¹⁷ com representantes dos vários municípios da região, incluindo, Feira de Santana. A partir deste, foi preparado um boletim que serviu como base de discussão para a elaboração das leis orgânicas municipais. No mês de novembro, foi realizado um encontro regional para avaliação dos encaminhamentos dados e pensar formas de superação das dificuldades.

Ainda segundo o Relatório, em Feira de Santana, o trabalho foi realizado com a participação das associações de bairros, acompanhadas pelo MOC e outras entidades Pastoral Rural e Urbana e Comissão Evangélica dos Direitos da Terra (CEDITER) e, esforços foram envidados no sentido de ampliar o espaço de outras entidades como Sindicatos, Grupos de Igreja, Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana, etc.

Foi encontrado nas Atas das sessões ordinárias do legislativo municipal, o registro de que foi apresentada à Casa, uma proposta de regimento Interno de iniciativa popular para elaboração da Lei Orgânica. Sobre esse processo de elaboração, o Jornal Folha do Norte, de 20/01/1990 informa que no dia 06/12/1989, foram instalados os trabalhos constitucionais e aprovados o Regimento Interno da Lei Orgânica, que os vereadores feirenses, componentes das três comissões temáticas - Organização dos Poderes Executivos e Legislativo, Ordem Econômica e Social e de Tributação e Orçamentos – promoveram reuniões para que entidades e representantes dos mais variados segmentos da sociedade apresentassem suas propostas para a futura Carta do Município. Ainda sobre isso a nota diz,

(...) a Comissão de Ordem Econômica e Social, sob a presidência do vereador Messias Gonzaga, realizou sessão itinerante no bairro Feira X, um dos mais populosos e também dos mais carentes de Feira de Santana, quando recebeu na

¹⁷No Relatório não consta a data em que foi realizado o encontro.

comunidade local, diversas sugestões para as áreas de saúde, educação, segurança, saneamento básico, habitação, transporte e meio ambiente. (SANTIAGO, 1990, p.07)

As Atas Ordinárias do legislativo fazem menção à elaboração da constituinte municipal, a formação das comissões, sobre a necessidade de reiniciar o debate sobre a Lei, depois de aprovada, pois o prefeito contratou o jurista Mayr Godoy, o mesmo que assessorou à Câmara Municipal na elaboração do documento, à época, alegando haver a inconstitucionalidade de alguns artigos da Lei Orgânica. Não há registros nas Atas que foram lidas sobre quais artigos foram considerados inconstitucionais. Essa decisão do prefeito em questionar a constitucionalidade da Lei gerou muitos debates na Casa Legislativa. O vereadores de oposição e dos partidos da base do governo questionaram a ação de Colbert Martins.

Neste contexto, pode-se afirmar que de fato existiu um processo de mobilização da sociedade feirense com a finalidade de definir diretrizes jurídicas e políticas para diferentes setores sociais, tendo como referência os princípios e as prerrogativas da Constituição brasileira, de tal maneira que consolidou nos marcos regulatórios da cidade conquistas no campo educacional.

Aprovada em 05 de abril de 1990, a Lei Orgânica de Feira de Santana (Lei nº 37/1990) é constituída de quatro títulos, quais sejam: Disposições Preliminares, Organização do Município, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social e Disposições Transitórias, subdivididos em três capítulos. No caso, O capítulo III, seção IV, é o que rege sobre Educação e é composto de 12 artigos.

Para efeitos desse estudo foram analisados os artigos referentes à educação infantil, tratada no texto da Lei como creche e pré-escolar. Dos doze artigos da Lei que tratam sobre a educação no município, quatro fazem referência ao atendimento de creche e pré-escolar. Estes aparecem no parágrafo único do artigo 134; no artigo 135, inciso VI e VIII, parágrafos 1º e 3º; artigos 136 e 140. Este último dedicou atenção especial em seus cinco incisos às diretrizes políticas quanto ao atendimento em creches.

Uma vez promulgada, a Lei Orgânica chama atenção em seu artigo 105, caput, como garantia da aplicação dos recursos ao campo educacional “O orçamento anual do Município deverá prever a aplicação de pelo menos, vinte e cinco por cento da receita tributária municipal, incluindo o proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público pré-escolar e fundamental” e, no artigo 142, caput, que “O Município

aplicará anualmente nunca menos de trinta por cento da receita resultante de impostos na forma disposta na Constituição Federal, exclusivamente na manutenção e expansão do ensino público municipal”.

O que se pode notar é que tal dispositivo legal não prevê orçamento para o atendimento das crianças de zero a três anos em creches. Contudo, na prática esse tipo de atendimento foi se institucionalizando de forma expansiva, por meio de serviços prestados pelas instituições privadas sem fins lucrativos, tornadas de utilidade pública pelo poder executivo municipal. Estas instituições passaram a atender crianças de dois e três anos por meio de convênios firmados entre a Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Comunitário a fim de receberem apoio financeiro e técnico do poder público municipal. O direcionamento das ações desse governo deu-se por meio desses órgãos municipais: o primeiro, voltado para o atendimento em pré-escolas e o segundo órgão para o atendimento em creches de associações.

Tal prerrogativa legal sinaliza na perspectiva de que o município avança nesse sentido, ao garantir recursos mínimos da receita municipal para investimentos e manutenção da educação inclusive, superando ao que foi estabelecido pela Constituição (1988) como percentuais mínimos para financiamento da educação de 18% das receitas dos impostos pela União e de 25% pelos estados e municípios.

O que se pode observar é que alguns elementos que sinalizam quanto ao compartilhamento e divisão de responsabilidades no que tange à promoção de educação infantil e, desse modo, o “espírito democratizante da época” que ganhou força naquele contexto, passando a ser revelador das ambiguidades desse processo; pois se por um lado manteve a possibilidade de parcerias com instituições privadas para a oferta da educação infantil, sob o discurso do compromisso social, por outro lado, a defesa e declaração constitucional do dever do Estado em ofertar educação como direito de todos.

Neste sentido, a Lei Orgânica, em seu artigo 134, ratifica que a educação, direito de todos, dever do Poder Público e da sociedade, tem como objetivo o pleno desenvolvimento do cidadão, tornando-o capaz de refletir criticamente sobre a realidade e qualificado para o trabalho. Tais prerrogativas estão em conformidade com o que rege a Constituição Federal, que assegura em seu artigo 205 a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família. Esse mesmo artigo trata a educação como direito público subjetivo, e em seu parágrafo único, constitui a educação de creche e pré-escolar como ação prioritária, inclusive

demarcando sua finalidade pedagógica enquanto instituição que presta atendimento às crianças de zero a seis anos.

A Lei Orgânica, portanto, incorporou o que vinha sendo debatido e defendido nos fóruns e congressos de educação por especialistas e pesquisadores no campo das políticas educacionais e educação infantil, desde o final da década de 1970. Contudo, na prática, as instituições comunitárias e filantrópicas continuaram a expandir esse tipo de atendimento para as crianças em creches.

Conforme analisado por Silva (1999), no que diz respeito ao reordenamento político do Estado e sua reestruturação através das leis, é possível concluir que em Feira de Santana tal reordenamento se deu por meio da aprovação da Lei Orgânica e, complementarmente, por meio de leis ordinárias. Estas tiveram por finalidade adequar-se ao que preceituava a nova Carta Constitucional no que se refere ao tema educação. Conforme estabelece o art. 135 da Lei Orgânica, o dever do município para com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I– ensino de primeiro grau, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria;
- II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino de segundo grau;
- III– atendimento educacional especializado ao portador de deficiência, sem limite de idade na rede regular de ensino, com garantia de recursos humanos qualificados, material e equipamento público adequados, e de vaga em escola próxima a sua residência;
- IV – preservação dos aspectos humanísticos e profissionalizantes do ensino de segundo grau;
- V– expansão e manutenção da rede municipal de ensino, com a dotação de infraestrutura física e equipamento adequado;
- VI– atendimento pedagógico obrigatório e gratuito, em creche e pré-escola às crianças de seis anos de idade, em horário integral, e assegurado o acesso ao ensino de primeiro grau;
- VII – facilitar acesso aos níveis elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VIII– atendimento às crianças nas creches e pré-escolas e no ensino de primeiro grau, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (FEIRA DE SANTANA, 1990, s/p.)

Analisando este dispositivo, inciso VI desse artigo, observa-se que há destaque à educação infantil, explicitando o papel das instituições de ensino e de sua função pedagógica, contudo evidencia um ponto conflitante quando especifica o caráter desse atendimento para as crianças de seis anos, gerando dubiedade de interpretação, uma vez que as creches e pré-escolas também atendem crianças menores que seis anos.

Outrossim, tal concepção, inclusive contrapõe-se ao que foi se institucionalizando historicamente quanto à duplicidade da função das instituições que prestam atendimento a essas crianças, mediante a divisão entre aquelas que deveriam preparar às crianças para o ingresso no ensino fundamental e aquelas de cunho assistencialista que deveriam dar apenas os cuidados básicos de higiene, sono e alimentação. Tais concepções vêm sendo discutidas por pesquisadores do campo da educação infantil, em torno da constituição de uma educação infantil capaz de exercer a dupla função de cuidar e educar, entendendo essas funções como elementos indissociáveis.

Desse modo, esse inciso da Lei Orgânica demonstra que naquele contexto, essa prerrogativa legal já sinalizava significativo avanço em relação ao que vinha sendo praticado, no âmbito nacional, em termos de políticas de atendimento das crianças de zero a seis anos, bem como do papel desempenhado pelas instituições de educação infantil. Compreender os desdobramentos disso no sistema de ensino em Feira de Santana, implicaria realizar um estudo que revelasse como tal concepção de educação infantil foi sendo incorporada, ou não, pelas instituições públicas e privadas sem fins lucrativos (conveniadas) que atendem às crianças de zero a seis anos. Isto está fora de nossa alçada no momento.

Outros artigos da Lei, que tratam da promoção da educação pré-escolar (art. 136) e que prevê o atendimento pedagógico às crianças de até seis anos de idade (art. 140) também chamam atenção. Vejamos os incisos deste último artigo, todos dedicados à educação infantil (pré-escolar e creche):

- I – criar, implantar, implementar, orientar, supervisionar e fiscalizar as creches;
- II – instituir para a rede municipal de creches equipe multidisciplinar, composta por professores, pedagogo, psicólogo, assistente social, enfermeiro e nutricionista;
- III – propiciar cursos e programas de reciclagem, treinamento, gerenciamento administrativo e especialização, visando à melhoria e ao aperfeiçoamento dos trabalhadores de creches;
- IV – estabelecer normas de construção e reforma dos logradouros e dos edifícios para o funcionamento de creches, buscando soluções arquitetônicas adequadas à faixa etária das crianças atendidas;
- V – estabelecer política municipal de articulação junto às creches comunitárias e as filantrópicas. (FEIRA DE SANTANA, 1990, s/p.)

Vale destacar que a Lei Orgânica apresenta ambiguidade no que tange ao atendimento de educação infantil, pois se por um lado se assegurou juridicamente a função eminentemente pedagógica da educação infantil, por outro reforça seu papel assistencialista ao reconhecer

que deve haver uma articulação entre as creches comunitárias e filantrópicas¹⁸ e o poder público municipal. Desse modo, fica clara a intenção da Lei orgânica em dar prioridade a política de expansão e atendimento do pré-escolar como responsabilidade do poder público municipal e de manter as creches sob a responsabilidade de instituições privadas da sociedade civil.

Kramer (1992), ao fazer a análise do Estado e o tipo de política pública para infância que tem interesse, ressalta que as políticas públicas federais, dirigidas às crianças brasileiras revestiram-se de um caráter assistencialista, sendo “marcadas pelo paternalismo, pelo clientelismo e pela manipulação ideológica e político-eleitoral, a maioria das ações de cunho médico, assistencial, alimentar e educacional [...]” (p.124). Dessa forma, é passível de conclusão que as orientações e as diretrizes políticas para educação infantil em âmbito federal contribuíram para reforçar a dicotomia da função das instituições que atendem crianças de zero a seis anos, e em alguns casos, como no sistema de ensino de Feira de Santana, reforçou a dicotomia negando a autonomia e a legalidade dos marcos operatórios.

A Lei Orgânica de Feira de Santana sinalizou diretrizes e princípios importantes para a definição de uma política municipal para educação infantil. Todavia, o que preconizava a Lei e os aspectos que serão observados nas ações do Governo, no próximo capítulo, indicam haver um distanciamento entre o que a Lei proclamava e o que efetivamente ocorreu na realidade.

Freitag (1980) fez uma análise pertinente sobre a primeira LDB, 4.024/61 quando de sua promulgação: “a política educacional de maior relevância não se encontra nos textos da lei (pertencentes à sociedade política) mas se realiza efetivamente na sociedade civil, onde adquire uma dinâmica própria” (FREITAG, 1980, p. 62). Desse modo, as mudanças reivindicadas durante os governos do regime civil-militar e o diálogo com o legislativo com a perspectiva de construção de Estado que se pretendia democrático no processo de reabertura política, foram marcadas pela normatização e ênfase no planejamento estatal, herança do modelo implantado na época da ditadura.

Por um lado, o caráter ambíguo e contraditório das leis que incorporam as demandas dos movimentos sociais e de educadores no que diz respeito à reorganização da educação municipal, já sob a égide da Constituição de 1988; por outro, a expansão de sua ação e controle sobre a sociedade civil, transferindo para as organizações e instituições privadas sem

¹⁸Ver quadro 1 e 2 mencionados na seção anterior.

fins lucrativos, as associações, a responsabilidade por assegurar educação e outras políticas sociais.

Mesmo havendo resistência entre algumas associações, portanto, muitas delas foram acompanhadas de perto pelo governo e isto teve um custo político. Nas buscas pelos arquivos da Câmara de Vereadores, um dado que nos aproxima do tipo de relação estabelecida entre governo e essas entidades pode ser encontrado na prática de doação de terras, como registrado no quadro 4.

Quadro 4 – Leis ordinárias sancionadas no período de 1973 a 1992.

Prefeito	Período	Leis ordinárias			
		Total	Utilidade pública	Doação de terras	Outros
José Falcão da Silva	1973-1977	22	04	03	15
Colbert Martins da Silva	1977-1982	68	12	28	28
José Raimundo Pereira de Azevedo	1982-1983	11	04	06	01
José Falcão da Silva	1983-1988	240	31	51	158
Colbert Martins da Silva	1989-1992	398	170	25	203

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados da Câmara Municipal de Feira de Santana/Leis municipais.

Observa-se no quadro 05 que desde os governos do regime civil-militar foi crescente o número de Leis ordinárias sancionadas pelos prefeitos, sendo superado em quantidade pelos governos da Nova República. Isto embora não seja novo, durante a gestão de Colbert foi intensificada de forma espetacular. Conforme indica o quadro, estas iniciativas foram de autorias do Poder Executivo, diferenciados contextos e gestores. Desse modo, torna-se evidenciado que a gestão de Colbert Martins da Silva, período de 1989-1992, do total de Leis ordinárias sancionadas, quase 50% tiveram como propósito definir como de utilidade pública instituições privadas sem fins lucrativos e entidades jurídicas: associações, sindicatos, fundações, bem como a doação de terras para a construção de igrejas de diferentes doutrinas religiosas, associações, sindicatos.

Faz-se necessário ressaltar que muitas das leis que tornam de utilidade pública tais instituições e organizações são em sua grande maioria de autoria de vereadores da base do governo e do mesmo partido PMDB, portanto de autoria do Legislativo. Adicionalmente, vale também explicitar que tal ação não deixou de contemplar os projetos de lei propostos por vereadores de oposição, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 5 – Leis ordinárias de utilidade pública no período de 1989 a 1992

Nº Leis Ordinárias	Executivo	Legislativo	Partido
109	07	102	PMDB
39	-	39	PFL
17	-	16	PDS
09	-	09	PTB
08	-	08	PC do B
03	-	01	PDC
01	-	01	PL

Fonte: Câmara Municipal de Feira de Santana/Leis municipais

A prática de tornar as associações e as fundações de utilidade pública pelo poder do Estado, tornou-se oficializada por meio da Lei nº 91, 28 de agosto de 1935, promulgada no Governo Getúlio Vargas¹⁹, que determinou regras para declarar as sociedades e organizações de utilidade pública. Desta forma, conforme explicitou a própria Lei, serão consideradas de utilidade pública, as associações, agremiações, fundações da sociedade civil que fossem criadas no País “com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade”. O debate que se coloca não é quanto à legalidade de tal ação, mas dos efeitos da sua materialização.

Em Feira de Santana, tornou-se uma prática dos prefeitos e vereadores apresentarem projetos para tornarem utilidade pública organizações da sociedade civil com fins de ampliarem suas relações e poder político. Esses atos, como vimos anteriormente, tornaram utilidade pública as associações sociais de diversificadas naturezas e tipos, portanto legais e institucionais, os interesses e demandas sociais ‘aparentemente desinteressadas das sociedades, fundações e associações’ como provedoras e defensoras dos interesses da coletividade.

Essas ações revertem na construção de uma imagem positiva de políticos que pleiteiam se eleger, possibilitando sua inserção e circulação nas mais diferentes camadas sociais. Com o apoio dessas instituições, o jogo político legitimava-se de forma institucionalizada, pois lideranças políticas destas assumiam posições partidárias em função do financiamento público recebido em troca de favores ou apoio político e eleitoral.

Essas práticas podem ser comparadas com o que Coutinho (2011) denomina de “orientação corporativa”. Nesse caso, há explícita incorporação não somente dos interesses das oligarquias feirenses, da elite empresarial e dos comerciantes, que frequentemente apoiaram partidos como o PFL e PMDB (que se alternavam no poder), contando com a

¹⁹Período de 1930-1945.

adesão de instituições que firmavam ‘parcerias’, por meio de convênios, a fim de obterem do poder público municipal o apoio necessário à sua manutenção e existência. Com isso, ambos os lados beneficiavam-se com as ações de governo.

Como revelam os dados dos Quadros 4 e 5, o retorno do PMDB ao poder, por meio da eleição de Colbert Martins da Silva, consolidou acordos e alianças com algumas organizações da sociedade civil, inclusive por meio de doações de terras públicas ou tornando organizações privadas de utilidade pública.

A sociedade brasileira ou mesmo diferentes organizações da sociedade civil conclamaram pela construção do Estado democrático, maior participação popular nas instâncias de poder e decisões, buscando a orientação para construção de um projeto alternativo de sociedade. Tal processo iniciaria primeiro por meio da definição das bases que sustentariam esse novo modo de governar. Contudo, o processo de transição deu indícios de que os rumos não representavam os anseios reivindicados historicamente pela sociedade.

O *modus operandi* populista de Colbert Martins organizou e institucionalizou aparelhos típicos da sociedade civil (associações, fundações, sindicatos, etc.) como clara estratégia de política, utilizando de mecanismos de aprovação de leis que garantissem a manutenção de seu grupo político no poder. Esta é uma contradição existente de um Estado que ao expressar oficialmente por meio de sua Carta constitucional, o princípio da democracia, utiliza-se de mecanismos legais para exercer o controle político e ideológico sobre a sociedade civil.

Além do auspicioso fato de que a elaboração (e promulgação) da Lei Orgânica 37/90 do município ter corrido justamente durante seu segundo mandato, frente à prefeitura de Feira de Santana, evidenciamos aquilo que consideramos como elementos caracterizadores de sua gestão político-administrativa deste período: a quantidade de leis ordinárias; a quantidade de obras de infra-estrutura nos bairros populares e a transferência de Governo para os bairros – sob a justificativa da necessidade de ouvir a comunidade sobre alguns assuntos, e assim poder definir melhor quais ações seriam “prioritárias” em sua gestão –; a reforma administrativa e elaboração dos primeiros Planos Plurianual para o Triênio 1991-1993 e Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Feira de Santana²⁰.

Esses dois últimos constituíram-se como marcas de seu governo e denunciam fortemente seu *modus operandi* de administrar e o projeto político-partidário do PMDB. Com efeito, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro em sua estrutura e configuração

²⁰Lei nº 1.614/s/d.

realizava o que se poderia denominar de hibridismo²¹ político, uma vez que procura de forma recorrente conciliar interesses de grupos particularizados, que se fundem, se reagrupam, se modificam e se conservam no poder a depender do que está em jogo na agenda política e econômica. Com isso, este partido desempenha formas peculiares de atuação nas diferentes esferas do poder, em um país com características e práticas políticas tão diversificadas e divergentes.

Esse panorama sobre a volta de Colbert ao governo municipal, como parte da composição de um perfil político e da apreensão dos movimentos de delineamento das políticas educacionais com foco na educação infantil ganham amplitude maior quando lidos em relação a outros elementos constitutivos do cenário, notadamente as relações mantidas pelo governo com os movimentos populares organizados e com o legislativo, particularmente no que concerne ao processo de elaboração da Lei Orgânica do município. Os itens seguintes procuram, pois, aproximar-nos dessas dimensões que envolvem o cenário e o objeto de estudo.

Outrossim, após levantamento feito das legislações municipais que tem como objeto organizações da sociedade civil, consideradas pelo poder público como de utilidade públicas, entre 1989 a 1992, revela que das 170 legislações aprovadas na Câmara Municipal, 04 foram apresentadas por Colbert Martins e 166 pelos vereadores dos diversos partidos. Deste total 20 foram criadas como Clube de Mães ou Mulheres, apenas 02 especificam sua finalidade, uma deve voltar seus serviços para programas comunitários no bairro, com assistência social, médica, educacional e cultural em favor da comunidade e outra deve voltar sua orientação às mulheres solteiras ou aos casais quanto ao planejamento familiar.

Vale ressaltar que na gestão de José Falcão da Silva, apenas 02 associações foram declaradas de utilidade pública. Estas 02 receberam doação de terras e numa delas deveria ser construída uma creche.

²¹Segundo Kern (2009) o conceito de hibridismo foi utilizado no século XIX por Darwin para explicar a mistura de raças e, no século XX, de culturas como afirma Burke, na contemporaneidade ganha nova conotação. Ressurgindo com toda força, no interior de estudos pós-coloniais. Ainda segundo o autor esse conceito tem sido utilizado em outras áreas (história, literatura, artes). Afirma ele que o hibridismo possui duas facetas: uma política e outra estética. A autora afirma “configura-se, tanto como um modo de agir (seja pela ação pura e simples, seja pelo discurso) quanto como um modo de construir (resultando em uma série de objetos culturais que largamente consumimos), e sua finalidade é sempre política e, mais do que isso: agonística: ou vencer o opressor, se tomamos o conceito positivamente, ou derrotar o oprimido se o tomamos pelo contrário, de maneira negativa” (p. 56-57).

2.4. “GOVERNO DA GENTE” E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A proximidade de Colbert Martins com as camadas populares pelo contato direto com o povo, antecipava as reivindicações que poderiam ser atendidas em seu Governo. Com efeito, o deslocamento do governo para os bairros e distritos era uma estratégia eficiente para a manutenção do seu grupo político no poder. Portanto, suas ações governamentais não tinham como perspectiva a conscientização das massas para a elaboração de um projeto popular, efetivamente, transformador, tanto de suas condições de pobreza e miséria, como na dignificação de uma existência humana libertadora.

Para uma síntese da liderança política e administrador público à frente da prefeitura de Feira de Santana, nomeadamente em seu segundo mandato, não é difícil afirmar que Colbert Martins foi um político que se projetou como aquele que “olhou para os pobres e carentes”. Todavia, considera-se que a forma de lidar com as camadas populares foi pautada por um estilo de governar que além de populista, também tinha um cunho assistencialista.

É forte a imagem do político que supriu às carências dos pobres mediante ações em diversos setores: educação, saúde, moradia, etc. Estas ações estiveram fortemente marcadas pela ideia de doação, de concessão e, portanto, destituídas da qualidade de direitos conquistados por meio da organização social ou resultado da luta coletiva dos sujeitos. O reconhecimento dado por essas camadas reflete-se no voto de confiança dado ao político Colbert Martins e na eterna gratidão. Assim sendo, a pobreza, vista de cima para baixo, alimentada por uma ideologia da dominação e manutenção dos sujeitos à condição de subalterno, numa relação de dependência social.

Vale salientar que as expectativas das camadas populares, organizadas por meio das associações de bairro, nem sempre estiveram reféns da política do Governo Colbert Martins. Os registros do Jornal “O Grito da Terra” indicam que para uma parte das associações de bairros, pelo menos a organização da comunidade não deveria se pautar apenas em melhorias de infra-estrutura física para os bairros. Para além disso, seria necessário assegurar a participação política, como uma outra forma de educar as massas. Por meio do debate das demandas sociais e políticas, as decisões coletivas envolviam os sujeitos num processo de mudança em benefício da coletividade, sem esperar que as soluções dos problemas viessem, apenas, dos governos. A atuação política das associações de bairros era bem mais forte e articulada

Não seria possível afirmar neste estudo a época precisa do surgimento das Associações de bairros em Feira de Santana. No entanto, Sinval Galeão²², em matéria publicada no Jornal Grito da Terra, intitulada “Os Conjuntos e os Bairros de Hoje”, menciona que elas já estavam ativas entre 1962 e 1964, quando debatiam questões de natureza social, não limitando suas reivindicações apenas aos problemas de infraestrutura dos bairros. (GALEÃO, 1981).

Segundo Galeão (1981), essas associações possuíam um grau de organização muito grande e buscavam resolver os problemas de forma coletiva, com discussão permanente e trabalho conjunto do bairro e no bairro, sob a coordenação da Federação das Sociedades de Bairros de Feira de Santana que agregava 25 Associações²³. Suas discussões pautavam-se também nos problemas de natureza social, de maneira que a educação aparece como um dos temas que preocupava as comunidades, uma vez que envolvia a questão do analfabetismo e da falta de escolas para as crianças.

Os problemas na educação atingiam as mais pobres, pois a seletividade de dentro e de fora do sistema produziam o analfabetismo em massa. Isso era motivo para que a educação fosse discutida de forma coletiva, procurando encontrar soluções para os problemas existentes nos bairros periféricos. Foi desse modo que fizeram uma campanha de combate ao analfabetismo, tendo como lema “nenhum analfabeto nos bairros”. Foi assim que fizeram para alfabetizar as crianças, os jovens e os adultos em casas particulares ou nas sedes das sociedades, pelo método Paulo Freire, conforme assinala Galeão. No entanto, ao comparar a atuação das associações de bairros nas décadas de 1980 e 1960, o analista político avalia que o “espírito coletivo” para resolver os problemas da cidade e dos bairros se perdeu. Segundo o autor, o individualismo contribuiu para ao processo de desmobilização dos moradores e a descrença na força que possuem de se organizarem, e com isso “aprenderam com o regime vigente a pensarem apenas em sua própria existência” (Idem).

Apesar da avaliação de Galeão, dados encontrados no Jornal “O Grito da Terra” (1981) demonstram que as associações continuaram com uma atuação política muito forte, a exemplo da: Associação dos Moradores do Conjunto Morada das Árvores; Sociedade Beneficente Presidente Getúlio Vargas (bairro Jardim Cruzeiro); Grupo Comunitário do Bairro Novo Horizonte; Associação de Moradores do Bairro de Santo Antônio dos Prazeres; Associação de Moradores do Bairro Nova Esperança; Associação dos Moradores do Bairro

²²Presidente do PSB, em 1981.

²³Não foi possível identificar quais associações constituíam a Federação das Sociedades de Bairros de Feira de Santana.

Rua Nova (AMORUM); Associação Comunitária de Maria Quitéria – ACOMAQ; Associação de Moradores do Bairro do Horto; Associação de Moradores da Avenida Anchieta; Associação de Moradores da Pampalona.

A consciência coletiva e social de que era necessário continuar mobilizadas para lutarem por melhores condições de vida, para todos os moradores, expressa o grau de implicação que as associações possuíam com um projeto social mais engajado politicamente com os interesses das camadas populares e que não estariam dispostas a servir de instrumento político e eleitoral para lideranças políticas que não estivessem comprometidas com um projeto social democrático e participativo. A dimensão educativa, trazida por experiências organizativas dessa natureza, é lembrada por Gohn (2009) quando destaca que os movimentos sociais possuem um caráter educativo na medida em que estes procuram dar respostas, em vários planos e dimensões que se articulam e não determinam nenhum grau de prioridade (GOHN, 2009). A autora chama atenção para essas dimensões da organização política, da cultura política e da espacial-temporal.

A primeira, quando se adquire a consciência de forma progressiva por meio dos conhecimentos necessários sobre os direitos e deveres dos indivíduos na sociedade, entendendo a dinâmica de como funcionam os órgãos, como se administra, quais os agentes envolvidos. A segunda, refere-se ao acúmulo de experiência a partir do exercício da prática cotidiana, quando se alinham passado e presente, com perspectiva de futuro; desse modo o que fez parte do passado de negação de direitos, opressão, são retomadas no imaginário coletivo do grupo, fornecendo elementos para a leitura crítica do presente.

Nesse processo, aprende-se a romper com todos os medos (do proibido, do medo de falar) e aprende-se a acreditar na força de sua fala, a criar códigos específicos, a construir bandeiras de luta, não abrir mão de princípios que orientam determinados interesses. Mas também elaboram estratégias para resistir ou se conformar, momentos de passividade ou de se rebelar. Por último, a dimensão espacial-temporal que gera uma consciência das condições de vida da população, no presente e no passado, como conhecimento e reconhecimento. Essa dimensão resgata elementos da consciência fragmentada da classe popular, ajudando na sua articulação e construindo lentamente uma contra-hegemonia popular como resistência à hegemonia dominante (GOHN, 2009).

Ao analisar as perdas e as conquistas sociais que tivemos, na década de 1980, a autora afirma que não só na área econômica perdemos em produtividade agrícola e industrial, competitividade tecnológica, mas, também, em qualidade de vida, aumento do índice de

criminalidade, em aumento de doenças, do número de desempregados, dos sem teto, dos sem terras, do número de assassinato de crianças; enfim, se poderia elencar tantos outros prejuízos sociais e econômicos. Entretanto, um elemento social constituiu-se: a sociedade como um todo aprendeu a se organizar e a reivindicar por meios de diferentes grupos sociais.

Contudo, poderia afirmar que em Feira de Santana esse processo de organização e mobilização se deu um pouco antes, na década de 1960, iniciando uma nova fase na década de 1980, considerando o que já foi apontado por Sinval Galeão. Parte dessa consciência coletiva em defesa dos bens da cidade foi se perdendo, uma vez que começaram a prevalecer os interesses mais individuais de cada lugar e a luta foi ficando isolada e fragmentada. Foi nesse terreno que o governo Colbert Martins atuou.

Conforme anunciado anteriormente, Colbert Martins instalava seu governo nos bairros com o apoio de lideranças locais, a fim de conhecer as principais reivindicações apresentadas pela população dos bairros periféricos, onde ele possuía base eleitoral. Não havia uma regularidade temporal para isso, algumas vezes ficava por uma semana, mas chegou a ficar apenas um dia. Suas visitas eram anunciadas nos jornais impressos de maior circulação na cidade, a exemplo, o Folha do Norte. A notícia de que o prefeito ouviria a comunidade gerava grande expectativa na população ao mesmo tempo em que se criava um fato político. Vale lembrar que, além de deslocar o funcionamento da prefeitura para os bairros mais pobres, lidando diretamente com o eleitor, Colbert frequentava as reuniões de associações de moradores e de trabalhadores, principalmente, na zona rural (SANTOS, 2007).

Esta forma de governar, constituía-se numa estratégia política que causava impacto nas comunidades, pois criava-se a falsa ideia de que as demandas dessa comunidade estavam sendo ouvidas. Na verdade, as pautas e as reivindicações já eram antecipadas pelas lideranças locais ou pelos administradores de bairros e, só eram atendidas, considerando o que já estava previsto em seu programa de governo, a exemplo, da própria cobrança em torno do atendimento de educação infantil.

Essa prática de criar a oportunidade de ir aos bairros e ouvir a comunidade foi utilizada desde o seu primeiro mandato como prefeito. Como uma estratégia política eficiente, contribuiu para reforçar a imagem de um homem que faz o “Governo da gente”. Entretanto, identifica-se por meio das fontes que não há unanimidade nessa compreensão por parte dessas lideranças locais.

Conforme notícia publicada no Jornal “O Grito da Terra”, ainda sob égide do primeiro mandato de Colbert Martins, algumas lideranças locais já despertavam para uma consciência

política de que a natureza das ações de seu Governo negava o que se constituía como princípio para as associações de bairros: a participação política nos processos de decisão. Sobre isso, a matéria “Governo para o povo” informa que as ações realizadas em sua gestão deram atenção aos programas sociais, evitando a aplicação de recursos em obras suntuosas e, desse modo priorizando a construção de escolas e postos de saúde, calçamento de ruas, o envio de tratores para os trabalhadores da zona rural e, como marca do governo o PLANOLAR. Todavia, o texto informa que a maior crítica que se poderia fazer ao seu modelo de gestão é a seguinte:

o fato de ele não ter conseguido – se é que havia a intenção – governar com o povo, contribuindo de fato para a organização popular e diminuindo o “clientelismo”. É bem verdade que a curto prazo, do ponto de vista eleitoral, essa medida poderia não render os saldos que a política clientelista produz. A longo prazo, porém os resultados eleitorais para o próprio Colbert Martins seriam os mesmos, com a vantagem de que haveria uma base consolidada, uma organização própria, o que, sem dúvida, seria uma enorme contribuição para os graves problemas que a sociedade enfrenta hoje.

Governar com povo é que, na realidade, caracterizaria uma administração como “governo popular”. É bem verdade que isso não se consegue de um dia para outro, sobretudo se considerarmos o período histórico em que vivemos nas últimas décadas. Mas é verdade também que poucos são os sinais de que a administração municipal tenha contribuído nesse sentido.

Se Colbert tivesse dado alguns passos mais sólidos no sentido de favorecer a organização própria e independente das camadas populares, com certeza o povo hoje estaria prestando maiores agradecimentos pelo transcurso do quinto ano de governo no município de Feira de Santana (GOVERNO para o povo, 1982, p. 02).

O fato é que Colbert reproduz em seu segundo mandato o mesmo modo de governar e com isso, cada vez mais as associações de bairros vão se tornando parte de seu governo sem maior participação. Se no passado as expectativas das lideranças eram de que por meio do governo construiriam-se as bases para um governo popular, neste segundo momento, parece que tal ideia já havia sido dissipada. As demandas eram atendidas, considerando o grau de implicação política dos líderes locais, isso fazia com que se mudasse o direcionamento das ações anunciadas em seu Programa de governo. O nível de influência das lideranças nas comunidades, agindo como interlocutores das demandas do povo, possibilitava sua maior ou menor atuação em determinados bairros. Assim, o uso do poder e da máquina pública direcionava-se para o que era de interesse de grupos no Governo.

A mudança de lugar dependia da força política das lideranças locais e das próprias associações de bairros. À exemplo, pode-se destacar a influência política da AMORUM para assegurar que fosse construída uma pré-escola no bairro Rua Nova. Outros bairros

previamente anunciados em seu programa político não garantiram isso, a exemplo do bairro do Tomba.

Em contraposição, bairros que não haviam sido anunciados, a exemplo do Parque Ipê, teve garantida a construção da Pré-Escola José Serafim de Lima, mesmo nome do ex-vereador do PMDB²⁴ que possuía influência junto à associação do bairro. Segundo a fala espontânea de uma das professoras fundadoras dessa instituição, o vereador pediu ao prefeito que se reunisse com a associação para ouvir as reivindicações dos moradores, e uma delas foi a construção de uma creche. O terreno onde o prédio da pré-escola foi construído foi doado por essa liderança.

Nesse sentido, as associações de bairros deixaram de cumprir seu papel de pólo aglutinador e mobilizador de ações das comunidades e, se tornaram, instrumentos de ascensão política de pessoas ou grupos. O foco das decisões saiu das mãos da coletividade e, os presidentes dessas organizações passaram a centralizar os processos de decisão, personificando em uma única figura ou político, as lutas coletivas. Estes assumiram-se como “legítimos” representantes do povo, únicos porta vozes de suas reivindicações. Esse elemento demonstra as contradições inerentes à relação de poder no interior dessas instituições e, destas em relação ao poder executivo. Vale ressaltar que esse tipo de relação hierarquizada e dependente foi se consolidando mais fortemente no Governo Colbert Martins.

No 3 capítulo apresenta-se a análise da política de educação infantil no cenário municipal, identificando sua gênese e implementação no período de 1989 a 1992.

²⁴Também conhecido como João do Ouro por ser comerciante do ramo de jóias. Pernambucano, foi eleito em primeiro lugar como vereador, em 1982, pelo PMDB, obtendo expressiva votação na colônia pernambucana. Segundo fonte do jornal eletrônico Tribuna Feirense, conseguiu votos na zona rural de Jaguará e Maria Quitéria, tirando votos de Celso Daltro, Rubens Carvalho, Aloísio Lima e Hermes Sodré. À época, boatos foram divulgados de que havia comprado votos. Ao ser procurado para explicar, negou o fato, mas afirmou “Voto comprado não é atraso, é progresso. Se o voto é comprado é porque tem valor”.

CAPÍTULO 3

O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR COMO POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM FEIRA DE SANTANA

A luta pela democratização da educação pré-escolar se coloca em duas instâncias. Por um lado, é fundamental a reivindicação política a fim de que todas as crianças de zero a seis anos tenha garantido o atendimento pré-escolar.

Mas o acesso não é suficiente. Faz-se necessário, por outro lado, que a educação pré-escolar seja despojada de seu caráter pretensamente compensatório, pois este simplesmente antecipa a marginalização e a discriminação que as crianças das classes sociais dominadas sofrem na escola. Revestidas, então, de cunho realmente pedagógico e voltadas não a uma criança abstratamente concebida, mas a crianças concretas, as diferentes pré-escolas poderão beneficiá-las ... (KRAMER, 1992)

Este capítulo tem como objetivo discutir as ações do Governo Colbert Martins e seus sentidos como vetor de democratização da educação infantil em Feira de Santana, no período de 1989 a 1992, identificando avanços e retrocessos na definição da política de atendimento às crianças menores que seis anos.

Para Lemus (2010, s/p), a democratização da educação está relacionada com o direcionamento dado “pelos sujeitos da educação, professores e professoras, estudantes e pais e mães de família, e suas organizações sindicais e sociais, para participarem na condução da educação”. Embora a autora se refira à democratização da educação como ideia orientadora das ações desses sujeitos, neste trabalho, esta é considerada como categoria teórico-política. Tal categoria tem sido identificada com a universalização gratuita do ensino em todos os níveis da educação.

Esse debate pressupõe considerar a democratização como valor universal, expressa como crescente socialização da participação política. As formas concretas de manifestação da democracia são sempre renováveis e passíveis de aprofundamento, mas seu valor universal está no processo de participação (COUTINHO, 2002).

Conforme assinala Silva “A democracia, mais que uma forma de governo, diz respeito a uma prática social, e a democratização refere-se à participação efetiva dos membros de uma

coletividade no usufruto dos bens materiais, culturais, artísticos e educacionais produzidos”. (SILVA, 2006, p. 27). A autora assinala a atualidade do debate em torno do conceito de democracia, indicando a necessidade de superação da própria democracia formal, fundada numa concepção liberal de Estado. Esta é garantida por meio da representatividade direta e nas instituições. Desse modo, afirma ser necessário a revalorização da própria democracia, como valor apreendido, consubstanciado na práxis social.

Outrossim, assevera que para que a democracia se concretize no modo de produção capitalista, faz-se necessário sua superação. Para isso, sinaliza a importância de apontar “um horizonte: o resgate da liberdade do homem como ser ontológico com vocação para ser sujeito” (SILVA, 2006, p. 27). Para tanto, a autora assevera ser basal,

(..) reconhecer que no capitalismo a democracia, mesmo formal, realiza-se parcialmente. Se não se reconhece que a democracia não existe ou não está dada, sequer se pode combater a falácia da democracia, e muito menos pensar formas e meio de atingi-la. (SILVA, 2006, p. 27-28).

Desse modo, faz-se necessário reconhecer que “a democracia e a democratização da educação são indissociáveis. A afirmação de ambas está implicada na superação da forma de organização social e econômica capitalista”. (SILVA, 2006, p. 30). Ainda segundo a autora, quando se quer em “seu sentido mais amplo é porque não se quer o capitalismo e tudo quanto ele representa em relação às práticas sociais, políticas, econômicas e culturais” (Idem.). Além do mais, é preciso querê-la para experimentá-la, dizer qual democracia que se quer, procurar práticas que as façam germinar. Em consonância com a autora “ a defesa da democracia como, mais que uma forma de governo, uma prática social que media a modificação significativa das relações humanas, com vistas à supressão de toda forma de dominação e de opressão, está na ordem do dia”. (Idem.)

Considerando tais acepções, a construção da democracia e da democratização da educação implica ter um projeto de sociedade que irrompa com a lógica de exploração do homem pelo homem e, para contribuir com a ruptura dessa relação por vezes perversa e inibidora de forças transformadoras, assume-se nesse estudo a concepção de educação como “atualização histórica de cada indivíduo e o educador é o mediador que serve de guia para esse mundo praticamente infinito da criação”. (PARO, 2010, p.21). Nesse sentido, a educação está sendo compreendida como a possibilidade dos sujeitos, entendidas também como a possibilidade das crianças da educação infantil, se reinventarem coletivamente a partir da

socialização dos “conhecimentos, valores, técnicas, comportamentos, arte, tudo enfim que podemos sintetizar com o nome de saber historicamente produzido”. (Idem.)

Conforme, explicitado no capítulo anterior, o debate sobre a política para a educação infantil no cenário municipal, durante o governo de Colbert Martins, perpassou pela expansão da educação pré-escolar para as crianças de quatro a seis anos, e, portanto, sem abrangência da promoção do acesso das crianças em toda educação infantil, isto é, de zero a seis anos.

Desse modo, configuram-se como elementos fundamentais para as discussões, as ações governamentais implementadas, a concepção, o tipo de atendimento e o papel das organizações e instituições de educação infantil. Aprender se e como a democratização da educação infantil ocorreu no cenário municipal requereu atenção às ambiguidades que envolvem o tema desde às práticas de seletividade camufladas dentro e fora do sistema educacional até a caracterização das ações do governo.

Vale ressaltar que a duplicidade do atendimento mantida na rede municipal de ensino, produziu diferentes resultados, haja vista que as condições dadas para seu funcionamento não foram as mesmas. Se por um lado, o Programa de Educação Pré-Escolar do Governo Colbert Martins foi apresentado como uma de suas maiores prioridades e indicativo de mudanças, por outro lado, conservou-se na rede de ensino, o modelo de educação desenvolvido pelas associações de bairros ou moradores, bem como as filantrópicas e confessionais, com forte viés assistencialista e compensatório.

Mesmo havendo resistência entre algumas associações, muitas delas foram acompanhadas de perto pelo governo e isto teve um custo político. Nas buscas pelos arquivos da Câmara de Vereadores, um dado que nos aproxima do tipo de relação estabelecida entre governo e essas entidades pode ser encontrado na prática de doação de terras, conforme explicitado no Quadro 2, capítulo 2. Isto embora não seja novo, durante a gestão de Colbert foi intensificada de forma espetacular.

3.1. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO GOVERNO COLBERT MARTINS: AÇÕES E CONTRADIÇÕES

Os dados identificados pela pesquisa e já apresentados, em parte, nos capítulos anteriores, indicam que a política de educação infantil, no cenário municipal perpassou pela

expansão do pré-escolar para as crianças de quatro a seis anos, em contraposição à universalização do acesso das crianças de zero a seis anos. Mas antes de discutir as ações desse Governo, faz-se necessário explicitar, brevemente, o cenário da educação infantil, herdado do Governo José Falcão da Silva, prefeito de 1983 a 1988.

Na década de 1980, especificamente, no Governo José Falcão da Silva (1983-1988), foram instituídos dois tipos de atendimento na rede para as crianças de dois a sete anos. O primeiro, implantado a partir da ação das organizações populares e materializado pela manutenção de creches comunitárias e filantrópicas, com recursos oriundos dos convênios, das doações dos associados e das atividades que gerassem algum recurso. O segundo, implantando na própria gestão de José Falcão, por meio da criação de creches públicas, para suprirem a demanda reprimida.

Segundo dados do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma dessas instituições, estas foram criadas como creches para atender às demandas da comunidade, tendo como proposta inicial “funcionar como creche para facilitar a vida das mães que, geralmente, trabalhavam fora (PPP, 2010, s/p). Constata-se, então, que as creches públicas criadas, nesse período, justificaram-se pela ausência desse tipo de atendimento como competência do poder público municipal, uma vez que a responsabilidade pela oferta, majoritariamente, dava-se através das associações de bairros em creches comunitárias e filantrópicas.

Segundo dados identificados nos PPPs das instituições e confirmados nas falas espontâneas, constata-se que no Governo José Falcão da Silva, foram criadas 04 creches, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação: Creche Municipal Judite Alencar Marinho, Creche Municipal Profa. Alda Marques, Creche Municipal Marina Carvalho e Mãe dos Humildes.

As creches públicas prestavam atendimento às crianças com jornada de 8 horas diárias, sob o argumento de que as mães precisavam de um lugar para deixar seus filhos. O trabalho pedagógico desenvolvido nessas instituições possuía forte cunho assistencialista. As crianças passavam o dia inteiro nesses espaços para receberem cuidados de higiene e alimentação e, não eram desenvolvidas atividades voltadas para o desenvolvimento cognitivo propriamente, segundo a fala espontânea de uma professora que atuou em uma dessas instituições. As creches comunitárias vinham obtendo orientação pedagógica junto ao MOC, conforme apresentado no segundo capítulo.

O corpo docente das creches públicas era formado por professoras leigas e/ou com formação de magistério (nível médio), contratadas pela prefeitura. As professoras eram

consideradas tias pelas crianças e pelos pais, conforme, as falas espontâneas obtidas durante os contatos com ex-professoras dessas instituições. Nas creches comunitárias o corpo docente era formado por voluntárias, também, professoras leigas.

A gestão das creches públicas tinha indicação política do prefeito, considerada cargo de confiança. As creches comunitárias e filantrópicas, vinculadas às organizações sem fins lucrativos, eram dirigidas pelas próprias associações.

Quando Colbert Martins assumiu o segundo Governo, tomou a decisão de fechar as creches públicas, houve denúncia e resistência por parte das comunidades. Num dos bairros onde estas creches públicas funcionavam, a associação do bairro solicitou uma reunião com o Prefeito. Na oportunidade foi questionado sobre o porquê do fechamento da creche, levando às mães interrogarem onde deixariam seus filhos quando fossem trabalhar.

Esse fato foi denunciado reiteradas vezes na Câmara Municipal pelos vereadores da oposição, a saber, os vereadores Dival Machado Figueiredo (PDS) e Roberto Luís da Silva Tourinho (líder do PFL), os quais questionavam as ações do prefeito com relação ao fechamento das creches para construção de pré-escolas (Ata Ordinária da 62ª Sessão, 1989). De acordo com a fala espontânea de uma professora, as creches não pararam de funcionar. Mas o descontentamento da comunidade e, a denúncia dos vereadores, referem-se ao fato do atendimento das creches deixarem de ser de tempo integral.

Por um lado, se a fala dessa professora revela que a decisão de fechar as creches não levou em consideração as lutas das próprias comunidades, mostrando que nem sempre as decisões tomadas pelo Governo incorporaram o que foi discutido, demandado e proposto por essas organizações da sociedade civil; por outro, explicita a própria divergência de interesses no que se refere à concepção das políticas sociais, uma vez que a decisão da expansão das vagas com a criação das pré-escolas já estava tomada, contrariando as reivindicações da comunidade que defendiam a permanência das creches. Com efeito, no entendimento das referidas comunidades, as creches eram o lugar onde as mães podiam deixar seus filhos para os cuidados de higiene e alimentação.

Quando o Programa de Educação Pré-Escolar foi implantado e cuja concepção visava a preparação das crianças para o ensino fundamental, não considerou as reivindicações das comunidades, desencadeando algumas linhas de ação que caminhavam numa outra direção: a expansão de vagas por meio da construção de novos prédios e a adaptação dos prédios das creches existentes; a definição do atendimento das crianças de quatro a seis anos nas pré-escolas, em tempo parcial; a constituição do quadro docente por meio de concurso público; a

estruturação de uma equipe pedagógica na Secretaria de Educação para formar e orientar os professores e a indicação política da gestão escolar dessas instituições.

Como uma das ações de sua gestão foi criado o primeiro Plano Plurianual do Município de Feira de Santana para o Triênio Orçamentário de 1991-1993, por meio da Lei nº 1.328, em 19/12/1990. Este Plano previu a construção de outros prédios para funcionamento do pré-escolar na sede¹, nos bairros Parque Brasil, Mangabeira, Otavianópolis², Campo do Gado Novo, Parque Lagoa e Areal/Eucaliptos e, um prédio no distrito de Bonfim de Feira, além dos anunciados na assunção de seu mandato, Rua Nova, Queimadinha, Tomba, Campo Limpo e Feira X. (FEIRA DE SANTANA, 1990)

Em 1989, foram autorizadas a construção dos novas pré-escolas com perspectiva de que começassem os trabalhos no ano seguinte. Para as creches existentes, foram realizadas novas ações para o atendimento das crianças de quatro a seis anos. Estas foram adaptadas para funcionarem como pré-escola e, matricularem crianças de quatro a seis anos. Foi ao final de 1989 que as professoras de uma destas instituições foram informadas que creche passaria a ter uma nova proposta de trabalho e, que estas seriam encaminhadas para a Creche Dagmar Silva para fazerem treinamento, segundo fala espontânea de uma professora.

O novo ordenamento da educação infantil passou a vigorar em 1990. As adaptações realizadas nessas creches referiam-se ao espaço físico. Estas foram providas de mobiliário e equipamentos para a realização de atividades de brincar na área externa, a exemplo, da construção de banco de areia e parque.

As novas instituições foram construídas em terrenos doados por pessoas de influência política da comunidade e tiveram o registro dos doadores no nome da instituição, geralmente lideranças políticas na comunidade, a exemplos das pré-escolas João Serafim de Lima, no bairro Parque Ipê e Dr. Alberto Oliveira e Thelma Carneiro construídas no Conjunto Feira X.

¹Estas pré-escolas não foram construídas.

²Segundo notícia do Jornal Folha do Norte, n. 4.289, o bairro surgiu na década de 60 e o primeiro casal a se instalar foi Maria Domingas e Manoel Gonçalves de Almeida e sobre isso ainda informa “O nome Novo Horizonte, foi dado em 1974 por sugestão de Dernival Gonçalves de Almeida, um dos sete filhos do casal Maria e Manoel Gonçalves. Mas o bairro já chegou a ser chamado também de “Otavianópolis” em homenagem ao vereador Otaviano Campos”. (OBRAS beneficiarão Novo Horizonte, 1990, p. 10). Sobre esse bairro, dados contraditórios colocam em dúvida se a Pré-Escola Municipal Novo Horizonte foi de fato construída. Segundo essa mesma matéria, o prefeito Colbert Martins da Silva recebeu um abaixo-assinado da comunidade solicitando a construção de uma pré-escola e a ampliação da Escola Municipal Otaviano Campos, onde funcionava apenas o ensino fundamental. No entanto, não foram encontrados quaisquer registros da existência de da pré-escola. Segundo informações obtidas na instituição, à época, esta era o único estabelecimento municipal de ensino no bairro, onde foram implantadas classes de pré-escolar para as crianças de quatro e cinco anos. As outras duas instituições também não foram localizadas.

As pré-escolas construídas e inauguradas, em 1990, possuíam basicamente o mesmo padrão de infraestrutura física: salas de aulas amplas, banheiros nas salas, cozinha, depósito para merenda, secretaria e sala para direção. As pré-escolas José Martins Rios e Coriolano Farias de Carvalho foram construídas com seis salas, as demais com quatro salas. Esta última teve um espaço reservado para ser casinha de boneca. Todas possuíam ampla área externa, com parque infantil e banco de areia. Segundo notícia publicada no Jornal Folha do Norte uma das pré-escolas inauguradas no bairro Parque Ipê dá a dimensão da infraestrutura destas instituições, “A Pré-Escola João Serafim de Lima tem quatro salas de aula, parte administrativa, almoxarifado, cantina, depósito, 12 sanitários e parque de recreação. A capacidade é para 240 crianças, na faixa etária de quatro a seis anos” (INAUGURAÇÕES amanhã no bairro Parque Ipê, 1990, p. 02).

O quadro abaixo, informa as pré-escolas criadas, número de salas, classes e matrículas estimadas:

Quadro 6 – Pré-Escolas criadas no Governo Colbert Martins da Silva – 1989 a 1992

Instituição ³	Data de criação e/ou fundação	Nº salas	Nº de classes	Matrículas ⁴ Estimadas	Bairro
1. Pré-Escola Municipal João Serafim de Lima	01/04/1990	04	08	210	Parque Ipê
2. Pré-Escola Municipal José Martins Rios	08/1990	06	12	360	Rua Nova
3. Pré-Escola Municipal Dr. Alberto Oliveira	22/04/1991	04	08	210	Conj. Feira X – Muchila
4. Pré-Escola Municipal Coriolano Farias de Carvalho	09/1992	06	12	360	Queimadinha
5. Pré-Escola Municipal Thelma Carneiro ⁵	-	04	08	210	Conj. Feira X – Muchila
6. Pré-Escola Municipal Nantes Bellas Vieira	10/07/1990	04	08	210	Bem Te Vi – Pedra do Descanso

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Secretaria Municipal de Educação e das Instituições pré-escolares.

³Os dados no Relatório do governo, 1992, informam que foram construídas 09 pré-escolas. Segundo informações coletadas na Secretaria, sabe-se da existências de 06.

⁴O quantitativo de 30 crianças por classe foi estimado considerando, dados do Jornal Folha do Norte e a fala de uma diretora. Este quantitativo pode ter sofrido variação.

⁵Não há registros na instituição que indiquem a data de criação/fundação. Há a possibilidade de ter sido inaugurada em 1991, mesmo ano em que foi construída a Pré-Escola Dr. Alberto Oliveira, ambas localizadas no Conjunto Feira X, conforme notícia no Jornal Folha do Norte, nº 4.284, (PREFEITURA constrói três escolas e asfaltas ruas, 1990, p. 03). A matéria ainda informa que as obras ficariam prontas em 90 dias.

Um relatório informativo, contendo as ações executadas pelo governo dá uma dimensão das mudanças realizadas (ainda que esses dados não possam ser exatos), quanto ao atendimento regular das crianças nas instituições mantidas pelo município. Diz o relatório que “o número de 5.774 crianças na faixa de 4 a 6 anos, no ano 1992, traduz a importância e amplitude do Programa de Educação Pré-Escolar criado na gestão Colbert Martins (...)” (FEIRA DE SANTANA, s/d). Este também informa que foram construídas 09 instituições públicas e 10 foram adaptadas para funcionarem com atendimento pré-escolar.

Estas pré-escolas atendiam a faixa etária de quatro e seis anos, em tempo parcial. As classes eram formadas por uma média de 30 crianças por professor e, mesmo assim, os dados indicam que havia uma procura grande por vagas. Desse modo, constata-se que o objetivo e as ações do Governo era atender o máximo de crianças possível nos dois turnos, duplicando o número de vagas, principalmente, nas antigas creches públicas (cujo atendimento era de tempo integral), transformadas em pré-escolas, de tempo parcial.

Concomitante ao reordenamento da educação infantil nas instituições, foi criado um setor específico na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, que tratava da estruturação e orientação pedagógica dessas instituições, a criação da Coordenação do Pré-Escolar, definida na Lei nº 1.349, de 28/12/1990⁶. Desde então foi constituída uma equipe para organizar o trabalho pedagógico nas pré-escolas da rede pública municipal.

A equipe foi formada por professoras da rede municipal que possuíam nível superior. Ao serem convidadas para realizar o trabalho, as professoras receberam a incumbência de orientar e supervisionar o trabalho das pré-escolas. Contudo, mesmo com essa responsabilidade, a equipe pedagógica não tinha autonomia para a elaboração do trabalho, porque deveriam seguir o modelo pedagógico desenvolvido pela Creche Dagmar Silva, segundo a fala espontânea de uma coordenadora da equipe pedagógica da época.

Com relação à composição do corpo docente dessas instituições, observou-se que foram mantidas professoras contratados no governo anterior e que já atuavam nas creches públicas; mas também houve a renovação de parte desse quadro após a realização de concurso público para provimento de cargos de professor, em 1991, atendendo ao que preconizava o Estatuto do Magistério dos Professores Municipais, Lei nº 1.044/1987.

Nas pré-escolas, as professoras contratadas e voluntárias foram sendo substituídas por professoras concursadas, tendo algumas delas nível superior. Contudo, era condição para se

⁶Esta Lei também criou e extinguiu secretarias.

trabalhar nas pré-escolas que os professores, contratados ou recém concursados, fizessem o “treinamento” na Creche Dagmar Silva.

Deste modo o trabalho desenvolvido nas instituições passou a ser orientado pela Secretaria de Educação, em articulação com o trabalho desenvolvido pela Creche Dagmar Silva⁷, sob a direção da primeira-dama, professora Elisabete Martins da Silva. Assim, além de atender às crianças, este espaço também operava como um centro de treinamento⁸ dos professores. Nos encontros realizados nesse espaço, os professores aprendiam como organizar uma rotina da pré-escola, brincadeiras, músicas e como deviam alfabetizar as crianças. As professoras deveriam aprender o método Casinha Feliz para ensinarem as crianças as letras, depois sílabas e por último deveriam aprender as frases, segundo lembrou espontaneamente uma professora.

O aprender significava ter atividades orientadas para a aprendizagem da leitura e da escrita. Na ata de reunião com os pais e professores, do dia 07.08.1992, da Pré-Escola Dr. Alberto Oliveira, consta uma fala da professora Maria Antonia, coordenadora da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, em que a mesma “acha inconcebível uma criança passar um ano inteiro em uma escola, saído (sic!) dela ao final, sem no entanto, ser alfabetizada”. Essa fala explicita a intencionalidade da Secretaria com as pré-escolas para que desenvolvessem um trabalho pedagógico voltado eminentemente para a alfabetização das crianças. Nesse sentido, na prática significou preparar as crianças para o ingresso na escola de primeiro grau, se constituindo numa forte tendência de afirmar que a educação pré-escolar pode impedir o fracasso escolar do ensino fundamental.

Sobre isso afirma Kramer quando indica alguns pressupostos que podem orientar uma política de educação para as crianças de zero a seis anos. Dentre os seis destaco o que se refere ao papel da educação infantil, “ A educação da criança de 0 a 6 anos não tem papel nem tem poder de evitar, por antecipação, os problemas da escola de primeiro grau, nem é tampouco descomprometida dessa escola. (...)” (KRAMER, 1992, p. 127).

Segundo Kramer⁹ (1991, p. 52) a pré-escola tem um papel social que deve ser reconhecido “como legítimos e, mais do que isso, assumir, junto com a escola pública, a

⁷Esta, criada e mantida pela Associação da Promoção Humana, desde o início recebeu subvenções do governo municipal. Sua origem coincide também com a primeira gestão de Colbert Martins (1977-1982) na prefeitura municipal.

⁸Esta era a denominação dada aos cursos de formação de professores.

⁹Nesse contexto, Kramer (1991, p. 50) foca o debate em torno do fortalecimento e valorização do atendimento das crianças de quatro a seis anos, por ela entendido como pré-escola, estejam as crianças em espaços de creches, “mas a responsabilidade deveria ser progressivamente assumida pelo sistema educacional público”.

tarefa de universalização dos conhecimentos. Reconhecer o papel social da pré-escola significa compreender que ela tem a função de contribuir com a escola”. Ao fazer tal afirmativa a autora contribui para pensar que a pré-escola tem uma especificidade, sem com isso estar desvinculada da luta pela democratização da educação brasileira.

Em conformidade com Kramer, defendo que a educação infantil não deve ser preparatória, pois cumpre um papel fundamental para a formação dos sujeitos em sua integralidade, portanto, ser ela parte da construção histórica da educação institucional e que oferece, dentro do que atualmente se entende por educação básica na legislação brasileira, os conhecimentos importantes e necessários para a vida social desses sujeitos. Sendo assim, educação infantil e ensino fundamental são etapas que se complementam e são interdependentes, desse modo, compreendidas como uma unidade. A educação infantil deve proporcionar a aquisição de conhecimentos pelas crianças que por sua vez vão sendo ampliados e aprofundados nas etapas subsequentes. Isso não significa antecipar a escolarização, mas considerar a faixa etária, as especificidades do desenvolvimento, os interesses, cumprindo assim o papel social de ensinar.

A fala espontânea de uma ex-técnica da Secretaria de Educação sinaliza a preocupação do Prefeito em acompanhar pessoalmente o resultado do trabalho pedagógico realizado por essas instituições. Decorria dessa preocupação a prática de reuniões sistemáticas com o objetivo de repassar orientações à equipe e cobrar resultados do trabalho, reiterando diversas vezes que o modelo de “atendimento pré-escolar” a ser seguido pelas novas instituições era o proposto pela Creche Dagmar Silva.

Apesar da existência de um modelo pedagógico, as pré-escolas criadas na gestão de Colbert, na prática, não inovaram quanto à qualidade do atendimento pretendido. As classes foram formadas por crianças de quatro a seis anos, em sua maioria, contando com apenas uma professora por classe. A direção da escola e professores discutiam a necessidade da Secretaria de enviar um auxiliar de classe, bem como de coordenador pedagógico, mas isto se efetivou como exceção em algumas instituições que passaram a ter coordenador pedagógico, a exemplo, da Pré-Escola José Martins Rios.

A inexistência de uma proposta pedagógica para o Programa de Educação Pré-Escolar do município gerou uma diversidade de práticas no interior das instituições, que se somou as diferentes formações dos professores da rede municipal. Havia professoras concursadas com formação em magistério e com nível superior, mas também as contratadas pela rede municipal, que sequer tinha a formação do magistério. Nas instituições de educação pré-

escolar havia disputas dos pais pelas turmas das professoras concursadas, pois a comunidade entendia que seus filhos aprendiam mais com estas.

No que diz respeito as condições de funcionamento, considerando aqui o provimento de materiais e equipamentos, as pré-escolas passaram por algumas dificuldades para garantirem seu funcionamento. Poucos materiais eram disponibilizados e, as diretoras pediam para os pais contribuírem com doações até que a Secretaria Municipal de Educação garantisse essas condições. As diretoras também pediam para as professoras que doassem material, a exemplo, de papel ou realizavam atividades para arrecadar recursos, como bingo e bazar.

Em um registro de reunião de pais de uma das pré-escolas, a diretora Irlande Ribeiro do Santos informou aos pais sobre o problema da falta de material escolar e na oportunidade pediu “que, se possível, trouxessem algumas folhas de papel ofício, a fim de que, fosse dada a continuidade do trabalho com as crianças até o final do ano letivo” (Livro de Ata da instituição 03/09/92, p. 08). A ata também registra que a instituição recebeu doações de merenda escolar do Banco do Brasil, mas estava guardada “até que a merenda proveniente da Secretaria de Educação seja distribuída” (Idem). Ainda na mesma reunião “foi perguntado aos pais se estes concordariam no aumento da taxa do gás em 50%. No caso das mães que tiverem duas crianças na escola, haverá aumento de 75%” (Idem).

Os registros desta Ata, embora referentes a uma instituição específica, permitem notar condições que também se manifestavam em outros lugares, a exemplo do problema da falta de merenda. As evidências encontradas na Ata são de que a merenda, quando chegava, era em quantidade insuficiente ou então os ingredientes se repetiam, forçando a permanência do mesmo cardápio a semana toda. Basicamente encaminhava-se para as instituições feijão, farinha, arroz, macarrão e almôndega. As crianças questionavam o fato de todos os dias comerem a mesma coisa. Algumas deixavam de comer e outras os pais mandavam merenda. Além disso, também se repetia a entrega dos alimentos secos ou congelados, mas faltava os temperos e o gás de cozinha. Era comum as diretoras recorrerem aos pais que eram feirantes do Centro de Abastecimento para que doassem temperos às instituições. Para resolver o problema do gás, algumas instituições mantinham uma “caixinha” mensal, com a contribuição de pais, funcionários e professoras.

Quando o Programa de Educação Pré-Escolar foi implantado a indicação da diretora e a definição do quadro de professores eram duas linhas mestras da proposta, atestando a perspectiva de ingerência do governo na gestão dessas instituições. A diretora tinha que ser uma professora de confiança e as professoras contratadas, já existentes antes do concurso,

eram indicadas para permanecerem nas instituições recém-criadas. Para que as professoras concursadas fossem encaminhadas para as pré-escolas passavam por uma “avaliação política”, uma vez que o concurso que realizaram, previa a ocupação de vagas e o desempenho da função docente em escolas da zona rural. Depois do critério político vinham a formação, a experiência com sala de aula e a adequação do perfil para atuar na educação infantil.

Outra indicação da referida ingerência, segundo a diretora de uma das instituições de pré-escolar, foi de que esta chegou a ter até 34 crianças numa turma com um professor, em decorrência dos pedidos de matrícula vindos do gabinete do prefeito e/ou das lideranças políticas que o apoiavam. Um bilhete escrito por Colbert Martins, de próprio punho, pede para a então diretora da instituição que atenda sua solicitação por vaga, assim escrito: “Agradeço atender com duas vagas para os gêmeos Leandro e Leonardo”¹⁰, demonstrando sua ingerência política na gestão da instituição. Práticas como estas foram se naturalizando no governo a fim de manterem sua popularidade e vínculos políticos de cunho eleitoreiro.

Um outro bilhete, escrito pelo Sr. José Álvaro França Rios, então chefe de gabinete do Prefeito e membro da AMORUN, organização localizada no bairro Rua Nova, explicita a influência política de Colbert e seus líderes. Eis o conteúdo: “Apresenta-lhe (sic!) a nova professora Conceição, no possível ajudá-la.”¹¹

Desse modo, constata-se que a interferência política nas instituições públicas não era uma prática isolada do prefeito, mas uma característica do governo, por meio de suas lideranças. O uso desse recurso, apesar de não ser uma invenção desse período, pode ser lido como expressão de uma visão de governo e uma estratégia para a consolidação de um projeto político pessoal e de seus líderes, explorando o apoio das camadas populares. Na relação cultivada, os interesses pessoais de algumas pessoas oriundas das camadas populares eram atendidos, produzindo a falsa impressão de que o governo representava os interesses de todos.

A inexistência de condições de acesso à escola para todos, combinada com a estratégia do atendimento de interesses pessoais não é um elemento menor na luta histórica pela democratização da educação no Brasil, posto que tanto, simplifica quanto enfraquece a luta coletiva por mais instituições de educação infantil e pela valorização da carreira do professor.

Sobre o aspecto da gestão importa ressaltar, dentre algumas questões apontadas por Paro (2001), o critério da observância aos princípios que orientam a escola, a começar pela

¹⁰Bilhete de Colbert Martins da Silva, disponibilizado para a pesquisadora por uma ex-diretora de uma pré-escola.

¹¹Bilhete de José Álvaro de F. Rios, disponibilizado por uma ex-diretora de uma pré-escola.

clara definição do seu papel social. Olhando para o cenário de Feira de Santana percebe-se que tais princípios nem sempre foram problematizados, o que nos convida a refletir sobre duas questões. A primeira diz respeito à perspectiva do governo de manter as pré-escolas sob seu controle, o que implica reafirmar a ideia de uma estrutura hierarquizada de poder. Inclusive, reproduzindo um tipo de relação hierarquizada da gestão escolar: do prefeito para a equipe pedagógica, do prefeito para as diretoras, da presidente da Creche Dagmar Silva para as diretoras, das diretoras para as professoras. Por meio dessas relações vão se enroscando relações de dominação pautadas pelos interesses de cúpula.

A segunda, em estreita relação com a primeira, diz respeito a própria indicação política do diretor, de acordo com os seus vínculos com as lideranças e os seus predicativos para ser o/a representante do governo na escola. Por meio dessa outra forma de controle, observa-se a reprodução do clientelismo político. Esta é uma relação em que os jogadores precisam equilibrar os interesses privados dos diretores e dos grupos políticos que lhes confiaram a tarefa de ser um agente de controle, mas também de persuasão política no interior das escolas, em detrimento de ações que visem o interesse público.

Assim, constata-se que mesmo havendo um marco operatório que prescrevia a eleição dos diretores nessas instituições, Colbert fez a escolha por um outro modelo, contribuindo para que o clientelismo e práticas antidemocráticas fossem mantidas nesses espaços. Ainda sobre essa questão da indicação política como critério para escolha dos diretores, Paro (2011) ressalta que uma virtude dessa prática é que sendo ela antidemocrática, vai aparecer antidemocrática para todos da comunidade escolar e, raramente alguém quer se declarar antidemocrático.

Ao analisarmos as ações que orientaram o reordenamento da educação infantil na rede municipal de ensino, em seu conjunto, nota-se também que, apesar da expansão de matrículas e da criação de novas instituições públicas para o atendimento do pré-escolar, estas ações não foram suficientes para a universalização do acesso das crianças da faixa etária correspondente. A procura por vagas permanecia e nos bairros onde era inexistente uma instituição pública, as creches comunitárias e filantrópicas continuaram a atender as crianças menores que seis anos no município.

Além disso, como as instituições públicas tinham como foco o atendimento das crianças de quatro a seis anos, na prática se “oficializava” uma divisão de responsabilidades com as instituições comunitárias e filantrópicas que atendiam as crianças de dois a seis anos, vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Comunitário, por meio de convênios. Se por um

lado tal ação governamental atendeu ao que foi estabelecido no inciso V, artigo 140, da Lei Orgânica; por outro contribuiu para o fortalecimento das relações políticas do Governo junto às creches comunitárias e filantrópicas.

Assim, embora o tema da educação infantil tenha ganhado visibilidade na Carta Magna municipal, as ações do Governo Colbert Martins deram um sentido contrário ao conteúdo ali preconizado, em relação a aspectos tais como:

- Seletividade das crianças menores de quatro anos, mediante o cerceamento do acesso delas às instituições públicas;
- Criação, apenas, de pré-escolas quando a Lei Orgânica, no art.134 também define em seu parágrafo único a prioridade para creche e no art. 140, inciso I, indica a criação, implantação, implementação, orientação, supervisão e fiscalização das creches;
- Condições precarizadas de atendimento, posto que a grande maioria das pré-escolas contava, apenas, com uma professora por classes, sem auxiliar, embora o número crianças matriculadas fosse grande e a Lei Orgânica previa, além do professor, que as instituições mantivessem equipes de trabalho multidisciplinar composta por pedagogo, assistente social, enfermeiro e nutricionista.
-

Em contraposição ao que foi explicitado sobre as ações do Governo no que se refere ao Programa de Educação Pré-Escolar, faz-se necessários algumas considerações sobre as creches comunitárias e filantrópicas que continuaram a ter pouca atenção, tendo em vista que a prioridade do governo Colbert Martins era a pré-escola.

A manutenção das creches foi sendo reforçada pelos conveniamentos com o poder público municipal, o que foi estimulado não só por que a assistência financeira dos órgãos federais foram gradativamente tornando-se escassos, mas também pelas medidas legais adotadas pelo município, como por exemplo a instituição da Lei nº 1.265, 18/06/1990, que autoriza o poder público municipal a firmar convênio com entidades públicas e particulares reconhecidas como de utilidade pública para execução de obra e manutenção de serviços (FEIRA DE SANTANA, 1990). Deste modo, o atendimento das crianças de menos de quatro anos foi, intencionalmente, retirado das instituições públicas de educação e do raio de atuação da Secretaria Municipal de Educação, e passou a ser objeto de convênios da alçada da área de assistência social e que por sua vez continuaram a desenvolver um trabalho de cunho assistencialista.

Mesmo não identificando outras fontes que possam dar visibilidade às condições em que as creches comunitárias e filantrópicas encontravam-se no período em estudo, pode-se inferir que as associações de bairro ou filantrópicas, historicamente, estimuladas à promover o atendimento das crianças menores que seis anos, funcionavam em condições precárias com profissionais voluntários, estruturas físicas improvisadas, com falta de materiais, enfim, sem a menor condição de funcionamento, como já caracterizado nos capítulos anteriores. Ademais, a própria ausência de critérios para credenciamento e autorização dessas organizações reforçava a pauperização do atendimento. Para o poder público já era suficiente estas se tornarem entidades de utilidade pública para terem o direito garantido de prestar quaisquer serviços.

Concomitantemente, ao atendimento das pré-escolas, foram mantidas as creches comunitárias e filantrópicas das associações e isto foi intensificado com a criação de outras instituições com a mesma finalidade. Foi nesse contexto que surgiram os clubes de mães e mulheres, também promovendo o atendimento em creches. Estas mantiveram suas atividades com os recursos advindos da LBA e das Voluntárias Sociais da Bahia¹². Esse apoio político dependia da relação política das lideranças dos bairros, que em alguns casos tornaram-se administradores de bairros e assessores no Governo.

Em decorrência desse processo de ligação entre os líderes dessas associações e o Governo, as creches comunitárias foram deixando de participar da gestão de forma coletiva e democrática. As decisões passaram a ficar centralizadas na figura do presidente da associação, quando a participação da comunidade limitava-se a atestar as decisões de seus líderes. Com isso, perdeu-se o processo de conscientização crítica que o MOC anunciava, quando ainda fazia assessoramento às creches comunitárias. Segundo a fala espontânea da técnica do MOC que orientava junto às creches, muitas das lideranças das associações foram cooptadas pelo Governo Colbert Martins e, com isso distanciaram-se do trabalho mais consciente junto à comunidade. Mesmo sendo creches comunitárias, em etapa anterior, quando o trabalho ainda estava em processo de construção e ampliação a partir do que orientava a LBA, houve uma preocupação em problematizar o cunho assistencialista das ações desenvolvidas e cultivada a perspectiva de construção de uma proposta pedagógica que atendesse às especificidades da criança.

¹²Durante o Governo de Waldir Pires (1987-1989), a então Primeira Dama, D. Yolanda Pires, mudou o nome da Instituição para MAIS – Movimento e Ação Integrada Social. Em junho de 1991 a Organização volta ao nome original de Voluntárias Sociais da Bahia.

No entendimento dessa técnica, com a implantação do Programa de Educação Pré-Escolar e com o desligamento do MOC do trabalho que vinha realizando ao final da década de 1980 junto às creches comunitárias, visando construir uma compreensão de educação infantil não limitada aos cuidados de higiene e de alimentação, o que implica considerar o caráter político-pedagógico dessas organizações e o rompimento com o mero assistencialismo praticado até então. Entretanto, com afastamento do MOC, as creches comunitárias passaram a atuar de forma isolada e sob a orientação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário, o que contribuiu para reforçar a concepção assistencialista ainda presente nas práticas escolares dessas organizações. O mais fundamental é que as creches comunitárias se distanciaram do trabalho de formação política que vinha sendo realizado e isto teve efeitos não só para as creches, mas para todo debate em torno da educação no município.

Ao implementar as pré-escolas e desconsiderar a concepção de gestão participativa que vinha sendo gestada no seio das dessas organizações e cooptá-las politicamente, Colbert Martins negou as experiências formativas que vinham sendo construídas não só nos espaços educacionais, mas na própria luta política desses movimentos em defesa da educação, da saúde, dos direitos dos trabalhadores, das mulheres, do deficiente, do idoso e da criança, etc. Desse modo, cabe o questionamento: esta experiência especificamente deveria ser incorporada pelo Governo Colbert Martins? Se for entendida como modelo a resposta é não, pois os modelos acabam engessando e matando a criatividade nas formas de construir politicamente um projeto de escola, de educação e de sociedade. Se entendida como princípio, sim, pois abrem novas possibilidades de construção para uma perspectiva transformadora e emancipatória.

Segundo, a fala espontânea do Secretário Municipal de Educação desse governo, Luciano Ribeiro Santos, Colbert Martins não tinha interesse em acabar com as creches das associações, mesmo com a expansão das pré-escolas, pois estas desenvolviam um papel importante na comunidade. O Secretário não deixou claro por que Colbert Martins achava que as associações cumpriam um papel importante, entretanto, essa fala me parece indicar que a manutenção das associações cumpria um duplo papel político nesse contexto: o controle político das bases populares através de suas lideranças e a continuidade do atendimento de educação infantil com pouco investimento, o que contribuía para minimizar as pressões sociais por mais instituições públicas.

Sobre o papel dessas associações, pode-se considerar que a desresponsabilização do poder público municipal com a política de educação infantil, nos espaços onde não poderia

deixar de atuar, contribui enormemente para a oferta precarizada, de baixa qualidade e de forma assistencialista. (REHEM, 2013).

Avaliando esse processo de reordenamento da educação infantil da rede municipal, deve-se considerar também que as instituições foram se diferenciando a partir do trabalho pedagógico que realizavam. As pré-escolas foram ganhando papel de destaque, seja na infraestrutura, seja no atendimento por professores concursados, mas também em relação ao trabalho realizado pelas creches comunitárias e filantrópicas.

Além do mais, com o processo de desmobilização política que marca toda a década de 1990 em Feira de Santana, as creches que assumiam as responsabilidades que eram dever do poder público, não vislumbravam perspectivas de fazer rupturas com esse tipo de atendimento na rede municipal, o que se expressa pelo próprio aumento do número de associações consideradas de utilidade pública e que passaram a prestar esse tipo de atendimento.

Outra questão a ser observada, é o lugar da criança e da infância nesses espaços, pois a Programa de Educação Pré-Escolar contribuiu para gerar duplicidade no atendimento oferecido na rede municipal para as camadas populares dos bairros mais pobres. De maneira que, para um grupo de crianças, a escolarização nas pré-escolas tinha boa estrutura física e professores mais “qualificados”, ainda que tivessem problemas em relação a merenda, dentre outros apresentados anteriormente; para outro grupo, a filantropia e a caridade eram tidas como princípio educacional, resguardando práticas de cunho assistencialista.

3.2 O MODELO DAGMAR SILVA E A LEGITIMAÇÃO DA FILANTROPIA

Não foi possível precisar quantas associações filantrópicas e confessionais faziam atendimento educacional no período estudado. Contudo, durante a coleta dos documentos, falas espontâneas (de uma ex-diretora, uma professora e uma coordenadora da Secretaria) repetiam-se, fazendo referência à Creche Dagmar Silva durante o governo Colbert Martins. Desse modo, considero importante evidenciar alguns elementos acerca dessa instituição, pois pelo que indicam as fontes, esta teve um papel estratégico na expansão das pré-escolas nesse período.

Esta Creche foi criada em 1982 e era mantida pela Associação de Promoção Humana (APH), criada em 19/04/1977, por iniciativa de mulheres¹³ da sociedade feirense, para desenvolver ações sociais e filantrópicas no bairro Baraúna. Trata-se, portanto, de uma instituição filantrópica, subsidiada com recursos públicos.

Segundo informações que constam no Estatuto da Associação Promoção Humana, datado de 22/05/1978, esta organização tem caráter beneficente, possuindo como finalidades:

[...] instalar e manter serviços assistenciais e educacionais que beneficiem os mais desamparados; promover o desenvolvimento global da Comunidade, sem distinção de cor, raça, sexo, credo ou filiação política; (...) colaborar e fazer trabalho conjunto com organização ou entidades.

Esta organização também se propunha a desenvolver trabalhos de base comunitária. Contudo, a concepção de comunitário, expressa no referido Estatuto, vincula-se à ideia de que a comunidade era receptora dos serviços prestados e, portanto, não era convidada a participar dos processos de discussão e decisão dos problemas dos bairros. A educação das crianças menores que sete anos foi um dos serviços que passaram a ser prestados, especificamente, a partir de 1980, quando da criação da Creche Dagmar Silva¹⁴.

A Creche Dagmar Silva foi criada para atender crianças menores que seis anos, em turmas denominadas de maternal e jardim de infância. Sua manutenção dependia do convênio¹⁵ firmado com a LBA, por meio do Projeto Casulo e com a prefeitura municipal. Além dos convênios, a instituição realizava atividades com a finalidade de obter recursos que provesses suas despesas, a exemplo de vendas de produtos em feiras e festividades, leilões de animais e bingos. Nos termos do convênio (1983 e 1986) da Creche Dagmar Silva estão especificados o valor da cooperação financeira com fins de expansão do Programa Alimentar das Creches-Casulos. O primeiro Termo informa que o recurso destinado visava atender 150

¹³Quando da fundação da entidade, compunham a diretoria da Associação da Promoção Humana: Elizabeth Gomes Martins (presidente), Miriam de Oliveira Marques (vice-presidente), Maria das Graças Cunha Pereira (1ª secretária), Genira Dias Moraes (2ª secretária), Carmem Miram Brasileiro Franco (1ª tesoureira), Yara Moura Cunha Pires (diretora social e relações públicas), Vera Lucia Santana Soares (diretora de interesse da comunidade), Waldna Santos (diretora de patrimônio), Delcy Santana Carvalho (diretora de cultura), Beatriz Lisboa Pereira (auditora)

¹⁴A placa de inauguração da organização indica que esta foi criada dia 09 de março de 1980. Outros documentos, fornecidos pela filha de Professora Elizabeth Martins, presidente APH, a exemplo de recortes dos jornais com notícias Folha do Norte, Feira Hoje e mais recentemente, Folha do Estado sobre as comemorações sobre o tempo de existência, dão conta de reafirmar a data natalícia.

¹⁵Foram consultados os termos de conveniamento entre a Associação Promoção Humana e a LBA de 1983 e 1986.

crianças, numa jornada de 8 horas diárias. O segundo, bem mais sucinto, informa o montante repassado para a organização.

Nos termos de conveniamento da Associação Promoção Humana – Creche Dagmar Silva com a prefeitura (1989 e 1992), observam-se que as responsabilidades do poder público municipal com esta organização eram equivalentes às responsabilidades com a manutenção das instituições públicas. Nas cláusulas a seguir temos o exemplo disso:

CLÁUSULA SEGUNDA – O PODER PÚBLICO MUNICIPAL se compromete a manter a CRECHE DAGMAR SILVA, instalada e funcionando em prédio propriedade da ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO HUMANA, assumindo a responsabilidade das despesas com funcionários, material de consumo, alimentação e tudo o mais necessário ao funcionamento da referida creche, que, por força do presente Convênio, se destina exclusivamente ao atendimento de crianças necessitadas.

CLÁUSULA QUINTA - O PODER PÚBLICO MUNICIPAL compromete-se a manter as instalações da CRECHE DAGMAR SILVA, em condições de atender as suas necessidades, responsabilizando-se pelos encargos da dotação pessoal que ali servirá tais como: professores, secretários diversos, bem como cargos na aquisição de móveis e utensílios necessários para o funcionamento da Creche, fazendo por sua conta todos os consertos e substituições necessários, além de proceder a uma recuperação do prédio e móveis anualmente.

CLÁUSULA SEXTA - O PODER PÚBLICO MUNICIPAL compromete-se ainda a pagar mensalmente as taxas de água, luz, telefone e demais despesas com a manutenção da CRECHE DAGMAR SILVA.

CLÁUSULA SÉTIMA - O PODER PÚBLICO MUNICIPAL compromete-se a nomear, por indicação da Previdência (sic!)¹⁶ da Associação de Promoção Humana, todo o quadro de pessoal que servirá na Creche Dagmar Silva.

CLÁUSULA OITAVA – A administração da CRECHE DAGMAR SILVA continuará com a ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO HUMANA, que será auxiliada pelo corpo docente e demais servidores, sob a responsabilidade do ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO HUMANA.

CLÁUSULA NONA – Para o atendimento de suas atividades continuará com a CRECHE DAGMAR SILVA, um veículo marca Kombi, Placa Policial XX-XXXX, doada pelo MEC, através de verba repassada pelo PODER PÚBLICO MUNICIPAL. (FEIRA DE SANTANA, 1992, p. 1 e 2)

Nota-se que os termos de conveniamento possibilitam compreender que o Governo Colbert Martins garantiu todas as condições de funcionamento da Creche Dagmar Silva, o que efetivamente não assegurou às demais creches comunitárias e filantrópicas. Estas dependiam de subsídios de vereadores, e assim como a própria Associação Promoção Humana, de doações da comunidade ou de atividades para angariar recursos.

Os termos de conveniamento demonstram que mesmo se tratando de momentos diferentes, durante os dois mandatos de Colbert Martins, a Associação Promoção Humana -

¹⁶O termo seria Presidência da Associação Promoção Humana. Lembrar onde está a nota

Dagmar Silva recebeu tratamento diferenciado dada à condição de primeira-dama da presidente da organização.

Pode-se inferir que, existia clareza quanto à necessidade de expansão das pré-escolas por meio da rede pública municipal em Feira de Santana. Contudo, o entendimento de como deveria ocorrer esse atendimento perpassou pelo ordenamento e modelo de pré-escolar da Creche Dagmar Silva, sob a responsabilidade da primeira-dama do município. Era um modelo de organização que se propunha realizar um trabalho comprometido com a população mais carente, tendo como princípio o amor, o que não significaria dizer que para a realização do trabalho pedagógico não fosse necessário ter professores formados e que soubessem realizar seu ofício com responsabilidade.

As falas espontâneas de uma professora da Creche Municipal Profa. Alda Marques, transformada em Pré-Escola Municipal Profa. Alda Marques, e outro da primeira Diretora da Pré-Escola Municipal José Martins Rios, dão conta de reafirmar tal orientação. Estas disseram que quando o prefeito assumiu o governo, a Creche foi transformada em pré-escola e que elas foram encaminhadas à Creche de Pró Bete” fazer o treinamento e, nessa época, elas não possuíam conhecimentos para lidar pedagogicamente com as crianças, pois o trabalho que realizavam, até então, voltavam-se, basicamente, para o banho e a alimentação. Quando começaram a fazer as formações perceberam que estavam fazendo tudo errado e se assustaram.

A fala espontânea da então coordenadora da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, que foi formada para organizar o trabalho nas instituições de educação infantil, revela que as professoras que trabalhavam na Creche Dagmar Silva também atuavam em escolas privadas de Feira de Santana e baseavam a orientação do trabalho feito na Dagmar nas práticas das instituições privadas.

Um registro com notas de orientações ao pessoal técnico-administrativo, auxiliares e pessoal de serviços gerais, escrito, possivelmente, pela professora Elizabeth Gomes Martins, explicita o papel social da instituição e a concepção de educação infantil adotado pela Creche Dagmar Silva. Consta nas anotações que “Educar é missão sagrada. Exige dedicação, conhecimentos e, principalmente amor”, e que a instituição Associação Promoção Humana tem como base o trabalho “Dar a criança aquilo de que ela realmente precisa; assisti à criança (sic!), sem separá-la da companhia dos pais”.

Outro trecho dessas anotações informa como as crianças deverão ser agrupadas, tendo como critério a idade, bem como a finalidade do trabalho a ser desenvolvido em cada uma das

turmas. As crianças de três e quatro anos compõem o Maternal e as de quatro e cinco anos, o Jardim. Em seguida informa, o que as crianças deverão aprender em cada uma das turmas, a saber:

No Maternal – É no maternal que a criança tem a 1ª experiência de vida num grupo extra-familiar; por isso, a função primordial do trabalho nesse período é socialização, onde são desenvolvidos hábitos higiênicos e de atitudes, enriquecendo sua linguagem, preparando-a assim para outros níveis + adiantados.

Jardim – O trabalho com as crianças de Jardim é no sentido de continuar a formação de bons hábitos e atitudes, desenvolvendo sua linguagem através do enriquecimento do vocabulário, proporcionando assim um melhor desenvolvimento intelectual, socializador e motor. (NOTAS DE ORIENTAÇÕES, s.d.)¹⁷

O trabalho desenvolvido nesta creche estava orientado pelo modelo de educação infantil das escolas privadas e o quadro docente era basicamente formado por professoras que trabalhavam nessas escolas, o que facilitava a transposição de práticas desde o modo de arrumação da sala, a disposição dos materiais, a organização da rotina, a elaboração das atividades mimeografadas e a concepção de ensino preparatório que estas desenvolviam, como lembrou espontaneamente uma das pessoas que atuou nesse espaço.

Em conversa com a então coordenadora da equipe da Secretaria, esta explicita que o modelo de educação Pré-Escolar da Dagmar Silva, também deveria ser aplicado nas escolas de ensino fundamental¹⁸ da zona rural que possuíam classes de educação infantil. Segundo ela, seria impossível seguir as mesmas orientações dadas para as pré-escolas que estavam sendo inauguradas, uma vez que as escolas da zona rural possuíam uma infra-estrutura precarizada e contavam com professores leigos. Contudo, ao menos os professores teriam uma perspectiva de como atuarem com as crianças.

Ao assumir esse modelo que tinha como finalidade a preparação das crianças para o ensino fundamental, deixou-se de lado o papel social que a educação infantil tem em si mesma inclusive a orientação junto ao Programa Nacional de Educação Pré-Escolar (BRASIL, 1981) qual seja: promover a educação das crianças considerando as especificidades da faixa etária de zero a seis anos.

Ao tentar se diferenciar das demais creches comunitárias e filantrópicas, por meio desse modelo, as instituições não se distanciaram, efetivamente, da teoria da privação cultural, que parte do princípio que as crianças pobres possuem carência de ordem afetiva, cognitiva,

¹⁷O registro não está datado. Este é assim finalizado “Pessoal técnico-administrativo, auxiliar e pessoal de serviços gerais”, o que sugere que tais informações estavam sendo dadas aos funcionários.

¹⁸Denominadas, à época, escola de 1º grau

nutricional e física, pois como vimos por meio dos pronunciamentos da própria presidente da Associação, a preocupação da instituição era dar às crianças o que elas não possuem, amor e “conhecimento” e essa compreensão carrega também uma forma de assistencialismo.

Neste sentido, o fato das demais creches não desenvolverem um trabalho sistematizado, voltado para o conhecimento da linguagem, por exemplo, não implica não existir uma proposta educacional. Segundo Kuhlmann, ao analisar o processo histórico das instituições pré-escolares, o assistencialismo também se configura como proposta educacional. O que determina a natureza da proposta é o público a quem se destina, nesse caso, as crianças de famílias pobres. Este modelo, segundo o autor, contribui para a “submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes populares” (KUHLMANN, 2010, p.166).

A caráter preparatório proposto na Creche Dagmar Silva, baseado no modelo de instituições privadas, não tem o mesmo significado ao ser transplantado de um espaço para outro. Primeiro, o público é diferenciado e, segundo as condições de funcionamento, a formação e o modo como os próprios professores percebem as crianças não são os mesmos.

3.3 A DEMOCRATIZAÇÃO OU “DEMOGRAFIZAÇÃO” DA EDUCAÇÃO INFANTIL?

Como já foi apontado anteriormente, o prefeito Colbert Martins tinha ciência da real situação da rede pública de ensino, inclusive do ponto de vista das normas previstas no Estatuto do Magistério Público, mas questionava o princípio da gestão democrática das escolas, sobretudo em relação a eleição de diretores para as unidades escolares. Em seu entendimento não se tinha a garantia de que a eleição para diretores era um projeto de rápida viabilidade e argumentava que “se corre o risco de transformar as unidades de ensino em campos de batalhas, peleguismos e centros de demagogia, na casa barata pelo voto infantil”. (DEGRAUS para o poder, 1989, p. 14)

A decisão política de indicar o diretor, à época, contrariava a gestão democrática da educação como um princípio legal, desde 1987, conforme o artigo 56, do Estatuto do Magistério dos Professores da Rede Municipal, que instituía eleição direta para o provimento dos cargos de diretor e de vice. Contudo, o referido artigo estabeleceu a condição de que sua aplicação só se efetivaria dois anos depois, conforme § 2º do referido artigo, decorrendo disso

a possibilidade de realização das eleições diretas para o provimento dos cargos de diretor e vice nas escolas municipais só a partir de 1989 (SILVA; BRITO; TRINDADE, 2014).

Ao tornar indiferente a participação dos sujeitos na escolha de seus diretores, negou-se aos responsáveis por aqueles espaços a possibilidade de vivenciarem outros processos de participação política na defesa de um projeto político institucional para a educação pública e, com isso, a garantia de legitimidade dos interesses e decisões de uma coletividade. Assim, daria-se um passo importante na construção democrática da educação infantil e da escola e, nesse caso, na defesa de uma educação pública como bem e valor coletivo.

Ainda que se reconheça a intenção de escolher professoras da rede municipal, comprometidas e com certo grau de formação e no nível médio, considerando que, à época, o quadro de professores era formado por leigos ou com magistério (como disseram uma professora e uma coordenadora da equipe pedagógica), o que está em discussão não é apenas a qualificação profissional destas diretoras, mas em que medida estas representavam os interesses da comunidade escolar. Seria ingênuo pensar que estes interesses são os mesmos e que com isso era possível avançar na defesa efetiva de um projeto de educação transformador e democrático quando há interesses antagônicos na sua própria definição.

Ao ignorar a experiência de gestão e participação política das escolas e instituições de educação Colbert estava cerceando o potencial político dessas instituições e, ao mesmo tempo, concentrando e controlando esse poder no âmbito da superestrutura, com repercussões não só nas escolas, mas também na organização e inserção popular organizada no município.

A ingerência política de Colbert Martins por meio dessas lideranças nos bairros assegurava sua plataforma de governo, por meio da inserção junto às camadas populares. Tal estratégia possibilitava sua governabilidade e popularidade. Além da influência dessas lideranças, este contava com a influência dos administradores de bairros, que cumpriam o papel de porta vozes das reclamações e demandas das comunidades.

Neste sentido, sua administração conseguia manter proximidade junto ao povo que o elegeu e com isso, estender seu poder político, ao ponto de provocar, de forma reiterada, manifestações de desagravo em meio aos vereadores, não somente da oposição, mas da própria base do governo.

Um elemento importante para a elaboração e a execução de políticas educacionais é a participação da sociedade civil. Este processo perpassa a ação organizada de setores que buscam a satisfação de interesses e/ou necessidades.

Ciavatta (2002) critica a visão estreita da concepção de Estado como inibidor,

restritivo, coercitivo da ação por meio dos seus aparelhos ideológicos, com projetos alheios às demandas vitais de sobrevivência da população, pois obscurece e restringe o Estado ampliado, negando a existência de forças sociais que pressionaram pelo processo de democratização do país. Confrontando a visão restritiva e colocando-se ao lado de uma perspectiva de Estado ampliado, a autora lembra o papel dos setores populares organizados para a democratização do país,

[...] cobrando mais empregos e melhores salários, terra para trabalhar, saneamento e moradia, transporte, posto de saúde, creches, educação, eleições diretas em todos os níveis e coroamento da transição para uma democracia não apenas representativa, mas participativa pela superação das condições de extrema desigualdade sociais vigentes. (CIAVATTA, 2002, p. 94)

Outrossim, é válido ressaltar que a sociedade civil em geral pasteuriza os conflitos, num processo de disputa política e ideológica no seio da sociedade, tendo em vista a heterogeneidade de práticas e interesses divergentes. Desse modo, forças sociais antagônicas posicionam-se, visando a manutenção dos interesses historicamente hegemônicos e dominantes, em contraposição, as forças que defendem a ruptura e a emancipação econômica, política e social.

Com efeito, papéis sociais e políticos desempenhados pelos diferentes setores não são em absoluto rígidos, mas vão se delineando em meio às contradições e aos conflitos de interesses manifestos nas sociedades política e civil. A implementação de políticas sociais, em especial, para a educação infantil requer a observância dos projetos em disputa no interior da própria sociedade civil e o fortalecimento dos setores comprometidos com as causas populares.

A democratização da educação pressupõe a superação da retórica e sua efetiva (e não relativa) materialização, perpassando, necessariamente, pela democratização da educação infantil. Sendo assim, pensar esse processo implica, dentre outras questões, identificar qual projeto de sociedade esteve (está) em jogo e qual o sentido das ações propostas. A defesa de um projeto de educação infantil para as crianças de zero a seis anos se dá na arena política e no campo social. Razão pela qual desmitificar a natureza antagônica de projetos que se apresentam em nome de interesses comuns é fundamental para evidenciar os conflitos em torno das visões de sociedade, de educação, de homem/mulher, bem como as concepções de criança e infância, de educação infantil e do papel das instituições que atendem as crianças de zero a seis anos.

Ao se referir à transição da educação Ciavatta (2002) afirma que, na década de 1980, esta se deu pela via institucional, através do registro histórico de dois movimentos. O das elites, dos intelectuais e dos governantes, definindo, de cima para baixo, os recursos para educação, as leis e diretrizes num “processo de muita aparência e pouca efetividade para a solução dos problemas básicos da educação (analfabetismo, exclusão, repetência, más condições do aparelho escolar, baixos salários, desqualificação do magistério)”. (CIAVATTA, 2002, p. 95).

Do mesmo modo, as demandas na área de educação referiram-se “a todos os níveis educacionais e, também, os serviços de creches, profissionalização, melhoria das condições das escolas, recuperação da carreira do professor” (Idem). Nos anos 90, as demandas voltaram-se para o ensino fundamental e médio (educação básica), com crescente ameaça ao ensino superior público e gratuito. A autora ainda ressalta que em “todas as épocas, os setores mais conscientes da sociedade têm cobrado do Estado a educação pública e gratuita e a defesa de suas instituições” (Idem.)

O processo de redemocratização do país, que culminou com o fim da ditadura civil-militar, foi seguido de um intenso movimento de mobilização social pela convocação e instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte que permitisse a reconfiguração do Estado brasileiro, através de uma nova Constituição, em 1988. Nesse contexto, o movimento de mulheres elaborou uma proposta para que a educação infantil fosse reconhecida como “direito universal à educação para as crianças de zero a seis anos e um direito de homens e mulheres trabalhadores a terem seus filhos pequenos cuidados e educados em creches e pré-escolas” (ROSEMBERG, 2002, p. 40-41).

No Brasil, a par das conquistas jurídico/político normatizadas na nova Carta Magna de 1988, sua efetiva execução ainda é razão para que a luta dos setores das camadas populares intensifique-se em defesa da democratização da educação pública e para as crianças de zero a cinco anos. Não obstante, a defesa das conquistas asseguradas na Lei Orgânica de Feira de Santana, no que tange à educação infantil, perpassa por uma maior articulação dos movimentos sociais e das camadas populares em defesa de um projeto educacional como vetor de democratização social e político. Isso se refletiu, na prática, em dar maior visibilidade à educação infantil com centralidade ao atendimento em creche, como reconhecimento da especificidade da criança menor de seis anos.

Portanto, assumir a educação infantil como prioridade implica na elaboração de políticas públicas que considere a criança como sujeito de direitos. Isso não apenas no âmbito

da legislação, mas no sentido de que a qualidade pretendida traduza-se em ações que favoreçam a criação de espaços institucionais adequados a uma boa educação, valorizando o corpo docente, dando dignidade ao professor e melhorando as condições de trabalho

Segundo Rosemberg (2002), as políticas educacionais dos países subdesenvolvidos, segue a concepção das instituições ligadas às Nações Unidas, segundo a qual a expansão do ensino infantil deve ser instrumento de combate à pobreza, com baixos custos (com o mínimo de investimentos), dada à prioridade do ensino fundamental. Esta concepção se apresentou, nos anos 1960, nos documentos de organismos internacionais como UNESCO e UNICEF como fundamental na agenda política.

No Brasil, esta orientação encontrou ressonância durante o regime civil-militar e, também, na fase de transição e na defesa da redemocratização do país. Em Feira de Santana, tais ideias encontraram materialidade nas ações governamentais e até mesmo em algumas organizações da sociedade civil que incorporam essa concepção, a exemplo, das associações de bairros e filantrópicas que se organizaram para ofertar educação infantil sem as condições reais necessárias.

Essa concepção viabilizou a “implantação desses modelos de massa com baixo investimento público e teve impacto tanto na extensão do atendimento quanto em sua qualidade” (ROSEMBERG, 2002, p. 38). Desse modo, promoveu-se o crescimento das matrículas, notadamente, para a faixa etária de 4 anos, aumentou do número de professores sem formação (nível inferior ao médio), com retenção das crianças de 7 anos e mais na pré-escola, quando deveriam estar matriculadas no ensino fundamental. A adoção desse modelo de massa com baixo investimento público trouxe alguns desdobramentos, dentre eles a ilusão de que a expansão significou democratização, mas na prática representou apenas a “demografização”, como bem sinaliza Rosemberg (2002).

Com isto, “provocou novos processos de exclusão social, pois as crianças com 7 anos ou mais reprovadas no pré-escolar são mais frequentemente pobres e negras (também um pouco mais de meninos que de meninas ficam retidos na pré-escola) e residentes no Nordeste” (ROSEMBERG, 2002, p. 38), bem como, possibilitou que “a retenção de crianças com 7 anos e mais, pobres e negras, no pré-escolar ocupou vagas de crianças pobres e negras de 0 a 6 anos que poderiam frequentar o pré-escolar” (Idem.).

Desse modo, compreende-se que a política de expansão/demografização do Governo Colbert Martins se aproximou de um modelo de educação de massa, ampliando as vagas em instituições públicas para as crianças de quatro a seis anos, ao mesmo tempo em que era

mantido um atendimento paralelo promovido pelas creches comunitárias e filantrópicas, como alternativa ao pouco investimento na área de educação.

Embora tenha feito uma análise de um contexto mais recente, Campos (2010) chama atenção para o fato dos governantes terem feito a opção por promover políticas de focalização do atendimento nas instituições públicas para as crianças de quatro a cinco anos. As ações implementadas pelo Governo contribuíram para consolidar a duplicidade do atendimento de zero a seis anos, por meio do crescente aumento de associações de bairros, filantrópicas e confessionais e para o enfraquecimento da rede pública municipal.

Nota-se que houve a descontinuidade de atendimento integrado, em andamento, nessas instituições públicas para as crianças menores que seis anos na rede municipal de ensino, em detrimento, de uma política de demografização do atendimento de educação infantil por meio da implantação do Programa de Educação Pré-Escolar, configurando-se em retrocesso.

O ordenamento legal da educação infantil em Feira de Santana na Lei Orgânica do município, que passou a considerar a criança menor que seis anos como sujeito de direitos, distanciou-se da realidade, criando um hiato entre o que foi proclamado e o que efetivamente foi concretizado.

O reconhecimento da criança como sujeitos de direitos, colocou um desafio para os governos, gestores, professores, pais e sociedade civil, exigindo uma política de educação infantil “que vá além da educação recebida pela família e na comunidade, tanto no que diz respeito à profundidade dos conteúdos, quanto à sua abrangência” (OLIVEIRA, 2005, p. 37).

A relação entre o Governo Colbert Martins e as associações se efetivou em meio a contradições e antagonismos, resultando num processo híbrido, onde estas passaram a fazer parte da base de sustentação do seu Programa de governo, uma vez que a própria demanda das comunidades por creches convergia para a política educacional de expansão do atendimento das crianças do pré-escolar equilibrando a divisão de tarefas entre o setor público e tais organizações. Desse modo, o Programa de Governo de Colbert Martins previu a ampliação do provimento de vagas no pré-escolar, em instituições públicas, por meio da expansão dos prédios escolares, mas as condições para seu funcionamento e manutenção não foram asseguradas.

Apesar de todas as contradições existentes nas reivindicações da comunidade e do processo do atendimento das crianças do pré-escolar, pode-se afirmar que os protagonistas nesse processo foram os movimentos de base dos bairros e das comunidades que reivindicaram por creches para colocarem seus filhos. Esse fenômeno não é exclusivo de

Feira de Santana, mas demonstra que os sujeitos implicados com esse processo histórico lutaram por acesso à educação pública, mas também que, na ausência do Estado, se organizam para ofertar.

Nesse sentido, o reconhecimento da importância do papel que essas associações desempenharam ao longo desse tempo, convida-nos a refletir sobre os significados da omissão do poder público na garantia do direito à educação e da assunção dessa responsabilidade pelos setores populares organizados. Aliado a isto, como alerta Rehem (2013), é importante também refletir sobre a falta de controle social, transparência e acompanhamento do trabalho desenvolvido por essas associações. Desse modo, infere-se que esta falta de controle social e transparência constituem-se mecanismos importantes que configuram poder nas mãos de uma coletividade.

Na gestão de Colbert Martins as pré-escolas passaram a ter um grande destaque dada a sua importância política e o impacto social que provocaria nos bairros periféricos, onde foram instaladas. A ruptura com o modelo assistencial e filantrópico significaria, dentre outras questões, romper com o corporativismo e com isso, anular sua estratégia política, dentro de um projeto mais amplo de manter-se no poder.

Com a manutenção do atendimento das crianças de quatro a seis anos nas pré-escolas e um outro tipo de atendimento para as crianças de dois a seis anos nas creches comunitárias e filantrópicas, prevaleceu uma política para educação infantil que aprofundou a seletividade pré-existente na rede, ou seja, aflorando a coexistência de duas concepções de educação infantil. A primeira de cunho assistencialista e compensatória, para as creches comunitárias e filantrópicas e, a segunda, de cunho preparatório para o ensino fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo compreender as características e os marcos operatórios das ações do governo Colbert Martins e seus sentidos como vetor de democratização da educação infantil no período de 1989 a 1992, em Feira de Santana.

Para o alcançar tal objetivo foi delineado um caminho teórico-metodológico que incluiu, além da análise bibliográfica sobre as categorias transição, educação infantil e democratização, a realização de análise de documentos do período, relativos ao tema da educação infantil. Para analisar o cenário local foram considerados documentos, os arquivos da Câmara Municipal, atas, leis e decretos e um relatório do Governo Colbert Martins, bem como documentos de instituições pré-escolares como, atas e projetos políticos pedagógicos. Também foram considerados os periódicos, a Revista Panorama e os jornais Folha do Norte e “O Grito da Terra”. Outros documentos foram sendo incorporados no percurso da pesquisa, por seu conteúdo e relevância histórica, a exemplo de bilhetes, termos de conveniamento, pauta de reunião. Estes últimos foram concedidos por pessoas particulares.

No contato com os sujeitos nas instituições e nos órgãos para localização dos documentos, as pessoas, espontaneamente, falaram de experiências vividas no contexto em que Colbert Martins foi prefeito (1989-1992). Ainda que, como pesquisadora, eu tivesse claro que a pesquisa era de cunho documental e que estava em busca dos documentos, não tive como desprezar essas vozes. Por essa razão, decidimos considerá-las, dado os elementos que estas apresentaram para análise daquele contexto. A opção por não incluímos a entrevista como procedimento metodológico, deu-se em razão do tempo curto para coleta, análise dos dados e escrita da dissertação, e não por desconsiderarmos sua importância.

A pesquisa contribui para situar as ações do governo federal e o papel dos movimentos sociais em defesa da educação infantil num contexto de transição política e educacional. Observou-se que no processo de transição política novas definições foram se constituindo, acirrando as disputas entre os projetos antagônicos de sociedade e de educação, defendidos pelas diferentes forças políticas e sociais no país. O processo de transição envolveu momentos de grandes conflitos e mobilizações por todo país. Contudo, vale ressaltar que nesse processo, buscou-se a construção de consensos, através de mecanismos de negociação como via para a retomada do Estado democrático de direito.

A transição política brasileira engendrou tal processo calcada na suposta conciliação de elementos de dois pólos antagônicos: os setores economicamente dominantes e os setores populares organizados, tornando difícil estabelecer os limites entre os partidos conservadores e progressistas, entre oposição e governo. Essa “modernização conservadora”, construída pelo alto, mas nem por isso, sem pressão social das camadas populares, dos sindicatos, dos movimentos sociais (mulheres, negros, educadores, etc.), possibilitou que as reformas jurídico-institucionais introduzidas na Constituição de 1988, incorporasse avanços em relação aos direitos sociais, em especial para a educação.

O entendimento do contexto de transição política brasileira, pós-ditadura civil-militar e, os meandros para a definição da política educacional nacional, permitiram evidenciar as disputas decorrentes dos projetos antagônicos, os quais se mostraram no âmbito educacional, de um lado, pela defesa de um projeto de educação vinculado aos interesses das camadas populares e movimentos sociais e, por outro, pela defesa de um projeto vinculado aos interesses dos grupos dominantes.

Diante desse cenário, Feira de Santana não ficou fora das mobilizações contra o regime autoritário, assumindo com protagonismo as lutas, tornando-se pólo de resistência no enfrentamento ao regime, inclusive elegendo, mesmo durante a vigência do regime autoritário, vereadores e prefeitos da oposição. Destaca-se nesse contexto reconhecidas lideranças políticas como Francisco Pinto e Colbert Martins que juntos cerram fileiras na luta em defesa da redemocratização do país.

É importante mencionar que a ascensão de Colbert Martins ao poder num segundo mandato, ao mesmo tempo que possuía uma forte base popular, também, representou os interesses de empresários, agropecuaristas, comerciantes. Neste cenário, foi/é importante destacar o papel desempenhado pelas camadas populares organizadas, em especial as associações de bairros, que levantaram a bandeira da resistência ao regime de exceção.

Estas entidades, desde a década de 1960, procuraram construir alternativas ao que estava objetivamente proposto pelo poder público, no que diz respeito à moradia, à infraestrutura dos bairros e aos problemas sociais em geral, buscando garantir participação nas decisões político/administrativas da cidade, como no conteúdo dessas decisões,

A implantação de um Programa de Educação Pré-Escolar em Feira de Santana no segundo mandato do prefeito Colbert Martins, 1989-1992, nos provoca pensar as tensões existentes naquele contexto. Quando Colbert Martins assumiu o governo, também estava em processo a elaboração e aprovação da Lei Orgânica Municipal, nº 37/90. Esta constituiu-se

um marco operatório importante para a vida política do município de Feira de Santana e ofereceu embasamento legal para as ações efetivas de seu governo. No entanto, a discussão sobre as políticas educacionais para a infância não perpassa apenas por estes aspectos normativos e jurídicos da questão, uma vez que envolve a discussão e a assunção de projetos de sociedade, educação, homem e mulher que se quer construir.

Desta maneira, a educação infantil, considerada como a fase que compreende o atendimento das crianças de zero a seis anos, em instituições creches e pré-escolas, deverá atendê-las em suas especificidades e em suas múltiplas dimensões física, emocional, social e cultural.

Ao analisar a Lei Orgânica 37/1990, constata-se que as diretrizes são permeadas por ambiguidades quanto ao tipo de atendimento a ser ofertado em pré-escolas ou creches. Assim, embora exista um artigo dedicado ao ordenamento do atendimento das crianças menores que seis anos, com a perspectiva de assegurar, nas instituições públicas, ensino público, gratuito e de qualidade, com acompanhamento de profissionais qualificados, espaços físicos adequados para a faixa etária este mesmo texto não explicita que esta é uma atividade exclusiva de instituições de educação.

A prerrogativa legal que assegura uma política educacional para as crianças, articulada com creches comunitárias e filantrópicas, indica as reais intenções desse ordenamento. A oferta desse atendimento de educação infantil, na prática, continuou sendo assumida pelas associações. Tal ambiguidade na Lei expõe que uma parcela significativa das crianças permaneceu nas creches comunitárias e filantrópicas.

Outro aspecto que merece destaque em nossa pesquisa é o fato de que Colbert Martins, quando se elegeu prefeito do município, contou com o apoio e o entusiasmo de lideranças políticas de base popular, enraizadas nas associações comunitárias. Em seu programa de governo elegeu que na área de educação sua maior prioridade seria a educação infantil. Implantou no município o Programa Educação Pré-Escolar, cuja linhas de ações definiram um novo ordenamento para o atendimento de educação infantil para as crianças menores que seis anos. Para tal foram construídos 06 prédios novos e os 04 prédios existentes foram adaptados. Houve também a instituição de equipe pedagógica na Secretaria Municipal de Educação para orientação e supervisão do trabalho dos professores com base no modelo da Creche Dagmar Silva, instituição mantida pela Associação de Promoção Humana. Apesar do Estatuto do Magistério, aprovado em 1987, promover a realização de eleições para diretores de escolas a partir de 1989, o prefeito optou por manter a indicação política dos diretores.

Assim, foi possível compreender que a política de educação infantil do Governo Colbert Martins não rompeu com o modelo assistencial e compensatório existente na rede municipal promovido pelas creches comunitárias e filantrópicas. Ao contrário, contribuiu para que estas se fortalecessem e se expandissem. Com efeito, estas instituições, mantidas por meio da assistência, sobreviveram por meio de doações e das relações de conveniamento com o poder público. Pode-se inferir daí a precarização do atendimento proposto por essas associações.

O conceito de democratização assumido nesse estudo é identificado como a universalização gratuita do ensino em todos os níveis da educação e sua garantia, necessariamente, incorpora formas concretas na sociedade tendo como valor universal o processo de socialização da participação política como manifestação da democracia, renovável e aprofundável, como meio e fim.

Corroboro com a ideia defendida por Silva (2006), que é necessário haver desejo para que a democratização da educação se efetive, experimentá-la e dizer o que se quer por democracia, o que exigirá práticas que a façam brotar. Sendo assim, a expansão do pré-escolar em Feira de Santana não significou necessariamente rupturas nos destinos da educação infantil porque a expansão quantitativa das matrículas, embora fosse um passo importante, não foi e não é suficiente para consubstanciar a democratização da educação.

As ações do governo, todavia, tiveram como eixo central a expansão das matrículas das crianças de quatro a seis anos em instituições públicas, ao mesmo tempo que colaboraram para acentuar a seletividade das crianças na rede municipal de ensino ao excluir às crianças menores que quatro anos, as quais já vinham sendo atendidas nas 04 creches públicas criadas no Governo José Falcão da Silva (1983-1988), tendo em vista que não era prioridade no Programa Educação Pré-Escolar do governo, manter as menores que quatro anos com o novo ordenamento da educação infantil. Isto levou a um processo de expansão do acesso com muitas limitações políticas e que ajudou a reforçar o modelo de expansão inspirado na “demografização” da educação infantil, como analisado por Rosemberg (2002).

A perspicácia política do governo Colbert Martins, todavia, criou-se a falsa consciência na sociedade de que foi durante esse período que a educação infantil passou a ter maior atenção, por meio do Programa de Educação Pré-Escolar. Cabe destacar que o governo, portanto, não inovou ao expandir o atendimento das crianças dos quatro a seis anos, pois estas já estavam sendo atendidas na rede municipal em creches públicas criadas no governo José Falcão da Silva. Contudo, há que se considerar que o governo Colbert encontrava-se

sintonizado com os debates e as lutas não só locais, mas também no cenário nacional. Dessa maneira, como político experiente, percebeu a força da assunção (de parte) da agenda em torno da educação infantil e soube capitalizar isto para seu Governo, posto que as próprias bases populares locais apontavam a falta de creches e pré-escolas em Feira de Santana. Explorar essas expectativas, portanto, não era uma invenção sua, mas foi um elemento importante para reforçar a imagem do político que se propunha a governar com o povo, fazendo o Governo da Gente.

Esse entendimento equivocado contribuiu para arrefecer as lutas dos movimentos sociais (associações de bairros, movimento de mulheres) em defesa da educação pública, em especial, da educação infantil.

Note-se que as lutas sociais em torno do atendimento das crianças pequenas já estavam postas no município há algum tempo e em sua primeira gestão Colbert Martins (1977-1982) fez a opção política de não dar prioridade à educação infantil. Esse debate já se apresentava no cenário nacional e local, inclusive as notícias publicadas no Jornal “O Grito da Terra”. Publicações em 1981 e 1982, já mostravam que as associações estavam se organizando para ofertar o atendimento de educação pré-escolar (entendida como todo atendimento prestado à criança menor que sete anos) dada a inexistência desse tipo de atendimento na rede municipal. Para um governo que se elegeu com o apoio das bases populares Colbert Martins demonstrou como líder populista que nem sempre os interesses das massas se traduzem em ações concretas. Desse modo, o “Governo da Gente” que se propôs a governar com e para o povo, limita-se a governar em nome do povo.

Com relação às creches comunitárias e filantrópicas, verifica-se que a política adotada pelo governo Colbert Martins não afetou o funcionamento dessas instituições, as quais, mantiveram o atendimento das crianças, especialmente na faixa etária de dois a quatro anos. Com isto, a rede municipal de ensino reforçou a coexistência de tipificações diferenciadas do atendimento às crianças, ficando composta da seguinte maneira: de um lado as pré-escolas públicas, para as crianças de quatro a seis anos, em tempo parcial; de outro, as creches comunitárias, vinculadas às associações de bairros, com atendimento de dois a seis anos, em tempo integral. Nas creches filantrópicas, também vinculadas às associações, o atendimento de três a seis anos, em tempo parcial. O último tipo também se dava nas escolas de primeiro grau, da zona rural, com a formação de classes multidades, abrangendo as crianças de quatro a sete anos.

As tipificações no atendimento dificultaram o acompanhamento do trabalho realizado pelas pré-escolas e creches, estas últimas vinculadas na, então, Secretaria de Desenvolvimento Comunitário de Feira de Santana. Um aspecto importante para se destacar é que quando estamos discutindo o tipo de atendimento não se pode deixar de pensar nos sujeitos que estão sendo beneficiados: as crianças.

Neste cenário, se é verdade que as associações comunitárias dos bairros populares (cumprindo efetivamente seu papel político e social transformador), no passado promoverem algum tipo de mudanças no cotidiano de suas próprias vidas e da forma política de administrar a cidade (constrangendo a estrutura tradicional de poder), pois elas não estavam, necessariamente, vinculadas ao projeto de dominação social, por outro, pode-se constatar que a partir do governo Colbert Martins essas entidades estabeleceram uma relação dependente e representativa dos grupos que estavam no poder, se distanciando dos seus fins. Paradoxalmente, nos anos mais recentes, num contexto mais democrático, elas serviram de instrumentos para a consolidação da forma tradicional de poder executadas pela classe dominante e seus governos. Isto frustrou a construção de um projeto social mais amplo que contribuísse para uma transformação estrutural da sociedade.

Um aspecto interessante a ser considerado é que enquanto as creches comunitárias, por meio das associações de bairros, sob orientação do MOC, buscaram desenvolver um trabalho de gestão tendo por princípio a participação política da comunidade, paralelamente, considerando o próprio movimento histórico, os dois Governos ignoraram este modelo de gestão, levando gradativamente ao silenciamento desses sujeitos ao ignorarem sua legítima forma de participação. Com isso, não se está fazendo a defesa de que existe neutralidade e as ações praticadas por essas organizações são despreziosas, porém há de se convir que estas cumpriram um papel importante na luta por educação, quando estas ainda preocupavam-se em debater os problemas da cidade, entendendo-os como de sua responsabilidade e não apenas dos Governos, isso inclui, os problemas sociais, dentre eles a educação.

Pode-se concluir, então, que o Governo Colbert Martins foi assinalado por elementos como populismo e hibridismo político, marcado pela confluência e coexistência de interesses dos diferentes grupos políticos e setores da sociedade civil que contribuíram para a fragmentação e concentração de poder em algumas lideranças, despolitização de alguns grupos ou setores vinculados às camadas populares. Deste modo o governo exerceu uma forte dominação política, sendo o controle dos processos de mobilização (especialmente das pautas de reivindicação) e o provimento de algumas das demandas populares, uma estratégia eficaz,

permitindo a realização de um “jogo” em que o líder político alimentava a imagem do administrador democrático e popular, capaz de atender todos os problemas e necessidades dos mais pobres e humildes. Do ponto de vista da construção e distribuição das instituições educacionais, o estreitamento na definição das diretrizes políticas para a educação infantil durante sua gestão, possibilitou a dubiedade na oferta dentro da própria rede municipal, uma vez que tais instituições públicas de educação infantil ficaram concentradas nos centros urbanos, com a existência de algumas poucas instituições situadas na sede dos distritos.

Em consonância com o que foi defendido por Kramer (1992), a definição de políticas para a educação infantil deve considerar alguns pressupostos básicos: que as crianças como cidadãs, indivíduos sociais com direitos que devem ser atendidos pelo Estado; reconhecer que sua condição de crianças é historicamente situada, pertencente a diferentes classes sociais e que são produtoras e influenciadas por cultura e etnia; defender a qualidade da educação das crianças de zero a seis, implica considerar o princípio da igualdade para a diversidade de populações infantis; haver igualmente incentivo à produção de conhecimentos que possam informar tanto a elaboração de uma sólida política de atendimento à criança, como orientar a exigência, a implantação e a avaliação dos Programas, ou seja, faz-se necessário o apoio à pesquisa, considerando a elaboração de propostas curriculares e a política de formação inicial e em serviço de professores e profissionais que atuam junto às crianças; e por fim, concretizar uma política para a infância implica em garantir planos de carreira, salários e condições de trabalho, bem como desenvolver formas democráticas de gestão, “substituindo-se o uso da população – tão frequente nos programas demagógicos, de baixo custo para o Estado mas de alto custo para as famílias, como os que tínhamos na década de 80 – pela participação efetiva da população nos processos decisórios, na gestão”. (KRAMER, 1992, p. 128).

Sobre a participação das associações de bairros, dados os limites desta investigação não foi possível compreender os possíveis processos de transformismo pelo qual elas passaram e o que efetivamente conduziram-na ao arrefecimento das lutas. Isto anuncia-se como novas possibilidades de estudos que possam iluminar em que medida essas organizações se submetem ao jogo do poder em defesa de projeto coletivo de sociedade, em detrimento do favorecimento do poder político de lideranças políticas partidárias e se tornam base de sustentação política de projetos políticos pessoais.

Esse conjunto de elementos evidenciaram que não há um modelo acabado de política de educação a ser empreendido, mas a possibilidade de construí-lo, implica a participação dos sujeitos e os projetos que eles representam. Desse modo, compreende-se que as formas de

diferentes encaminhamentos podem gerar também soluções diferenciadas a depender do que está no jogo político: poder, popularidade, finalidades, resultados obtidos com as ações governamentais. Este, porém, não é um jogo fácil; mas que depende da correlação de forças dos jogadores, dos interesses em disputa e capacidade política de evidenciar ou invisibilizar os reais projetos dos protagonistas em ação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Beatriz Carmo Lima de. A instituição creche: apontamentos sobre sua história e papel. **Nuances**, Vol. VII, Setembro de 2001.

ALMEIDA, Márcia Tereza Fonseca. **O brincar em casa e na escola**: um estudo sob a perspectiva de crianças de uma pré-escola pública. 2010. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

BRASIL. Ações: período 85/90. Ministério da Educação, 1990.

_____. **Lei n.º 5.540 de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

_____. Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Fixa as Diretrizes da Educação Nacional.

_____. **Lei n.º 5692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

_____. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

_____. Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e do adolescente. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Resultados Finais do Censo Escolar, Bahia**. Brasília: INEP, 2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Programa Nacional da Educação Pré-Escolar**. Ministério da Educação, 1981.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: n.º 5692/71**. Brasília :1971.

_____. **Ato Institucional n.º 2**. Brasília: Senado Federal, 1965.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: n.º 4024/61**. Brasília :1961

_____. Lei n.º 91, 28 de agosto de 1935. Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 04 set. 1935.

BRASLAVSKY, Cecília. Evolución de los sistemas educativos em los procesos de transición a la democracia. *In: UNESCO/OREALC. Educación em la transición a la democracia: casos de Argentina, Brasil e Uruguay.* Santiago, Chile, 1989, p. 11-33.

CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli (Orgs.). **Continuidade e mudança no Brasil da Nova República.** São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1989.

CAMPOS, Roselane Fátima. Democratização da educação infantil: as concepções e políticas em debate. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 7, p. 299-311, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 27 mar. 2014.

CAMPOS, Maria Malta. A legislação, as políticas nacionais de educação infantil e a realidade: desencontros e desafios. *In: MACHADO, Maria Lúcia A. Encontros e Desencontros em Educação Infantil*, 2 ed, São Paulo: Cortez, 2005, p. 27-34.

_____. A constituinte e a educação das crianças de zero a seis anos. **Cad. Pesq (59)** São Paulo, 57-65, novembro, 1986.

_____. Pré-Escola: entre a educação e o assistencialismo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 53, p. 21-24, maio 1985.

CASTRO, Selma Barros Daltro de. **Sistema Municipal de Educação: uma análise histórica em Feira de Santana no período de 1990 a 1998.** 2011. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

CIAVATTA, Maria. A construção da democracia no pós-ditadura militar: políticas e planos educacionais no Brasil. *In: FÁVERO, Osmar. SEMERARO, Giovanni (Orgs.). Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p.87 - 104.

COLBERT anuncia primeiros secretários. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana, n. 4.199, 10 dez. 1988. Brasil, p. 08.

COSTA, M. Criar o público não estatal ou tornar público o estatal? Dilemas da educação em meio à crise do Estado. **Revista Brasileira de Educação.** Set/Out/Nov/Dez 2001. n. 18, p. 41-51.

COUTINHO, Carlos Nelson (org.) **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos: 1916-1935.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. O Estado brasileiro: gênese, crise e alternativas. *In: LIMA, Júlio César F.; NEVES, Lúcia Maria W. (Org.). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006.

_____. A democracia na batalha das ideias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. *In: FÁVERO, Osmar; SEMERATO, Giovanni (Orgs.). Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 11-40

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, julho/ 2002.

DEGRAUS para o poder. **Revista Panorama**. 1989. Feira de Santana, ano 6, n. 115, p. 12-18, jan. 1989.

FEIRA DE SANTANA. **Administração Colbert Martins, 1989-1992**. Feira de Santana. s/d. (Relatório informativo).

_____. **Lei nº 1.349, de 28 de dezembro de 1990**. Introduz alterações na estrutura da administração pública do município de Feira de Santana, dispõe sobre a extinção, criação e alteração de órgãos, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 1.328, de 19 de dezembro de 1990**. Institui o Plano Plurianual do município de Feira de Santana para o triênio orçamentário 1991/1993,1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/1990/133/1328/lei-ordinaria-n-1328-1990-institui-o-plano-plurianual-do-municipio-de-feira-de-santana-para-o-trienio-orcamentario-de-1991-1993?q=1.328>. Acesso 15 out. 2013

_____. **Lei nº 1.265, de 18 de junho 1990**. Autoriza o poder público municipal a firmar convênio com entidades públicas e particulares.

_____. **Lei nº 37, de 05 de abril de 1990**. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Município. Feira de Santana, Ba, 05 de abr. 1990. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/lei-organica/feiradesantana-ba/328>. Acesso 15 out. 2013.

_____. Câmara Municipal. **Ata Ordinária da 62ª Sessão**, 1989.

_____. Câmara Municipal. **Lei nº 1077, de 30 de dezembro de 1987**. Dispõe sobre a criação do "arquivo público municipal", e dá outras providências. 1987.

_____. **Lei nº 919, 12 de abril de 1983**. Introduz alterações na estrutura da administração pública do município de Feira de Santana, dispõe sobre a extinção, criação e alteração de órgãos, e dá outras providências. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/1983/92/919/lei-ordinaria-n-919-1983-altera-dispositivos-das-leis-n-627-de-25-de-junho-de-1969-e-de-n-860-de-30-de-maio-de-1979-majora-os-vencimentos-dos-funcionarios-municipais-dos-poderes-executivo-e-legislativo-e-da-outras-providencias?q=Sa%FAde>>. Acesso em: 10 fev. 2015

FERREIRA, Luiz A. M. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o professor: reflexos na sua formação e atuação** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FLEURY, Maria das Graças. Há uma Criança Dentro da Professora? *In*: Oliveira, Zilma de Moraes Ramos. **Educação Infantil: muitos olhares**. 5 ed. Porto Alegre: Cortez, 2001.

FONTES, Virginia. **A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980**. Disponível em <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF8#q=a%20sociedade%20civil%20no%20brasil%20contempor%20c3%82neo%20lutas%20sociais%20e%20luta%20te%20c3%93rica%20na%20d%20c3%89cada%20de%201980>. Acesso em: 09 out. 2014

- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4 ed. rev. São Paulo: Moraes, 1980.
- GALEÃO, Sinval. Os conjuntos e os bairros de hoje. **O Grito da Terra**. Feira de Santana, ano 1, n. 1, p. 7, dez. 1981.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 09 de out. 2014.
- GOVERNO para o povo. **O Grito da Terra**. Feira de Santana, ano 1, ano n. 2, jan. 1982, p.2.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro: 2006.
- HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, novembro/2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>
- IANNI, Octávio. **A formação do Estado populista na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.
- INAUGURAÇÕES amanhã no bairro Parque Ipê. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, n. 4.265, 31 mar. 1990. Brasil, p. 02.
- KERN, Daniela. O conceito de hibridismo ontem e hoje: ruptura e contato. **MÉTIS: história & cultura** – v. 3, n. 6, p. 53-70, jul./dez. 2004.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. A pré-escola na República. **Pró-posições**. Campinas, SP, n. 3, p. 55-66, dez, 1990.
- KRAMER, Sonia; Nunes, Maria Fernanda. Gestão pública, formação e identidade de profissionais de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 131, maio/ago. 2007 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n131/a1037131.pdf>. Acesso em 24. Ago. 2015.
- _____. A infância e sua singularidade. *In*: BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília, DF: FNDE, Estação Gráfica, 2006a.
- _____. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006b.
- _____. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**, 4 ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. O papel social da pré-escola pública: contribuições para um debate. *In*: SOUZA, Solange Jobim e; KRAMER, Sonia. **Educação Ou Tutela? A criança de 0 a 6 anos**. São Paulo: Edições Loyola, 1991, p. 49-57.

KUHLMANN Jr. Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LEMUS, María de La Luz Arriaga. Democratização da educação. *In*: OLIVEIRA, D. A. DUARTE, A.M. C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

LIMA, Vera Lúcia. Notícias da Associação de Moradores de Santo Antônio do Prazeres: AMOSAP. **O Grito da Terra**. Feira de Santana, ano 1, n. 1, p. 7, dez. 1981.

LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco. A influência do UNICEF e da UNESCO na educação infantil brasileira contemporânea. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.35, p.126-140, set.2009.

MATRÍCULAS na rede municipal até dia 28. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, n. 4. 358, 22 fev. 1992. Brasil, p. 3.

MEMORIAL do PMDB pede obras para Feira de Santana. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, n. 4.158, 27 fev.1988. Brasil, p.1.

MINAYO, M. C. DE S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses hegemônicos na margem da periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**. 2009. 200f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **Relatório Anual: gestão 1984**. Feira de Santana, 1984.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **Relatório Anual: gestão 1988**. Feira de Santana, 1988.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **Relatório Anual: gestão 1988**. Feira de Santana, 1989.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **Relatório Anual: gestão 1988**. Feira de Santana, 1990.

NASCIMENTO, Maria Zilma Barbosa. Notícias da Associação dos Moradores do Jardim Cruzeiro. **O Grito da Terra**. Feira de Santana, ano 1, n. 1, p. 7, dez. 1981.

OBRAS beneficiarão Novo Horizonte. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, n. 4.289, 15 set. 1990. Brasil, p. 10.

OLIVEIRA, Stela Maris Lagos. A legislação e as políticas nacionais para a educação infantil: avanços, vazios e desvios. *In*: MACHADO, Maria Lúcia A. **Encontros e Desencontros em Educação Infantil**, 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 35-42.

PÁDUA, Elisabeth M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 17 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

PALUMBO, D. J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. *In*: **Política de capacitação dos profissionais da educação**. Belo Horizonte: FAE/IRHJP, 1989. p. 35-61. (Original: PALUMBO, Dennis J. Public Policy in América. Government in Action. 2 ed. Tradução: Adriana Farah. Harcourt Brace & Company, 1994. Cap. 1, p. 8-29).

PARO, Vitor H. **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Parem de preparar para o trabalho!!! – Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. _____ *In*: Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001, p. 13-31.

PMDB reivindica obras para Feira. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, n. 4.158, 27 fev. 1988. Brasil, p. 03.

PREFEITURA constrói três escolas e asfaltas ruas. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, n. 4.284, 11 ago. 1990. Brasil, p. 03.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. Pré-Escola Municipal Dr. Alberto Oliveira. **Ata da reunião realizada no dia 22 de abril de 1991**. Livro 01, p. 1.

REHEM, Fani Quitéria Nascimento. “**Coisa de pobre**”: política de educação infantil em Feira de Santana-Ba (@001-2008). 2013. 241f. Tese (Doutorado em Política Social) –Pós-Graduação em Política Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 91 de 28 de agosto de 1935**. Determina regras pelas quais são sociedades declaradas de utilidade pública.

ROSEMBERG, Fúlvia. Panorama da educação infantil brasileira contemporânea. *In*: Simpósio Educação Infantil: construindo o presente. Brasília, **Anais**. Brasília: UNESCO, 2003. p. 33-81.

_____. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, março/ 2002.

_____. A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. **Cad. Pesq.** n. 82, p. 21-30, ago. 1992.

_____. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil. **Cad. Pesq.**, São Paulo (51): 73-79, nov. 1984.

SÁ, Amália Paraguassu de. Fala Mulher. **O Grito da Terra**. Feira de Santana, ano 1, n. 3, p. 4, mar. 1982.

- SANTIAGO, Elô. Lei orgânica. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, n. 4.255, p. 07, 20 jan.1990.
- SANTOS, Igor Gomes. **Na Contramão do Sentido: origens e trajetória do PT de Feira de Santana- Bahia (1979-2000)**. 2007. 323f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- SIMAS, Adilson. Comprado não é roubado. **Tribuna Feirense**. Feira de Santana, 10 ago. 2015. Disponível em <http://www.tribunafeirense.com.br/coluna/16/3/adilson-simas> Acesso em 06 set. 2015.
- SILVA, Antonia Almeida. **Estrutura e funcionamento do ensino -continuidades e rupturas do ensino fundamental**. 1999. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.
- _____. Democracia e democratização da educação: primeiras aproximações a partir da teoria do valor. In: PARO, Vitor Henrique (Org.). **A teoria do valor em Marx e a educação**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 11-31.
- SILVA, Mirna Ribeiro Lima da. **Trabalho docente em Feira de Santana - BA (2001-2004): precarização e profissionalização**. 2008. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- SILVA, R. B. Educação comunitária: além do estado e do mercado? **Cadernos de Pesquisa**, n. 112, p. 85-99, mar. 2001.
- SOARES, Márcia Torres Neri. **Programa de Educação Inclusiva Direito à Diversidade: estudo de caso sobre estratégia de multiplicação das políticas públicas**. 2010. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- SOTO, Ana Paula Oliveira Moraes. **Programa Educação inclusiva direito à diversidade - proposição/implementação no município de Feira de Santana-BA**. 2011. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- SOUZA, Solange Jobim. Tendências e fatos na política da educação pré-escolar. In. SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sonia. **Educação ou tutela: a criança de 0 a 6 anos**, São Paulo; Paulinas, 1991.
- TRÊS décadas de vitórias. **Revista Panorama**. 1989. Feira de Santana, ano 6, n. 115, p. 3-9, jan. 1989.
- TRINDADE, Syomara Assuite. **Experiências formativas de professoras na construção da proposta curricular da escola de educação infantil: um estudo de caso na construção da proposta curricular para a rede pública municipal de Feira de Santana**. 2011. 174f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

UZÊDA, Leomárcia Caffé De Oliveira. **De babás de luxo a professoras: narrativas (auto) biográficas, formação e docência na educação infantil**. 2007. 199f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política Educacional em Tempos de Transição (1985-1995)**. 1998. Tese (Título Professor Titular) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1998.

_____; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. 3 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2011.

VIEIRA, Valter. **Colbert Martins um político íntegro que trabalhou para o povo**. Feira de Santana. 09 nov. 2013. Disponível em <<http://www.valtervieira.com.br/noticia/feira-de-santana/31680/colbert-martins-um-politico-integro-que-trabalhou-para-o-povo#sthash.pLxGD7FY.dpuf>>. Acesso em 28 ago. 2015.

APÊNDICES

**APÊNDICE A: Lista de associações de moradores, comunitárias ou confessionais –
Governo Colbert Martins da Silva 1989-1992**

Lei	Autoria	Bairro	Objeto	Observações
1. Nº 1.169, 28 de março de 1989	Vereador João Batista de Cerqueira	Av. Maria Quitéria - Centro	Torna utilidade pública Associação Beneficente Deus é Amor	
2. Nº 1.187, 23 de junho de 1989	Vereador Hosannah Leite	Sobradinho	Torna utilidade pública Associação de Moradores do Bairro do Sobradinho	Entidade sem fins lucrativos
3. Nº 1.209, 21 de novembro de 1989	Vereador Hosannah Leite	Pampalona	Torna utilidade pública Escola Comunitária de 1º grau Prof. Maria Crispina	
4. Nº 1.213, 01 de dezembro de 1989	Vereadora Norma Suely de Oliveira Mascarenhas	Jardim Cruzeiro	Torna utilidade pública Associação dos Sem-Teto de Feira de Santana	
5. Nº 1.226, 21 de novembro de 1989	Vereador Hosannah Leite	Mangabeira	Torna utilidade pública Associação Comunitária da Avenida Anchieta - ACOMAN	
6. Nº 1.227, 12 de dezembro de 1989	Vereador Roberto Rubens de Jesus	Distrito de Maria Quitéria	Torna utilidade pública Associação de Desenvolvimento Comunitário de Pé de Serra, com sede no Distrito Maria Quitéria	Sem fins lucrativos, criada para prestar serviço sócio- comunitário aos moradores de Vila Guimarães na zona urbana da sede de Pé de Serra
7. Nº 1.228,	Vereador Roberto	Queimadinha	Torna utilidade	

12 de dezembro de 1989	Rubens de Jesus		pública Associação Beneficente Bairro da Queimadinha	
8. Nº 1.229, 12 de dezembro de 1989	Vereador Hosannah Leite	Campo do Gado	Torna utilidade pública União Legionária Campo do Gado	
9. Nº 1.230, 12 de dezembro de 1989	Vereador Hosannah Leite	Eucaliptos	Torna utilidade pública Associação Desportiva Comunitária Astro	
10. Nº 1.231, 12 de dezembro de 1989	Vereador Otaviano Ferreira Campos	Aviário	Torna utilidade pública Centro Espírita Caminho da Verdade	
11. Nº 1.233, 12 de dezembro de 1989	Vereador Liomar Ferreira da Silva	Parque Panorama	Torna utilidade pública Associação de Proteção aos Menores do Parque Panorama	
12. Nº 1.236, 04 de abril de 1990	Vereador Manoel Oliveira Amorim	Sobradinho	Torna utilidade pública Associação Unidas Venceremos da Primavera	
13. Nº 1.239, 06 de abril de 1990	Vereador Manoel Messias Gonzaga	Rua Gaiivota	Torna utilidade pública Associação dos Moradores do Bairro do Campo do Gado	
14. Nº 1.242, 19 de abril de 1990	Vereador Nantes Bellas Vieira	Estrada do Calundu, Lagoa do Peixe	Torna utilidade pública Associação Comunitária Nossa Senhora das Candeias	
15. Nº 1.243, 19 de abril de 1990	Vereador Hosannah Leite	Conj. João Marinho Falcão	Torna utilidade pública Sociedade Espírita Chico Xavier	
16. Nº 1.244, 19 de abril de 1990	Vereador Celso Pereira	Jardim Cruzeiro	Torna utilidade pública Associação União	

			e Força	
17. Nº 1.245, 19 de abril de 1990	Vereador José Bartolomeu Ribeiro Pondé	Jardim Cruzeiro	Torna utilidade pública Instituição Desafio Jovem Cristo Liberta	
18. Nº 1.246, 19 de abril de 1990	Vereador José Bartolomeu Ribeiro Pondé	Brasília	Torna utilidade pública Associação Cristo Redentor - ASCOCRE	
19. Nº 1.248, 19 de abril de 1990	Vereador Celso Pereira	Rua Nova	Torna utilidade pública Sociedade Beneficente de Assistência Social de Feira de Santana	
20. Nº 1.250, 19 de abril de 1990	Vereador Hosannah Leite	Conj. João Durval Carneiro	Torna utilidade pública Grupo de Assistência Social 13 de maio	
21. Nº 1.252, 25 de abril de 1990	Vereador Hosannah Leite	Santa Luzia	Torna utilidade pública Associação de Moradores do Bairro de Santa Luzia	
22. Nº 1.254, 27 de abril de 1990	Vereador Hosannah Leite	Conj. João Marinho Falcão	Torna utilidade pública Voluntárias Sociais do Conjunto João Marinho Falcão	
23. Nº 1.255, 27 de abril de 1990	Vereador Celso Pereira	Aviário	Torna utilidade pública Associação de Moradores Lírio dos Campos do Bairro Aviário	
24. Nº 1.256, 27 de abril de 1990	Vereador José Bartolomeu Ribeiro Pondé	Parque Ipê	Torna utilidade pública Associação Amigas Unidas Sol Nascente	
25. Nº 1.257, 27 de abril de 1990	Vereador Manoel Messias Gonzaga	Distrito de Maria Quitéria	Torna utilidade pública Associação dos Moradores da Fazenda Cajueiro	
26. Nº 1.258,	Vereador Manoel	Centro	Torna utilidade	Sem fins

25 de maio de 1990	Messias Gonzaga		pública Associação de Moradores do Bairro dos Olhos D'Água e Adjacências	lucrativos
27. Nº 1.259, 25 de abril de 1990	Vereador Celso Pereira	Conj. Morada das Árvores	Torna utilidade pública Associação de Assistência Social Cristã do Sétimo Dia	
28. Nº 1.261, 25 de maio de 1990	Vereador Celso Pereira	Ponto Central	Torna utilidade pública Sociedade Beneficente Filadélfia	Entidade filantrópica, sem fins lucrativos
29. Nº 1.263, 25 de maio de 1990	Vereador Luiz Roberto da Silva Tourinho	Asa Branca	Torna utilidade pública Associação dos Moradores do Bairro da Asa Branca	
30. Nº 1.271, 20 de agosto de 1990	Vereador Otaviano Ferreira Campos	Chácara São Cosme	Torna utilidade pública Associação de Moradores do Bairro Chácara São Cosme	Entidade privada, sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para prestação de serviço sócio-comunitário dos moradores da Chácara São Cosme e comunidade circunvizinha
31. Nº 1.272, 20 de agosto de 1990	Vereador José Flantildes R. de Oliveira	Chácara São Cosme	Torna utilidade pública Obra Assistencial Chácara São Cosme	Entidade sem fins lucrativos, Finalidade dar gratuitamente assistência social, médica, educativa e cultural a todas as pessoas necessitadas do Bairro Chácara São Cosme
32. Nº 1.274,	Vereador	Mangabeira	Torna utilidade	

20 de agosto de 1990	Hosannah Leite		pública Grupo Fraternal Espírita Mãos Unidas	
33. Nº 1.276, 12 de setembro de 1990	Vereador Manoel Messias Gonzaga	Estação Nova	Torna utilidade pública Associação Caminhada Para Cristo	
34. Nº 1.277, 12 de setembro de 1990	Vereador Liomar Ferreira da Silva	Jardim Acácia	Torna utilidade pública Associação dos Moradores do Bairro Jardim Acácia	
35. Nº 1.279, 14 de setembro de 1990	Vereador Hosannah Leite	Campo Limpo	Torna utilidade pública Associação de Moradores do Pau de Léguas	
36. Nº 1.281, 25 de setembro de 1990	Vereador José Dias	Jardim Cruzeiro	Torna utilidade pública Associação Beneficente Comunitária	
37. Nº 1.282, 26 de setembro de 1990	Vereador Roberto Luiz da Silva Tourinho	Mangabeira	Torna utilidade pública Associação dos Moradores da Mangabeira	Entidade sem fins lucrativos
38. Nº 1.284, 26 de setembro de 1990	Vereador Nantes Bellas Vieira	Conj. João Durval Carneiro	Torna utilidade pública Associação de Moradores do Conj. Habitacional João Durval Carneiro	
39. Nº 1.286, 01 de outubro de 1990	Vereador Roberto Rubens de Jesus	Cidade Nova	Torna utilidade pública Associação Raiz de Jesser	
40. Nº 1.287, 01 de outubro de 1990	Vereador Hosannah Leite	Santo Antônio dos Prazeres	Torna utilidade pública Associação dos Moradores de Santo Antônio dos Prazeres	
41. Nº 1.288, 01 de outubro de	Vereador Hosannah Leite	Parque Panorama	Torna utilidade pública Associação dos	

1990			Moradores do Parque Panorama	
42. Nº 1.289, 01 de outubro de 1990	Vereador Otaviano Ferreira Campos	Novo Horizonte	Torna utilidade pública Associação de Moradores do Novo Horizonte	
43. Nº 1.290, 04 de outubro de 1990	Prefeito Colbert Martins	Conceição	Torna utilidade pública Associação Beneficente Projeto Nova Vida	
44. Nº 1.291, 04 de outubro de 1990	Vereador João Batista de Cerqueira	Mangabeira	Torna utilidade pública Clube das Mães Ação Comunitária Invasão da Mangabeira	
45. Nº 1.294, 17 de outubro de 1990	Vereador Hosannah Leite	Jardim Cruzeiro	Torna utilidade pública Associação do Bem Estar	
46. Nº 1.295, 17 de outubro de 1990	Vereador Hosannah Leite	Serraria Brasil	Torna utilidade pública Associação dos Moradores do Bairro Serraria Brasil	
47. Nº 1.296, 17 de outubro de 1990	Vereador Dival Figueiredo Machado	Distrito de Jaíba	Torna utilidade pública Associação de Moradores da Região do Aeroporto - AMORA	
48. Nº 1.297, 17 de outubro de 1990	Vereador Oyama Figueiredo	Estrada de Jaíba	Torna utilidade pública Associação dos Moradores da Comunidade de Araçá, Baixão e Vizinhança	
49. Nº 1.298, 17 de outubro de 1990	Vereador Oyama Figueiredo	Conj. Residencial Feira X	Torna utilidade pública Associação Comunitária do Parque Residencial Feira X	

50. Nº 1.299, 17 de outubro de 1990	Vereador Nantes Bellas Vieira	Eucalipto	Torna utilidade pública Associação do Conj. João Marinho Falcão - JOMAF	
51. Nº 1.302, 21 de outubro de 1990	Vereador Oyama Figueiredo	Conj. George Américo- Campo Limpo	Torna utilidade pública Associação Comunitária da Fraternidade e Bem Estar Social	
52. Nº 1.303, 21 de outubro de 1990	Vereador Celso Pereira	Jardim Cruzeiro	Torna utilidade pública Associação de Desenvolvimento Comunitário de Feira de Santana	
53. Nº 1.310, 05 de novembro de 1990	Vereador Manoel Messias Gonzaga	Distrito de Humildes	Torna utilidade pública Associação de Moradores de Escoval, Camondongo, Quatro Estradas e Adjacências	
54. Nº 1.312, 05 de novembro de 1990	Vereador Liomar Ferreira da Silva	Sobradinho	Torna utilidade pública Entidade Filantrópica Grupo Missão	Entidade sem fins lucrativos
55. Nº 1.313, 05 de novembro de 1990	Vereador Hosannah Leite	Asa Branca	Torna utilidade pública Associação Comunitária do Bairro da Asa Branca	
56. Nº 1.314, 05 de novembro de 1990	Vereador Oyama Figueiredo	Centro	Torna utilidade pública Sociedade Feminina Luz e Fraternidade	
57. Nº 1.315, 05 de novembro de 1990	Vereador Dival Figueiredo Machado	Feira X	Torna utilidade pública Associação Feirense Minhas Crianças de Feira de Santana	
58. Nº 1.317, 09 de novembro	Vereador Liomar Ferreira da Silva	Capuchinhos	Torna utilidade pública Associação	Entidade sem fins lucrativos

de 1990			Comunitária do Bairro dos Capuchinhos	
59. Nº 1.319, 16 de novembro de 1990	Vereador Nantes Bellas Vieira	Pedra do Descanso	Torna utilidade pública Associação de Moradores do Bairro Pedra do Descanso	
60. Nº 1.331, 20 de dezembro de 1990	Vereador José Bartolomeu Ribeiro Pondé	Cidade Nova	Torna utilidade pública Associação do Bem Estar Social da Mangabeira	
61. Nº 1.334, 20 de dezembro de 1990	Vereador Nantes Bellas Vieira	Centro	Torna utilidade pública O Lar da Esperança	
62. Nº 1.341, 27 de dezembro de 1990	Vereador José Bartolomeu Ribeiro Pondé	Rua Corijá	Torna utilidade pública Associação das Boas Novas	
63. Nº 1.343 27 de dezembro de 1990	Vereador José Bartolomeu Ribeiro Pondé	Pedema	Torna utilidade pública Fonte Milagrosa	
64. Nº 1.344, 27 de dezembro de 1990	Vereador Everton Pereira Cerqueira	Tanque da Nação	Torna utilidade pública Associação Comunitária dos Moradores do Horto	
65. Nº 1.345, 27 de dezembro de 1990	Vereador Carlito Moreira Menezes	Aviário	Torna utilidade pública Associação de Moradores do Bairro do Aviário	
66. Nº 1.347, 27 de dezembro de 1990	Vereador Dival Figueiredo Machado	Rua Santos Dumont	Torna utilidade pública Associação Cristã do Reino de Deus	
67. Nº 1.348, 27 de dezembro de 1990	Vereador Liomar Ferreira da Silva	Conj. Feira X	Torna utilidade pública Associação Comunitária União do Movimento Social Feirense	Entidade sem fins lucrativos e objetivos filantrópicos
68. Nº 1.355,	Vereador Celso	Rua Bacachá,	Torna utilidade	Entidade sem

14 de março de 1991	Pereira	187 Campo Limpo	pública Associação Comunitária Novos Tempos	fins lucrativos
69. Nº 1.356, 14 de março de 1991	Vereador Nantes Bellas Vieira	Rua Moto Clube, 139 – Parque Ipê	Torna utilidade pública Associação Conselho de Moradores do Parque Ipê	
70. Nº 1.357, 14 de março de 1991	Vereador Roberto Rubens de Jesus	Rua Ifá, 230 – Jardim Cruzeiro	Torna utilidade pública Associação de Moradores do Bairro Jardim Sucupira (AME BEM) – Jardim Sucupira	
71. Nº 1.358, 14 de março de 1991	Vereador José Bartolomeu Ribeiro Pondé	Praça da Paquera, 34 Senador Quintino	Torna utilidade pública Sociedade Religiosa Nossa Senhora do Carmo	Entidade sem fins lucrativos
72. Nº 1.359, 14 de março de 1991	Vereador Celso Pereira	Rua Antonio de Barros Moreira, 91 – Olhos D'Água	Torna utilidade pública	Entidade sem fins lucrativos
73. Nº 1.360, 14 de março de 1991	Vereador Celso Pereira	Rua I, 113 – Aviário	Torna utilidade pública	Entidade sem fins lucrativos
74. Nº 1.363, 14 de março de 1991	Vereador José Bartolomeu Ribeiro Pondé	Rua Cazumbá, s/n.	Torna utilidade pública Associação Bodas de Canaã	
75. Nº 1.364, 14 de março de 1991	Vereador Oyama Figueiredo	Comunidade da Lagoa Salgada	Torna utilidade pública Associação Comunitária da Lagoa Salgada	
76. Nº 1.366, 1 de abril de 1991	Vereador Hosannah Leite	Praça do Triângulo, 18 - Parque Lagoa Subaé	Torna utilidade pública Associação Comunitária do Subaé	
77. Nº 1.367, 1 de abril de 1991	Vereador Everton Pereira de Cerqueira	Rua das Camélias, 195 – Gabriela III	Torna utilidade pública Associação Assembleia do Brasil	

78. Nº 1.370, 1 de abril de 1991	Vereador Celso Pereira	Rua Murioca, s/n Parque Ipê	Torna utilidade pública Associação de Moradores do Parque Brasil	
79. Nº 1.372, 1 de abril de 1991	Vereador Oyama Figueiredo	Rua Jorge Cerqueira Mascarenhas, 160 – Campo Limpo	Torna utilidade pública Associação Voluntárias Sociais do bairro do Campo Limpo	
80. Nº 1.375, 3 de abril de 1991	Vereador Manoel Oliveira Amorim	Praça Macário Barreto, 315	Torna utilidade pública Associação dos Moradores do Tomba	
81. Nº 1.376, 3 de abril de 1991	Vereador Roberto Rubens de Jesus	Rua Padre Henrique, 96 Coronel José Pinto	Torna utilidade pública Associação das Crianças Carentes do Bairro Coronel	
82. Nº 1.377, 3 de abril de 1991	Vereador Dival Figueiredo Machado	Rua São José, 19 – Distrito Maria Quitéria	Torna utilidade pública Obra Assistencial Recanto da Fraternidade	
83. Nº 1.378, 3 de abril de 1991	Vereador João Batista Cerqueira	Rua Itapororocas, Campo Limpo	Torna utilidade pública Associação de Moradores do Bairro Campo Limpo e Adjacências	
84. Nº 1.380, 3 de abril de 1991	Vereador Roberto Rubens de Jesus	Rua Padre Miguelino, 37 Coronel José Pinto	Torna utilidade pública Associação do Sítio Recreio Feirense	
85. Nº 1.381, 3 de abril de 1991	Vereador Dival Figueiredo Machado	Caminho Coração de Maria, 15	Torna utilidade pública Associação dos Moradores da Cidade Nova	
86. Nº 1.382, 3 de abril de 1991	Vereador Oyama Figueiredo	Rua Flamengo, 310	Torna utilidade pública Associação Feminina Heroínas Unidas	
87. Nº 1.383,	Vereador Oyama	Rua Olhos	Torna utilidade	

3 de abril de 1991	Figueiredo	Castanhos, 34 - Sobradinho	pública Associação Comunidade Integrada	
88. Nº 1.389, 16 de abril de 1991	Vereador Oyama Figueiredo	Avenida Contorno, s/n	Torna utilidade pública Associação Arnold Ferreira da Silva	
89. Nº 1.390, 16 de abril de 1991	Vereador Oyama Figueiredo	Logradouro de Calundú, 3.533 – Lagoa Salgada	Torna utilidade pública Associação Comunitária Manoel Lúcio da Rocha	
90. Nº 1.392, 16 de abril de 1991	Vereador Manoel Messias Gonzaga	Sem endereço	Torna utilidade pública Associação de Moradores do CASEB – Centro Social Nossa Senhora de Fátima	Entidade sem fins lucrativos
91. Nº 1.393, 16 de abril de 1991	Vereador José Bartolomeu Ribeiro Pondé	Rua São Lourenço, 41	Torna utilidade pública Associação Porta Formosa	Entidade filantropia sem fins lucrativos
92. Nº 1.394, 16 de abril de 1991	Vereador Everton Pereira de Cerqueira	Rua Ibituva, 115 - Mangabeira	Torna utilidade pública Associação Comunitária do Bairro da Mangabeira	
93. Nº 1.395, 16 de abril de 1991	Vereador Everton Pereira de Cerqueira	Rua B, 56 – Feira X	Torna utilidade pública Associação Beneficente a Comunidade do Feira X	
94. Nº 1.396, 16 de abril de 1991	Vereador Celso Pereira	Avenida Amaralina, 1.200 - Sobradinho	Torna utilidade pública Associação Comunitária Menino Jesus	
95. Nº 1.398, 16 de abril de 1991	Vereador Roberto Luis da Silva Tourinho	Praça do Limoeiro, s/n	Torna utilidade pública Associação de Moradores do Bairro do Limoeiro –	

			AMBL	
96. Nº 1.399, 29 de abril de 1991	Vereador Oyama Figueiredo	Travessa Gabriela, s/n - Gabriela	Torna utilidade pública Associação dos Moradores do Bairro da Gabriela	
97. Nº 1.401, 29 de abril de 1991	Vereador Celso Pereira		Associação de moradores do parque Violeta	
98. Nº 1.406, 02 de maio de 1991	Vereador Manoel O. Amorim	Tomba	Associação Coração Aberto e Peito Limpo	
99. Nº 1.407, 02 de maio de 1991	Vereador José Bartolomeu	Pampalona	Associação de Moradores do Loteamento de Jacirandy Pampalona	
100. Nº 1.410, 13 de maio de 1991	Vereador Colbert Martins	-	Associação Criança Esperança	
101. Nº 1.412, 13 de maio de 1991	Vereador Roberto Luis da Silva Tourinho	Conjunto Feira x	Associação de Pró Núcleo Des Orions	
102. Nº 1.413, 13 de maio de 1991	Vereador Roberto Rubens de Jesus	Conjunto Feira VI	Associação de quinze de setembro dos moradores do conjunto Feira VI	
103. Nº 1.424, 11 de junho de 1991	Vereador Celso Pereira	Sobradinho	Associação de Renovação Cristã	
104. Nº 1.430, 14 de junho de 1991	Vereador José Bartolomeu Ponde	Parque Panorama	Associação Movimento Feminino do Parque Panorama	
105. Nº 1.438, 21 de junho de 1991	Vereador José Bartolomeu	Cidade nova	Associação de Nossa Senhora das Graças	
106. Nº 1.441, 25 de junho de 1991	Vereador Oyama de Figueiredo	Queimadinha	Associação em Defesa do Direito de Morar	
107. Nº 1.443, 25 de junho de 1991	Vereador Oyama de Figueiredo	Lagoa Grande	Associação de comunitária de recreativa Castro Alves	
108. Nº 1.444, 25 de junho de 1991	Vereador Oyama de Figueiredo	Santa Monica	Associação de Moradores do bairro santa Mônica	

109.Nº 1.450, 12 de agosto de 1991	Vereador Oyama de Figueiredo	Centro	Federação das Associações de Moradores de Feira de Santana	
110.Nº 1.451, 13 de agosto de 1991	Vereador Evertem Pereira Cerqueira		Associação comunitária Novo Luís do bairro Papagaio	
111.Nº 1.452, 12 de agosto de 1991	Vereador Liomar Ferreira da Silva		Associação comunitária da fraternidade	
112. Nº 1.454, 14 de agosto de 1991	Vereador Oyama de Figueiredo	Capuchinhos	Associação Alameda da Tijuca	
113.Nº 1.455, 14 de agosto de 1991	Vereador Oyama de Figueiredo	Getúlio Vargas	Igreja Batista Central	
114.Nº 1.458, 20 de agosto de 1991	Vereador Manoel O. Amorim	Subaé	Associação de moradores do bairro Subaé	
115. Nº 1460, 21 de agosto de 1991	Vereador Hosannah Leite	Rua nova	Associação Apostolo de João Batista	
116.Nº 1471, 30 de agosto de 1991	Vereador Liomar Ferreira da Silva		Clube das mães União da Conceição	
117.Nº 1.473, 30 de agosto de 1991	Vereador Celso Pereira	Jardim Acácia	Associação Sociedade Religiosa Nossa Senhora Aparecida	
118.Nº 1.481, 18 de setembro de 1991	Vereador Hosannah Leite	Pampalona	Associação dos Moradores da Vila dos Reis	
119.Nº 1.489, 26 de setembro de 1991	Vereador Oyama de figueiredo	Feira x	Associação Comunitária das Mães carentes do Feira x	
120.Nº 1.493, 21 de setembro de 1991	Vereador Manoel Oliveira Amorim	35 BI	Associação de Moradores do bairro 35 BI	

121.Nº 1.494, 01 de outubro de 1991	Vereador José Dias	-	Associação Moradores do bairro Tanque do Urubu	
--	--------------------	---	---	--

APÊNDICE B: Lista de Clubes de Mães e/ou Mulheres declaradas como Organizações de Utilidade Pública - Governo Colbert Martins da Silva 1989-1992

Lei	Autoria	Bairro	Objeto	Observações
1. Nº 1.232, 12 de dezembro de 1989	Vereador Everton Pereira Cerqueira	Parque Ipê	Torna utilidade pública Clube de Mães Comes e Damião	
2. Nº 1.260, 25 de maio de 1990	Prefeito Colbert Martins Filho	Caraíba	Torna utilidade pública Clube das Mães do Bairro da Caraíba	
3. Nº 1.262, 25 de maio de 1990	Vereador Celso Pereira	Mangabeira	Torna utilidade pública Clube de Mães do Bairro Mangabeira	
4. Nº 1.291, 04 de outubro de 1990	Vereador João Batista de Cerqueira	Mangabeira	Torna utilidade pública Clube das Mães Ação Comunitária Invasão da Mangabeira	
5. Nº 1.332, 20 de dezembro de 1990	Vereador José Bartolomeu Ribeiro Pondé	Rua Ilha do Retiro (bairro não informado)	Torna utilidade pública Clube de Mães do Parque Violeta	Entidade sem fins lucrativos
6. Nº 1.333, 20 de dezembro de 1990	Vereador Manoel Oliveira Amorim		Torna utilidade pública Clube de Mães do Parque Violeta	Esta Lei especifica a finalidade da entidade. Orientação as mulheres solteira ou casais quanto ao planejamento familiar
7. Nº 1.336, 26 de dezembro de 1990	Vereador Hosannah Leite	Conj. Habitacional Feira X - Muchila	Torna utilidade pública Clube de Mães do Bairro Muchila	
8. Nº 1.361, 14 de março de 1991	Vereador Celso Pereira	Rua G, 83 – Cidade Nova	Torna utilidade pública Clube de Mães Unidas Venceremos	Entidade sem fins lucrativos
9. Nº 1.371, 1 de abril de 1991	Vereador José Bartolomeu Ribeiro Pondé	Rua Landulfo Alves, 684 - Sobradinho	Torna utilidade pública Associação Carinho de Mãe	Entidade sem fins lucrativos

10. Nº 1.385, 11 de abril de 1991	Vereador Oyama Figueiredo	Rua Corrida do Ouro, 44 Gabriela II	Torna utilidade pública Clube de Mães Mulher Virtuosa	
11. Nº 1.386, 11 de abril de 1991	Vereador Hosannah Leite	Rua Votuporanga, 85 – Sítio Novo	Torna utilidade pública Clube de Mães do Bairro Sítio Novo	
12. Nº 1.387, 11 de abril de 1991	Vereador Celso Pereira	Rua Arco Verde, 66	Torna utilidade pública Clube de Mães Renascentes do Parque Ipê	Entidade sem fins lucrativos
13. Nº 1.397, 16 de abril de 1991	Vereador José Bartolomeu Ribeiro Pondé	Rua Touro, 20 - Tomba	Torna utilidade pública Grupo de Mães do Bairro do Tomba	
14. Nº 1.425, 11 de junho de 1991	Vereador Hosannah Leite	Pampalona	Clube Beneficente das Mulheres do bairro Pampalona	
15. Nº 1.432, 18 de junho de 1991	Vereador Rubens Carvalho	Jardim Cruzeiro	Grupo de Mães Triunfantes do bairro Jardim Cruzeiro	
16. Nº 1.441, 25 de junho de 1991	Vereador José Bartolomeu	Sobradinho	Associação Clube de Mães Unidas para Vencer	
17. Nº 1471, 30 de agosto de 1991	Vereador Liomar Ferreira da Silva		Clube das Mães União da Conceição	
18. Nº 1472, 30 de agosto de 1991	Vereador Celso Pereira	Rua Nova	Associação Sociedade de Mulheres da Rua Nova	
19. Nº 1.485, 23 de setembro de 1991	Vereador Celso Pereira	Bairro Vermelho	Associação das Mães da Comunidade do bairro Vermelho	
20. Nº 1.489, 26 de setembro de 1991	Vereador Oyama de figueiredo	Feira X	Associação Comunitária das Mães Carentes do Feira x	
21. Nº 1496, 01 de outubro de 1991	Vereador Roberto Luis da Silva Tourinho	Morada do Nordeste	Associação de Mães da Comunicação Morada do Nordeste	

APENDICE C: documentos mencionados nas Atas do legislativo – 1989-1990

Documento	Sessão	Assunto	Observações:
Discurso do Prefeito Municipal, contendo quatro laudas (p. 85b)	Ata da 1ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, Estado da Bahia, referente a 1ª Etapa do 1º Período da 11ª Legislatura, realizada no dia 1º de março de 1989.	Discorre sobre o que foi realizado nos sessenta dias de implantação da atual administração municipal	Prof. Luciano Ribeiro Santos, Vice-Prefeito do Município, representando na oportunidade o Prefeito Municipal Colbert Martins da Silva Consta que o documento ficou arquivado na Casa Legislativa.
Relatório de todas as Secretarias (p. 88b)	Ata da 2ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, Estado da Bahia, referente a 1ª Etapa do 1º Período da 11ª Legislatura, realizada no dia 06 de março de 1989.	Informações sobre as Secretarias	Lido no dia de transmissão do cargo Não consta registros em Ata de que foram arquivados na Casa Legislativa.
Plano de Governo Colbert Martins (p. 122)	Ata da 8ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, Estado da Bahia, referente a 1ª Etapa do 1º Período da 11ª Legislatura, realizada no dia 22 de março de 1989.	Propostas	O documento foi mencionado pelo vereador Liomar Ferreira da Silva. Não há menção de que haja uma cópia deste na Câmara.
Relatório/Balancetes dos meses de janeiro e fevereiro (p. 122b)	Legislatura, realizada no dia 22 de março de 1989.	Receitas/despesas	Comunicação feita pelo vereador Celso Pereira, líder do governo na Câmara de que este documento foi enviado à Casa Legislativa
Relatório (p. 154)	Ata da 13ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, Estado da Bahia, referente a 1ª Etapa do 1º Período da 11ª Legislatura, realizada no dia 04 de abril de 1989.	Pagamento do funcionalismo público	Comunicação feita pelo vereador Roberto Luiz da Silva Tourinho Consta em Ata que o Relatório foi enviado à Casa Legislativa É possível que o vereador esteja se referindo ao mesmo Balancete informado no

			dia 22/03/1989
Boletim da Prefeitura Municipal de Feira de Santana (p. 132b)	Ata da 52ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, Estado da Bahia, referente a 2ª Etapa do 1º Período da 11ª Legislatura, realizada no dia 08 de agosto de 1989.	Construção de Creches	Não consta informação detalhada (nº do Boletim, nº de creches que serão construídas, etc.). Vereador Dival Figueiredo Machado
Proposta completa de Regimento Interno Popular para elaboração da Lei Orgânica Municipal	Ata da 88ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, Estado da Bahia, referente a 2ª Etapa do 1º Período da 11ª Legislatura, realizada no dia 06 de novembro de 1989	Normas	Não foi informado a data em que foi entregue ao Presidente da Câmara com cópias para todos os vereadores. Informação dada pelo vereador Manoel Messias Gonzaga
Pronunciamento do Prefeito Colbert Martins	Ata da 2ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, Estado da Bahia, referente a 1ª Etapa do 2º Período da 11ª Legislatura, realizada no dia 05 de março de 1990	Relato do que foi realizado pela administração em 1989.	O vereador faz menção que o pronunciamento foi arquivado pede cópia.

APÊNDICE D: Quadro síntese por campo de estudo de pesquisas em educação sobre Feira de Santana – período de 1987 a 2011

CAMPO DE ESTUDO	ANO	INSTITUIÇÃO	ESTUDO	PESQUISADOR	TÍTULO
Políticas públicas e gestão educacional com foco na educação ensino fundamental, educação especial e trabalho docente	1999	UFCE	Dissertação	Antonia Almeida Silva	Estrutura e funcionamento do ensino - continuidades e rupturas do ensino fundamental
	2008	UFPR	Dissertação	Mirna Ribeiro Lima da Silva	Trabalho docente em Feira de Santana - BA (2001-2004): precarização e profissionalização
	2010	UFPB	Dissertação	Márcia Torres Neri Soares	Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade: estudo de caso sobre estratégia de multiplicação das políticas públicas
	2011	UFBA	Dissertação	Selma Barros Daltro De Castro	Sistema Municipal de Educação: uma análise histórica em Feira de Santana no período de 1990 a 1998.
	2011	USP	Dissertação	Ana Oliveira Soto Paula Moraes	Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade - proposição/i

					implementação no município de Feira de Santana-BA
	2013	UNB	Tese	Fani Quitéria Nascimento Rehem	“Coisa de pobre”: política de educação infantil em Feira de Santana-Ba
CAMPO DE ESTUDO	ANO	INSTITUIÇÃO	ESTUDO	PESQUISADOR	TÍTULO
Formação de professor e prática pedagógica com temas como: alfabetização, brincar, concepções de leitura, inclusão, mediação pedagógica, avaliação, formação de conceitos, educação infantil e educação inclusiva.	1987	PUC/SP	Dissertação	Irani Rodrigues Menezes	A prática pedagógica no processo de alfabetização: um estudo de professoras bem sucedidas.
	1999	UFSCar	Dissertação	André Luiz Brito Nascimento	Prática docente no Magistério: o ensino de Sociologia da Educação
	2000	UFBA	Dissertação	Ana Maria Vergne De Moraes	O teatro de bonecos na alfabetização de pessoas adultas da zona rural: um estudo de caso na comunidade de N. Sra. das Candeias/Feira de Santana.
	2002	Centro de Referência de Latino Americano de Educação Especial Cuba/Havana/U	Dissertação	Solange Lucas Ribeiro	O ambiente escolar e a inclusão de alunos com necessidades educativas nas escolas

		niversidade Estadual de Feira de Santana			regulares da rede pública
2002	Centro de Referência de Latino Americano de Educação Especial Cuba/Havana/Universidade Estadual de Feira de Santana	Dissertação	Maria José Oliveira Duboc	A formação de professor e a inclusão de alunos surdos em escolas estaduais de Feira de Santana	
2002	Centro de Referência de Latino Americano de Educação Especial Cuba/Havana/Universidade Estadual de Feira de Santana	Dissertação	Marilda Carneiro Santos	A prática pedagógica com crianças com problemas fonoarticulatórios: em busca de contribuições para formação de professores	
2002	Centro de Referência de Latino Americano de Educação Especial Cuba/Havana/Universidade Estadual de Feira de Santana	Dissertação	Suzana Couto Pimentel	Mediação pedagógica para compreensão da leitura: um estudo em classe de 1º ano de ensino fundamental	
2004	UFBA	Dissertação	Edilene Eunice Cavalcante Maioli	O (des)prestígio social na profissão docente: o ser professor/a nas séries iniciais	
2007	UFBA	Tese	Suzana Couto Pimentel	(Con)viver (com) a síndrome de Down em escola inclusiva:	

					mediação pedagógica e formação de conceitos
2007	UNEB	Dissertação	Leomárcia Caffé De Oliveira Uzêda	De Babás de luxo a Professoras: narrativas (auto) biográficas, formação e docência na educação infantil	
2007	UFSC	Dissertação	Maria Vitória Da Silva	Leitura na escola: concepções de professores de diferentes disciplinas das séries finais do ensino fundamental	
2010	UNEB	Dissertação	Márcia Tereza Fonseca Almeida	O Brincar em Casa e na Escola: um estudo sob a perspectiva de crianças de uma pré-escola pública	
2011	UNEB	Dissertação	Adriana Da Silva Peixinho	Avaliação e Aprendizagem Significativa: A Experiência do Sistema de Gestão Integrada (SGI) no Ensino Público em Feira de Santana.	

CAMPO DE ESTUDO	ANO	INSTITUIÇÃO	ESTUDO	PESQUISADOR	TÍTULO
História, sociedade e espaços educacionais	2000	PUC/SP	Dissertação	Ana Maria Fontes dos Santos.	A Gênese do Ginásio Municipal de Feira de Santana (1963 1964)
	2000	UFBA	Dissertação	Antonio Roberto Seixas da Cruz	Mestras no Sertão: reconstituindo o caminhos percorridos
	2008	UFBA	Tese	Antonio Roberto Seixas da Cruz	A relação escola e famílias: concepções elaboradas por agentes educadoras no âmbito de uma escola pública nos anos iniciais do ensino fundamental.
	2011	UFBA	Tese	Ana Maria Fontes dos Santos	Uma aventura universitária no sertão baiano: da Faculdade de Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana. 01/02/2011